

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PIMES)**

**ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E ADEQUAÇÃO ALIMENTAR EM ÁREAS
PERIFÉRICAS URBANAS DO RECIFE**

ANA LÚCIA GALVÃO PETRY

**Recife
1993**

ANA LÚCIA GALVÃO PETRY

**ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E ADEQUAÇÃO ALIMENTAR EM ÁREAS
PERIFÉRICAS URBANAS DO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa Integrado
de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES)
da UFPE como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Yony Sampaio.

**Recife
1993**

Petry, Ana Lúcia Galvão

Aspectos sócio-econômicos e adequação alimentar em áreas periféricas urbanas do Recife / Ana Lúcia Galvão Petry.

– Recife : O Autor, 1993.

140 folhas; fig. e tab .

Orientador: Prof. Dr. Yony Sampaio

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA. PIMES, Pós Graduação em Economia, 1993.

Inclui referências.

1.Consumo (Economia). 2.Hábitos alimentares. 3. Alimentos - consumo. 4. Nutrição – aspectos econômicos – Recife (PE). 5. Política monetária. I. Título.

330 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2011-008)

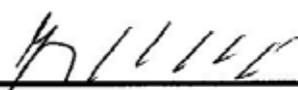
ANA LÚCIA GALVÃO PETRY

**ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E ADEQUAÇÃO ALIMENTAR EM
ÁREAS PERIFÉRICAS URBANAS DO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES) da UFPE como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

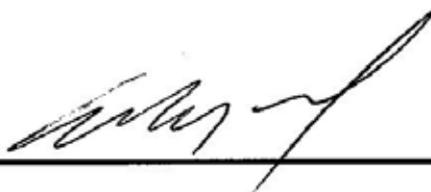
Aprovada em: 29/12/1993

BANCA EXAMINADORA



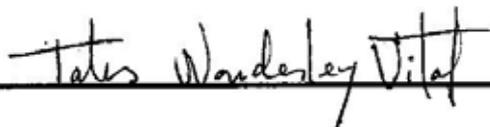
Prof. Dr. Yony Sampaio

Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dr. Osvaldo de Moraes Sarmiento

Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dr. Tales Wanderley Vital

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico a Rogério, meu esposo, e
Rodrigo, Luciana e Gustavo, nossos filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e saúde. A minha família pela compreensão, incentivo, apoio e muito carinho nos momentos de dificuldade. Ao mestre e amigo Prof.º Yony Sampaio, orientador deste trabalho, a quem muito devo não somente pelo estímulo, paciência e sábias lições recebidas, mas, inclusive pela oportunidade de pesquisar na área de Saúde e Nutrição e ensinar Economia da Nutrição. Ao amigo Prof.º Osvaldo de Moraes Sarmento, pela boa vontade, orientação e treinamento no Instituto de Nutrição da UFPE nos primeiros contatos com a pesquisa na área, além de críticas e incentivo durante a confecção deste estudo. A amiga Prof.ª Heloísa de Andrade Lima Coelho, do Departamento de Nutrição, por todo o apoio, inclusive com fornecimento de tabelas de conversão de alimentos em nutrientes e esclarecimento de dúvidas específicas dessa área de conhecimento. A amiga Prof.ª Mirian Aquino, do Departamento de Biblioteconomia, pela abnegação e esforço imenso na correção desta dissertação. Aos colegas dos Departamentos de Economia, inclusive meu esposo, e de Nutrição e amigos participantes da Pesquisa de Avaliação do PROAB, que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que este estudo fosse realidade.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo a análise das características sócio-econômicas de famílias com dieta adequada e inadequada, com o propósito de buscar caracteres distintivos que orientem a Política de Alimentação e Nutrição. Pretende, ainda, estudar a evolução dos hábitos de compra e consumo da população recifense de baixa renda e observar o papel do Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB) como fornecedor de alimentos à população-meta. É propósito, também, deste trabalho, avaliar as alterações ocorridas no padrão de consumo e adequação alimentar à época do “Plano Cruzado”. A análise dos dados indica que os fatores de mais estreito vínculo com a adequação nutricional, são o tamanho da família e o nível de instrução formal da mãe. A associação com a renda não é nítida, pois a amostra é constituída em sua totalidade por população pobre. A participação dos postos de auto-serviço nos gastos de famílias de baixa-renda aumentou muito entre 1973 e 1987. A redução da participação de armazéns e mercearias só não foi maior graças à atuação do PROAB e sua cesta subsidiada. Os outros postos comerciais tradicionais como o mercado público e a feira livre tiveram espetaculares reduções no fornecimento de alimentos à população que percebia até dois salários mínimos, na ocasião da pesquisa. A adequação alimentar foi maior em 1986, ano da implantação do Plano Cruzado, com redução também dos casos mais graves de deficiência da dieta, apesar da escassez de alguns produtos tão característica do período em que houve estabilidade de preços. Os dados que embasaram este estudo são oriundos da “Pesquisa de Avaliação do PROAB”, realizada pelo PIMES/UFPE, em 1986 e 1987.

Palavras-chave: Consumo. Adequação alimentar. Características sócio-econômicas. Hábitos de compra. Plano Cruzado.

ABSTRACT

This study aims at analyzing the socioeconomic characteristics of families with both proper and inadequate diet for the purpose of seeking distinctive properties which may help the design of Brazilian Government Food and Nutrition Policy. This study also aims at studying both the evolution of the purchase and consumption habits of low-income population of Recife and the role of the Program of Basic Food Supply in Low Income Areas (PROAB), as a supplier of food to the target population. Finally, it seeks to evaluate the changes which occurred in consumption patterns and food adequacy at the time of the "Cruzado Plan" of price stability. Data analysis indicates that family size and level of formal education of the mother are the variables more important to explain nutrition adequacy. The importance of income could not be established due to the fact that the entire sample consisted of the poor. The share of self-service stores (supermarkets) in the expenses of low-income families increased sharply between 1973 and 1987. The reduction of the share of groceries and stores in them was not greater thanks to the performance of PROAB and its subsidized basket. Other trading posts as the traditional public market and the free market had dramatic reductions in food supplies to people who earned up to two minimum wages at the time of the survey. The food adequacy was greater in 1986, the year of implementation of the "Cruzado Plan". Despite the scarcity of some food products so characteristic of that period, there was also a reduction of the most serious cases of dietary deficiency. The data which based this study were obtained from the research entitled 'Research Assessment of PROAB' conducted by PIMES / UFPE in 1986 and 1987.

Keywords: Consumption. Adequacy of food. Socioeconomic characteristics. Buying habits. Cruzado Plan.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Adequação nutricional por estrato de renda, Recife, 1987.....	27
Tabela 2- Tamanho médio da família por adequação nutricional, Recife, 1987.....	28
Tabela 3- Composição etária da família, segundo a adequação da dieta, por estrato de renda, Recife, 1987.....	29
Tabela 4- Distribuição das famílias adequadas e inadequadas, segundo o número de membros que contribuem para a renda familiar, por estrato de renda, Recife, 1987.....	30
Tabela 5- Sexo do chefe da família, segundo a adequação alimentar e o estrato de renda, Recife, 1987.....	31
Tabela 6- Abastecimento d'água do total de domicílios amostrados, por estrato de renda, Recife, 1987.....	32
Tabela 7- Saneamento básico do total de domicílios amostrados, por estrato de renda, Recife, 1987.....	33
Tabela 8- Material utilizado na confecção das residências do total das famílias amostradas, por estrato de renda, Recife, 1987.....	34
Tabela 9- Ocupação do pai por setor de atividade e por estrato de renda, Recife, 1987.....	38
Tabela 10- Ocupação da mãe por setor de atividade e por estrato de renda, Recife, 1987.....	39
Tabela 11- Ocupação dos filhos por setor de atividades e por estrato de renda, Recife, 1987.....	40
Tabela 12- Adequação nutricional por estrato de renda, Ibura, 1986.....	41
Tabela 13- Adequação nutricional por estrato de renda, Dois Carneiros, Ibura, 1986	41
Tabela 14- Adequação nutricional por estrato de renda, UR2, Ibura, 1986.....	42
Tabela 15- Adequação nutricional por estrato de renda, UR12, Ibura, 1986.....	42
Tabela 16- Tamanho médio familiar por adequação nutricional, Ibura, 1986.....	43

Tabela 17- Composição etária da família, segundo a adequação da dieta e o estrato de renda, Ibura, 1986.....	45
Tabela 18- Composição etária da família, segundo a adequação da dieta, Ibura, 1986.....	45
Tabela 19- Distribuição das famílias adequadas e inadequadas, segundo o número de membros que contribuem para a renda familiar, por estrato, Ibura, 1986.....	46
Tabela 20- Sexo do chefe da família, segundo a adequação alimentar e o estrato de renda, Ibura, 1986.....	47
Tabela 21- Grau de instrução materna, por sub área, segundo a adequação da dieta, Ibura, 1986.....	49
Tabela 22- Hábitos de compra das UDC's segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, 1973.....	54
Tabela 23- Hábitos de compras segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e níveis de renda, 1987 - carnes e pescados.....	55
Tabela 24- Hábitos de compras das UDC's segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, Grande Recife, 1973.....	56
Tabela 25- Hábitos de compras segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, 1987 – cereais.....	57
Tabela 26- Hábitos de compras das UDC's segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, Grande Recife.....	58
Tabela 27- Hábitos de compras segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, 1987 – produtos industrializados.....	59
Tabela 28- Hábitos de compras das UDC's segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, Grande Recife, 1973.....	60
Tabela 29- Hábitos de compras segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, 1987 – pães e massas.....	61
Tabela 30- Hábitos de compras das UDC's segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, Grande Recife, 1973.....	62

Tabela 31- Hábitos de compras segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, 1987 – Laticínios e ovos.....	63
Tabela 32- Hábitos de compras das UDC's segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, Grande Recife, 1973.....	65
Tabela 33- Hábitos de compras segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, 1987 – Frutas	66
Tabela 34- Hábitos de compras das UDC's segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, Grande Recife, 1973.....	67
Tabela 35- Hábitos de compras segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, 1987 – Raízes e Tubérculos.....	68
Tabela 36- Hábitos de compras das UDC's segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, Grande Recife, 1973.....	69
Tabela 37- Hábitos de compras segundo grandes grupos de produtos, por fornecedores e por níveis de renda, 1987 – Verduras.....	70
Tabela 38- Preços médios da unidade padrão por tipo de fornecedor, Cz\$ de 1987 – Carnes.....	74
Tabela 39- Preços médios da unidade padrão por tipo de fornecedor, Cz\$ de 1987 – Cereais.....	76
Tabela 40- Preços médios da unidade padrão por tipo de fornecedor, Cz\$ de 1987 – Industrializados.....	78/79
Tabela 41- Preços médios da unidade padrão por tipo de fornecedor, Cz\$ de 1987 – Pães e massas.....	82
Tabela 42- Preços médios da unidade padrão por tipo de fornecedor, Cz\$ de 1987 – Ovos de galinha.....	83
Tabela 43- Preços médios da unidade padrão por tipo de fornecedor, Cz\$ de 1987 – Frutas.....	85
Tabela 44- Preços médios da unidade padrão por tipo de fornecedor, Cz\$ de 1987 – Raízes/Tubérculos.....	86

Tabela 45- Preços médios da unidade padrão por tipo de fornecedor, Cz\$ de 1987 – Verduras.....	88/89
Tabela 46- Percentual de famílias que compraram no bairro ou fora dele, por tipo de produto, Recife, 1987.....	90
Tabela 47- Percentagem acumulada de famílias, por faixa de adequação calórica da dieta e por estrato de renda, Recife, 1986.....	97
Tabela 48- Percentagem acumulada de famílias, por faixa de adequação calórica da dieta e por estrato de renda, Recife, 1987.....	97
Tabela 49- Percentagem acumulada de famílias, por faixa de adequação protéica da dieta e por estrato de renda, Recife, 1986.....	99
Tabela 50- Percentagem acumulada de famílias, por faixa de adequação protéica da dieta e por estrato de renda, Recife, 1987.....	99
Tabela 51- Relação entre “déficit” calórico e protéico, Recife, 1986.....	99
Tabela 52- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consumo total de calorias do estrato 1, Recife, 1986.....	111
Tabela 53- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consumo total de calorias do estrato 2, Recife, 1986.....	112
Tabela 54- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consumo total de calorias do estrato 3, Recife, 1986.....	113
Tabela 55- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consumo total de calorias do estrato 4, Recife, 1986.....	114
Tabela 56- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consumo total de proteínas do estrato 1, Recife, 1986.....	115
Tabela 57- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consu total de proteínas do estrato 2, Recife, 1986.....	116
Tabela 58- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consumo total de proteínas do estrato 3, Recife, 1986.....	117

Tabela 59- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consumo total de proteínas do estrato 4, Recife, 1986.....	118
Tabela 60- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consumo total de calorias das famílias adequadas, Recife, 1987.....	120
Tabela 61- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consumo total de calorias das famílias inadequadas, Recife, 1987.....	121
Tabela 62- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consumo total de proteínas das famílias adequadas, Recife, 1987.....	123
Tabela 63- Cesta de alimentos em ordem decrescente da importância do produto no consumo total de proteínas das famílias inadequadas, Recife, 1987.....	124
Tabela 64- Preço da unidade de caloria, segundo o produto, por estrato de renda, Recife, 1986.....	128/129
Tabela 65- Preço do grama da proteína, segundo o produto, por estrato de renda, Recife, 1986.....	129/130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Abastecimento d'água dos domicílios das famílias adequadas e inadequadas, por estrato de renda – Recife, 1987.....	32
Gráfico 2- Saneamento básico em domicílios, das famílias adequadas e inadequadas, por estrato de renda – Recife, 1987.....	34
Gráfico 3- Material utilizado na confecção das residências, de famílias adequadas e inadequadas, por estrato de renda – Recife, 1987.....	35
Gráfico 4- Grau de instrução materna, segundo a adequação da dieta – Jiquiá, Recife, 1987.....	36
Gráfico 5- Grau de instrução materna, segundo a adequação da dieta – Ibura, Recife, 1986.....	48
Gráfico 6- Participação dos produtos no consumo de calorias das famílias adequadas, Ibura, Recife, 1986.....	101
Gráfico 7- Participação dos produtos no consumo de calorias das famílias inadequadas, Ibura, Recife, 1986.....	102
Gráfico 8- Participação dos produtos no consumo de proteínas das famílias adequadas, Ibura, Recife, 1986.....	104
Gráfico 9- Participação dos produtos no consumo de proteínas das famílias inadequadas, Ibura, Recife, 1986.....	104
Gráfico 10- Participação dos produtos nos gastos com alimentos das famílias adequadas, Ibura, Recife, 1986.....	105
Gráfico 11- Participação dos produtos nos gastos com alimentos das famílias inadequadas, Ibura, Recife, 1986.....	106
Gráfico 12- Participação dos produtos no consumo de calorias das famílias adequadas, Jiquiá/Remédios, Recife, 1987.....	108
Gráfico 13- Participação dos produtos no consumo de calorias das famílias inadequadas, Jiquiá/Remédios, Recife, 1987.....	108
Gráfico 14- Participação dos produtos no consumo de proteínas das famílias adequadas, Jiquiá/Remédios, Recife, 1987.....	109
Gráfico 15- Participação dos produtos no consumo de proteínas das famílias inadequadas, Jiquiá/Remédios, Recife, 1987.....	109

Gráfico 16- Participação dos produtos nos gastos com alimentos das famílias adequadas,
Jiquiá/Remédios, Recife, 1987.....110

Gráfico 17- Participação dos produtos nos gastos com alimentos das famílias inadequadas,
Jiquiá/Remédios, Recife, 1987.....110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 METODOLOGIA.....	20
3 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DE FAMÍLIAS ADEQUADAS E INADEQUADAS EM ÁREAS PERIFÉRICAS DE RECIFE	26
3.1 Caracterização Sócio-Econômica da Área de Jiquiá- Remédios	26
3.1.1 Renda e Adequação Alimentar.....	26
3.1.2 Composição da Família e Adequação da Dieta	27
3.1.3 Infra- estrutura e Adequação Nutricional.	31
3.1.4 Instrução Materna e Adequação Nutricional	35
3.1.5 Ocupação Familiar e Renda.....	37
3.2 Caracterização Sócio-Econômica da Área do Iburá.....	40
3.2.1 Renda e Adequação da Dieta	40
3.2.2 Composição Familiar e Adequação Nutricional	42
3.2.3 Instrução Materna e Adequação Alimentar.....	47
4 HABITOS DE COMPRAS EM BAIROS PERIFERICOS DO RECIFE.....	50
4.1 PROAB	50
4.1.1 Objetivos do PROAB	51
4.1.2 Alimentos selecionados e seus preços finais	52
4.2 Comparação entre hábitos de compra 1973/1987 por estrato de renda.....	52
4.2.1 Carnes e Pescados	53
4.2.2 Cereais e Outros	56
4.2.3 Industrializados	57
4.2.4 Pães e Massas.....	60
4.2.5 Laticínios e ovos	62
4.2.6 Frutas.....	64

4.2.7 Raízes e Tubérculos	66
4.2.8 Verduras	69
4.3 Hábitos de compras nas diversas sub-áreas de Jiquiá-Remédios e preços médios por fornecedor.....	71
4.3.1 Carnes.....	73
4.3.2 Cereais e Outros	75
4.3.3 Industrializados	78
4.3.4 Pães e Massas.....	81
4.3.5 Ovos de Galinha	83
4.3.6 Frutas.....	84
4.3.7 Raízes e Tubérculos	86
4.3.8 Verduras	87
4.4 Localização do Fornecedor por Grupo de Produtos.....	90
5 O PLANO CRUZADO E A ADEQUAÇÃO CALÓRICA E PROTÉICA EM RECIFE	92
5.1 Introdução	92
5.2 O Plano Cruzado	93
5.3 Adequação Calórica e Protéica 1986/1987.	95
5.4 Composição das cestas de Alimentos de Famílias de Baixa Renda do Recife, por adequação da dieta	100
5.4.1 Composição das cestas, segundo a contribuição dos grupos de alimentos ao consumo calórico, de famílias adequadas e inadequadas.....	101
5.4.2 Composição das cestas, para famílias que apresentam dieta adequada e inadequada, segundo a contribuição dos grupos de alimentos ao consumo protéico	103
5.4.3 Participação dos grupos de alimentos nos gastos, das famílias adequadas e inadequadas, com produtos alimentícios.....	105
5.4.4. Comparação das cestas de famílias com dieta adequada e inadequada entre os períodos 1986/1987.	107
5.4.5 Fontes de calorias por estrato de renda. Ibura, 1986	111
5.4.6 Fontes de proteína por estrato de renda, Ibura, 1986	114
5.4.7 Fontes de calorias e Proteínas de famílias Adequadas e Inadequadas, 1987.....	119

5.4.8 Fontes de Calorias e Proteínas – Comparação entre as cestas do estrato 1, 1986, e cestas de famílias inadequadas de 1987.....	122
5.5 Preço dos Nutrientes, segundo o produto e por estrato de renda.....	125
5.5.1 Preço da Unidade de Caloria	125
5.5.2 Preço do grama de proteína.....	126
6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

1 INTRODUÇÃO

A maneira de encarar a desnutrição, no que tange às suas causas e conseqüentes formas de combate evoluiu através dos tempos.

Segundo Sigulem et al. (1978, p.16) a desnutrição é vista, inicialmente, como um problema puramente clínico. Só a partir da década de 50, com o surgimento do *Interdepartamental Committes on Nutrition for National Development* (ICNND) foi reconhecida a importância dos fatores sócio-econômicos determinantes da doença.

Num segundo momento, a desnutrição passou a ser considerada como um entrave ao desenvolvimento econômico, pois, interferindo no desenvolvimento físico e mental afetaria a cognição, e, dessa forma, a produtividade futura e a capacidade de obter rendas (BERG, 1978).

Os gastos com alimentos e tratamento preventivo da doença passaram, então, a ser vistos sob a ótica do investimento e tentada a quantificação de seu retorno (SELOWSKY, 1971; BERG, 1978; CAMPINO, 1977).

Depois surge uma nova fase motivada pela preocupação com o padrão de desenvolvimento dos países do terceiro mundo, na qual, o problema nutricional é encarado como fruto da pobreza, principalmente do nível de renda e da desigualdade de sua distribuição. Políticas distributivas, portanto, sob essa nova ótica, seriam oportunas.

No Brasil, a preocupação com os resultados pouco eficazes dos programas de suplementação alimentar e ausência de ações efetivas que objetivassem as propaladas mudanças estruturais se faz sentir.

Questiona-se a oportunidade de perpetuar as distorções do modelo de desenvolvimento, por um lado, e tentar corrigir por outro, através de políticas sociais apenas paliativas (KERTEZS apud SIGULEM et al. 1978, p. 19).

A apreensão com a orientação da política nutricional induz à análise dos possíveis determinantes da desnutrição, discutindo-se a importância de variáveis como renda, tamanho e composição da família, educação, ocupação, localização espacial, hábitos e tabus alimentares, fatores ambientais e de saúde. É esta a abordagem deste estudo que tem como questões norteadoras:

Qual a influência de variáveis sócio-econômicas como a renda, tamanho e composição da família, educação formal da mãe e condições de higiene e moradia sobre a adequação da dieta de famílias de baixa renda, em Recife, no biênio 1986/1987?

Quais os hábitos de compra de alimentos destas famílias? Até que ponto o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB) influenciou as escolhas dessas famílias? Qual o preço médio por fornecedor cadastrado no programa?

Houve alteração no consumo e adequação alimentar em 1986, ano do Plano Cruzado, comparando-se com 1987?

Neste contexto, a abordagem da adequação da dieta foi pouco explorada. Os poucos trabalhos existentes, sob este enfoque, foram em sua maioria realizados em São Paulo, a exemplo de Campino et al. (1975), Alves e Vaissman (1976), Alves (1977), Alves e Vieira (1978).

Os estudos que visaram o Nordeste utilizaram os dados do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1974/1975, cujo nível de agregação prejudica sobremaneira a identificação de grupos e áreas carentes por microrregião (SILVA, 1986; LUSTOSA & FIGUEIREDO, 1990).

Além do mais, segundo Sampaio e Vital (1992, p. 31) e Peliano (1992, p. 6), a política de alimentação e nutrição no Brasil tem pecado por desvios de focalização não atingindo os grupos e áreas mais vulneráveis. Espera-se, portanto, que seja enorme a redução do volume de recursos necessários à ação política, decorrente da melhor focalização, com conseqüente redução da relação custo-eficácia dos programas.

Face à constatação de que importante parcela da população nordestina é desnutrida, por Silva (1986); Lustosa e Figueiredo (1990); Sampaio e Vital (1992) e de que Recife é uma área crítica, é oportuna a realização de um estudo sobre a adequação alimentar em população de baixa renda, nesta cidade, para identificação de grupos-meta para futuros programas sociais e formas de ação política, para estes grupos específicos, mais eficazes.

Os dados da Pesquisa de Avaliação do Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB), realizada pelo PIMES/UFPE (1986/1987), viabilizam este estudo.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as características sócio-econômicas das famílias com dieta adequada e inadequada, com o propósito de buscar caracteres distintivos que orientem a política de alimentação e nutrição.

Pretende também estudar a evolução dos hábitos de compra da população de baixa renda, estratificada conforme a renda auferida pela família, observando o papel do PROAB, através da participação da rede varejista cadastrada, nos gastos das famílias. O preço médio por fornecedor é também objeto de análise.

É propósito, ainda, avaliar as alterações ocorridas no padrão de consumo e adequação alimentar em 1986, ano de vigência do Plano Cruzado, comparando-se com os dados de 1987.

Além desta introdução, o estudo comporta mais cinco capítulos: o segundo dá o enfoque metodológico, tratamento e operacionalização das variáveis; o terceiro analisa as características sócio-econômicas, conforme a adequação da dieta das áreas de Jiquiá-Remédios e Ibura, anexando-se à primeira, as subáreas correspondentes ao grupo de controle da pesquisa de avaliação do PROAB, ou seja, Torrões e Engenho do Meio; o quarto apresenta a evolução dos hábitos de compra por estrato de renda e por subárea, o preço médio por fornecedor e avalia a importância do PROAB na escolha das famílias; o quinto compara a adequação alimentar em 1986 (época do Plano Cruzado) e 1987, quanto à renda e intensidade de inadequação em calorias e proteínas; compara, ainda, as cestas de alimentos nos dois períodos, analisa as fontes de calorias e de proteínas por estrato de renda, adequação da dieta e verifica os preços pagos pelas famílias, estratificadas de acordo com a renda, da unidade de caloria e do grama da proteína, por fonte desses nutrientes; o sexto apresenta, finalmente, as conclusões e sugestões do estudo.

2 METODOLOGIA

Os dados que fundamentam este estudo são provenientes da pesquisa de avaliação do PROAB, realizada pelo Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O PROAB iniciou-se em Recife em 1979. Visava elevar o status nutricional da população carente, através do aumento do consumo de alimentos básicos. Para isto oferecia uma cesta de onze alimentos a preços subsidiados. Ofertava feijão, arroz, farinha de mandioca, açúcar, charque, macarrão, leite em pó, fubá de milho, óleo de soja, ovos e peixe salgado.

A aquisição desses bens pela população efetuava-se através do pequeno varejo localizado em bairros pobres, cadastrado para esse fim. A Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) era responsável pela compra e distribuição dos produtos à rede varejista.

A pesquisa de avaliação do PROAB realizou-se em duas etapas. A primeira em outubro de 1986, em plena vigência do Plano Cruzado, propiciando oportunidade ímpar para análise da adequação do consumo e construção de cestas alimentares de populações de baixa renda, sob impacto de política de estabilização de preços.

As áreas pesquisadas corresponderam a duas vilas da Companhia de Habitação (COHAB), as Unidades Residenciais (UR's) 2 e 12 e uma invasão urbana - Dois Carneiros - todas localizadas no bairro do Ibura. Foram aplicados 270 questionários.

A segunda foi efetivada em julho/agosto de 1987, correspondendo ao bairro Jiquiá-Remédios: Mangueira e Mustardinha. Foi também anexada à amostra, outra pequena área de invasão, de características paupérrimas, apelidada durante a pesquisa de campo de "Favela da Mini-Central", por localizar-se nas proximidades do posto de distribuição de alimentos da COBAL para o PROAB. Foram aplicados 217 questionários.

Além dessas, outras áreas foram pesquisadas com a finalidade de constituição de um grupo de controle para avaliação do Programa. Foram elas: Torrões e Engenho do Meio, nesta última incluindo-se a favela "Roda de Fogo", resultando na aplicação de mais 100 questionários. Totalizando, nesta etapa, 347 questionários.

O tipo de amostragem escolhido foi o aleatório em três estágios. A área mais recente de atuação do PROAB, o Ibura, foi escolhida com o objetivo de comparar os dados no tempo zero (t_0), isto é, antes da implementação do Programa no bairro (out./1986), com dados que seriam coletados um ano depois da inauguração do Projeto.

A volta ao campo no tempo um (t_1), contudo, não pôde ser realizada, pois o PROAB foi extinto nos meses iniciais de implementação no bairro do Ibura.

Para selecionar as subáreas desse bairro o processo de amostragem utilizado foi o aleatório em dois estágios.

No primeiro, duas subáreas foram selecionadas (Unidades de referência da Fundação Instituto de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM – UER's) UR2 e Dois Carneiros.

Depois, por pleito da população residente, a amostra foi ampliada englobando uma terceira subárea, também vila da COHAB, a UR12, que apresentava como característica básica a utilização do sistema de mutirão para solução de problemas e realizar melhoramentos como calçamento das ruas, entre outros.

No segundo estágio, foram sorteadas as ruas de cada subárea, utilizando-se os mapas da FIDEM. Foram objeto de investigação os domicílios localizados ao lado direito das ruas sorteadas, de forma alternada, ou seja, casa sim, casa não.

Do total de questionários aplicados (270 em out. 86), 54 foram eliminados por inconsistências.

Na segunda etapa da pesquisa (jul./ago. 87), a amostragem foi aleatória em três estágios, com sorteio de duas áreas entre dois grupos de antigos bairros de atuação do PROAB – de médias condições sócio-econômicas – Beberibe, Nova Descoberta e Maranguape e – de baixas condições sanitárias e de renda – Guararapes e Jiquiá. Brasília Teimosa, uma das primeiras áreas de atuação do Programa, inclusive ainda em sua fase experimental, foi excluída por apresentar condições sanitárias e de renda, bastante diferentes das áreas restantes.

O segundo passo no processo foi o sorteio das UER's, tendo como peso as respectivas populações, dentro da população total de cada área. Os dados de população das UER's foram obtidos da FIDEM, projeções feitas para 1986 e 1987, a partir do censo de 1980. O número de

domicílios de cada localidade foi obtido dividindo-se a população estimada de cada área, pela média de pessoas por domicílio para o Nordeste.

Procedeu-se também ao sorteio para subáreas do bairro de Beberibe, porém, por motivos diversos, entre os quais escassez de tempo e recursos, a pesquisa de campo nessa área não foi realizada.

O sorteio das ruas pesquisadas constituiu o terceiro estágio, que foi feito, mais uma vez com a utilização dos mapas da FIDEM. Assim, foram objetos de investigação, de forma similar à etapa Ibura, alternadamente, os domicílios do lado direito das ruas.

Foram aplicados 347 questionários na área de Jiquiá-Remédios, assim distribuídos:

Cento e dois (102) questionários na subárea de Mangueira (estavam previstos 100 questionários, mas houve falha na distribuição aos entrevistadores); 100 na subárea de Mustardinha; 45 na “Favela da Mini-Central”, posteriormente anexada à amostra inicial, como aludido acima. Assim 247 questionários perfaziam o grupo teste. Mais 100 questionários foram aplicados em áreas de condições sócio-econômicas similares, sorteadas dentre aquelas em que o programa não foi implementado, visando o grupo controle.

O questionário aplicado abrangia:

- a) Caracterização sócio-econômica do domicílio: ocupação, renda instrução, tamanho e composição da família;
- b) hábitos de compra e consumo de alimentos, contendo oito grandes grupos: industrializados; carnes e pescados; pães e massas; verduras; frutas; laticínios e ovos; raízes e tubérculos e cereais. Havia informações referentes à quantidade de alimentos consumidos em cada grupo; preço da última compra; tipo de fornecedor e localização do mesmo; frequência de compra;
- c) conhecimento e participação em programas sociais, PROAB, Programa de Suplementação Alimentar (PSA) e Programa de Complementação Alimentar (PCA);
- d) quadro de morbi-mortalidade; estado nutricional (Antropometria) para crianças de até 60 meses; peso ao nascer; imunizações (esta última apenas para a etapa Ibura); e
- e) condições sanitárias e de moradia (apenas para a etapa Jiquiá- Remédios).

Para a mensuração da adequação em calorias e proteínas obedeceu-se às seguintes etapas:

1. Cálculo da disponibilidade de calorias e proteínas, isto é, transformação das quantidades brutas de alimentos comprados pelas famílias, em nutrientes. Para este cálculo utilizou-se a Tabela de Composição Química de Alimentos do IBGE/ENDEF (1983). Para os gêneros não constantes desta tabela, consultou-se a Tabela de Composição Química de alimentos da América latina (LEUNG; FLORES, 1970).
2. Cálculo das necessidades de calorias e proteínas: utilizou-se a tabela da Organização Mundial de Saúde (OMS), Necessidades de Energia y Proteínas (1985), que fornece as recomendações das necessidades de ingestão dos nutrientes por faixa etária e sexo.

A adequação alimentar, em termos protéico-calóricos, foi obtida comparando-se o consumo observado com as necessidades da família (soma dos requerimentos individuais de seus membros), ou seja, pela razão entre disponibilidade e necessidades familiares.

As famílias cujos quocientes se igualaram ou superaram os 100% foram consideradas adequadas.

A codificação do questionário de Avaliação do PROAB no item referente à instrução materna sofreu algumas modificações com o objetivo de facilitar a análise. Assim, as mães analfabetas que apenas assinam o nome e as que lêem e escrevem sem nunca terem freqüentado a escola, foram reagrupadas no item “sem instrução formal”.

O primário incompleto e o ginásial completo ficaram inalterados.

O segundo grau incompleto, o segundo grau completo e o superior incompleto, foram reagrupados recebendo a especificação de segundo grau.

Vale salientar que só foram encontrados três casos de nível de instrução superior incompleto em 347 questionários na área de Jiquiá e nenhum caso no Ibura.

A população amostrada foi classificada em estratos de renda, da seguinte forma:

Estrato 1: rendimentos familiares de 0 a menos de 1 salário mínimo;

Estrato 2: rendimentos de 1 a menos que 2 salários mínimos;

Estrato 3: rendimentos de 2 a menos que 4 salários mínimos; e

Estrato 4: rendimentos de 4 a mais salários mínimos.

O valor do salário mínimo à época da pesquisa era Cz\$ 804,00, em 1986 e Cz\$ 1.969,82, em 1987.

A codificação das ocupações por setores de atividades obedeceu à classificação tomada de Campino e Casseb (1983):

1. Setor Primário

0 – não sabe

1 – extrativa

2 – agrícola

3 – pecuária

2. Setor Secundário

0 – não sabe

1 – tradicionais: calçados e vestuário, têxtil, vidro e cimento, alimentação, metalurgia, papel e papelão, madeira e mobiliário, fumo, couro e pele, bebidas e indústrias gráficas.

2 – dinâmicas: transporte, material elétrico e de comunicações, química, matéria plástica, produtos de perfumaria, sabões e velas, mecânica, farmácia e borracha.

3 – construção civil.

3. Setor Terciário

0 – não sabe

1 – comércio

2 – transportes (público e privado)

3 – bancos (sociedades corretoras, companhias de seguros, sociedades de crédito)

4 – ensino particular

- 5 – profissionais liberais (prestações de serviços)
 - 6 – outras prestações
 - 7 – comunicações e publicidade
 - 8 – assistência médico-hospitalar particular
 - 9 – serviços de hospedagem e alimentação
 - 10 – serviços de higiene e beleza pessoal
 - 11 – serviços de diversões, radiodifusão e televisão
 - 12 – serviços industriais e utilidade pública
 - 13 – serviços de reparação e manutenção (encanador, eletricista e mecânico)
4. Governo
- 0 – não sabe
 - 1 – administração pública, defesa e segurança nacional
 - 2 – ensino público
 - 3 – assistência médico-hospitalar pública
5. Setor Domiciliar
- 0 – não sabe
 - 1 – atividade doméstica remunerada
 - 2 – administração e conservação de edifícios
6. Aposentado

3 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DE FAMÍLIAS ADEQUADAS E INADEQUADAS EM ÁREAS PERIFÉRICAS DE RECIFE

Neste capítulo, objetiva-se distinguir possíveis diferenças entre famílias adequadas e inadequadas, no que se refere aos aspectos sócio-econômicos, com a finalidade de subsidiar a Política Social e particularmente a de Alimentação e Nutrição.

As variáveis analisadas são: renda; tamanho e composição etária da família; sexo do chefe do domicílio; condições sanitárias e de moradia.

A meta é a caracterização desses grupos sociais, fornecendo assim, informação suficiente para assegurar uma maior eficácia dos futuros programas de alimentação e nutrição em áreas periféricas urbanas do Nordeste.

O capítulo subdivide-se em duas seções. Na primeira, analisa-se a área de Jiquiá-Remédios. Na segunda, a análise atinge a área do Ibura, englobando as subáreas de UR2, UR12 e Dois Carneiros. Neste bairro, por não constar do questionário da etapa Ibura-1986, não serão estudadas as condições de higiene e moradia.

3.1 Caracterização Sócio-Econômica da Área de Jiquiá- Remédios

Esta área compreende, como referido anteriormente, as sub-áreas Mangueira, Mustardinha, “Favela da Mini- Central” e Torrões/Engenho do Meio.

3.1.1 Renda e Adequação Alimentar

Verificando-se a porcentagem de famílias adequadas e inadequadas por estrato de renda, na Tabela 1, nota-se que 53,3% das famílias com dieta inadequada encontram-se no estrato 1; nos outros estratos esta porcentagem cai, principalmente no estrato 4. A relação positiva entre renda da família e adequação nutricional torna-se mais evidente apenas a partir do estrato 3.

Alves (1977) realizando estudos com orçamentos familiares encontrou, para São Paulo, uma relação crescente entre renda e quantidade de calorias e proteínas consumidas. Estudos de outros autores ratificam a conclusão de Alves, a exemplo de Campino (1975) e Silva (1986).

Neste estudo, essa relação não é tão nítida, pois a amostra analisada é constituída, em sua totalidade, por população de baixa renda.

TABELA 1
ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL POR ESTRATO DE RENDA
Recife, 1987

ESTRATO DE RENDA FAMILIAR	FAMÍLIAS ADEQUADAS		FAMÍLIAS INADEQUADAS		Nº TOTAL DE OBSERVAÇÕES
	nº	%	nº	%	
1	27	46,5	31	53,5	58
2	46	50	46	50	92
3	50	49	52	51	102
4	65	68,4	30	31,6	95
TOTAL	188	54	159	46	347

Fonte: Dados da pesquisa de Avaliação do PROAB-PIMES, 1987.

3.1.2 Composição da Família e Adequação da Dieta

O objetivo desta seção é avaliar a composição dos grupos de famílias adequadas e inadequadas em relação à dieta e ao estrato de renda em que se insere a família.

Três tópicos foram focalizados na análise:

- a) O tamanho médio da família por estrato de renda e por grupo de adequação;
- b) A composição etária dos dois grupos de famílias por estrato de renda e a dependência familiar;
- c) A distribuição por sexo e por estrato de renda dos chefes de família dos dois grupos considerados.

A Tabela 2 apresenta os dados relativos ao tamanho médio da família por grupo de adequação e por estrato de renda familiar.

Verifica-se que há um incremento relativo do tamanho da família à medida que a renda aumenta. Essa aparente contradição pode ser explicada através das Tabelas subseqüentes, 3 e 4, nas quais são apresentados o número de membros ativos e a composição etária da família.

É importante ressaltar (Tabela 2), que o número médio de pessoas das famílias inadequadas é bem maior que o das adequadas, qualquer que seja o estrato de renda. No total, para as famílias adequadas, a média é de 4,7 pessoas, enquanto que as famílias inadequadas apresentam 6,2 pessoas, em média. Observa-se que as famílias inadequadas têm, em média, uma pessoa e meia a mais.

Outros estudos demonstraram que o tamanho da família é um forte determinante do estado nutricional e da adequação do consumo de nutrientes (ALVES, 1977; SILVA, 1986; WARD & SANDERS, 1978).

Alves (1977) utilizando dados obtidos a partir da pesquisa de orçamentos familiares de São Paulo (amostra de 2242 famílias, divididas em grupos de famílias adequadas e inadequadas no consumo de calorias e proteínas) encontrou que, em média as famílias inadequadas tinham uma pessoa a mais: 4,4 membros para as adequadas e 5,5 para as inadequadas.

Coelho (1975) em uma amostra de 1000 crianças, em Recife, verificou que há uma relação inversa entre o estado nutricional e o número de filhos vivos.

Ward e Sanders (1978) verificaram, usando modelo de regressão múltipla, a importância da variável em foco, na explicação do estado nutricional de famílias de pequenos agricultores nordestinos.

TABELA 2
TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA POR ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL E POR ESTRATO DE RENDA
Recife, 1987

ESTRATO DE RENDA	GRUPOS DE FAMÍLIA	
	ADEQUADAS	INADEQUADAS
1	3,5	4,7
2	3,8	6,0
3	4,9	7,0
4	5,7	7,0
TOTAL	4,7	6,2

Fonte: Dados da pesquisa de avaliação do PROAB – PIMES, 1987

Ao analisar a composição etária por estrato de renda das famílias adequadas e inadequadas (Tabela 3) verifica-se que as famílias adequadas têm um percentual mais elevado de crianças abaixo de dez anos, em quase todos os estratos e também um mais alto percentual de idosos, contrariando o esperado e sugerindo, portanto, que a variável focalizada não é determinante do adequado consumo de alimentos. Por outro lado, há grandes diferenças quando se compara por estrato de renda. Os estratos inferiores apresentam um percentual de crianças bem maior que os estratos superiores.

TABELA 3
COMPOSIÇÃO ETÁRIA DA FAMÍLIA, SEGUNDO A ADEQUAÇÃO DA DIETA POR ESTRATO DE RENDA EM %
Recife, 1987

IDADES	RENDA							
	ADEQUADAS				INADEQUADAS			
	1	2	3	4	1	2	3	4
0 - 5	22,4	14,5	13,2	9,6	13,9	14,5	11,9	8,6
5 - 10	15,3	11,0	9,9	11,5	15,3	16,3	9,7	10,5
10 - 15	4,1	9,8	11,1	5,9	16,0	11,6	13,9	13,4
15 - 60	48,0	54,9	56,3	64,2	50,7	54,6	58,7	61,8
60 e +	10,2	9,8	9,5	8,8	4,1	3,0	5,8	5,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Coeficiente de dependência	0,480	0,353	0,325	0,299	0,333	0,337	0,274	0,249

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

Fazendo uso do coeficiente de dependência (relação entre a população com menos de dez anos de idade, acrescida daqueles com mais de 60 anos e a população total) verifica-se que este apresenta comportamento nitidamente regressivo com a renda. Enquanto para as famílias do estrato 1 das famílias adequadas, o coeficiente é de 48%, para as do estrato 4 é de apenas 30%. Isto mostra que as famílias mais pobres têm uma maior necessidade de geração de renda por pessoa do que aquelas de rendas mais altas, para fazer face ao número maior de dependentes.

As famílias inadequadas possuem menos crianças que as adequadas, porém à medida que aumenta a renda reduz-se o coeficiente de dependência, independentemente da adequação da dieta (inclusive as inadequadas têm um coeficiente menor) o que ratifica o fato das famílias dos estratos de renda mais baixa possuírem um tamanho médio menor que as de mais alta renda, porém com um maior percentual de crianças e velhos. Tratando-se de uma amostra de

domicílios de baixa renda em bairros pobres do Recife, o diferencial de renda entre as famílias pode ser explicado pelo número de membros de cada uma incorporados ao mercado de trabalho, ou seja, contribuindo para a formação da renda familiar (Tabela 4).

Na tabela 4 observa-se que a renda aumenta à medida que mais membros ativos colaboram para este fim, independentemente da adequação nutricional. No estrato 1, quase 80% dos domicílios têm apenas um membro na força de trabalho, enquanto nos estratos 3 e 4 este percentual cai para 32% e 24,6 % respectivamente, para as famílias de dieta adequada e 23,1% e 20% para as inadequadas, respectivamente.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS COM DIETA ADEQUADA E INADEQUADA SEGUNDO O NÚMERO DE MEMBROS QUE CONTRIBUEM PARA A RENDA FAMILIAR, POR ESTRATO, EM %
Recife, 1987

ESTRATO Nº DE MEMBROS	ADEQUADAS				INADEQUADAS			
	1	2	3	4	1	2	3	4
1	77,8	58,8	32,0	24,6	77,4	37,0	23,1	20,0
2	22,2	34,8	44,0	32,3	16,1	54,3	32,7	26,7
3	-	6,5	20,0	23,1	6,5	6,5	21,1	33,3
4 e +	-	-	4,0	20,0	-	2,2	23,1	20,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

A Tabela 5 mostra que quanto menor é a renda, maior o número de famílias chefiadas por mulheres, independentemente da adequação da dieta alimentar. Observa-se que, para o estrato 1 das famílias adequadas, 33% desses domicílios têm chefe do sexo feminino, contra apenas 9,4% das do estrato 4. Para as famílias inadequadas, os percentuais são 35% para o estrato 1 e 13,3% para o 4. Portanto, as famílias inadequadas apresentam um percentual apenas ligeiramente superior de domicílios chefiados por mulheres, 22% contra 19,2%, respectivamente.

TABELA 5
SEXO DO CHEFE DA FAMÍLIA, SEGUNDO A ADEQUAÇÃO ALIMENTAR E O ESTRATO DE RENDA
EM %
Recife, 1987

SEXO RENDA	ADEQUADAS		INADEQUADAS	
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
1	67,0	33,0	64,5	35,0
2	76,1	23,9	78,3	21,7
3	80,0	20,0	80,8	19,2
4	90,8	9,2	86,7	13,3
TOTAL	80,8	19,2	78,0	22,0

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987

3.1.3 Infra- estrutura e Adequação Nutricional.

As características do domicílio (abastecimento d'água, esgoto e revestimento das paredes) foram escolhidas como indicadores das condições sanitárias das famílias.

Da observação da tabela 6, depreende-se que quase todos os domicílios estão ligados à rede geral (91,6% da população amostrada), dispondo de água tratada com distribuição interna (64,1%) ou pelo menos, a água distribuída pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) chega às imediações das residências (27,5%), reduzindo os riscos de proliferação de doenças entre a população de baixa renda.

Vale ressaltar que, quanto mais alto o estrato de renda, maior o acesso à água encanada na residência (83,2% para o estrato 4, contra 42% para o estrato 1). Para as famílias que não dispõem de distribuição interna, mas têm acesso à água tratada, o comportamento é inverso (42% para o estrato 1, contra apenas 15,8% para o estrato 4)

TABELA 6
 ABASTECIMENTO DE AGUA DO TOTAL DE DOMICILIOS AMOSTRADOS, POR ESTRATO DE RENDA
 Recife, 1987

ÁGUA RENDA	COMPESA (distribuição interna)	POÇO	COMPESA (sem distribuição interna)	TOTAL
1	42,1	15,8	42,1	100,0
2	50,0	15,2	34,8	100,0
3	71,3	4,9	23,8	100,0
4	83,2	1,0	15,8	100,0
TOTAL	64,1	8,4	27,5	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação PROAB, PIMES, 1987.

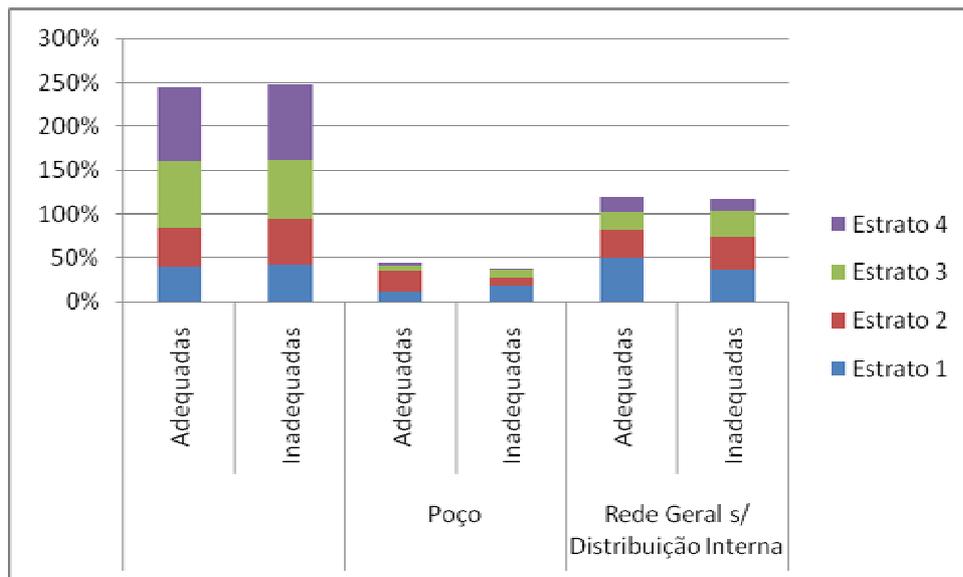


GRÁFICO 01 - Abastecimento de água dos domicílios das famílias adequadas e inadequadas por estrato de renda – Recife, 1987

A análise do Gráfico 1, evidencia que não há diferença significativa no que se refere ao abastecimento de água, entre famílias com dieta adequada e inadequada, talvez porque a grande maioria das famílias seja usuária dos serviços da COMPESA.

Em se tratando de saneamento básico (Tabela 7), constata-se que, apesar de insignificante o número de domicílios ligados à rede geral (8,1%) é ainda um percentual bastante elevado para as condições de Recife – que apresentava em 1988, segundo Rocha (1990), 71% dos domicílios inadequados em relação ao esgotamento sanitário – e,

principalmente, para os mais pobres. Este fato parece demonstrar a falta de conhecimento da população sobre o que seja “rede geral de esgotos”, comentário válido também para os entrevistadores responsáveis pela coleta de dados. A análise por estrato de renda ratifica a assertiva acima, pois os estratos inferiores, justamente, são agraciados com percentuais mais elevados de domicílios ligados à rede geral (Tabela 7).

Embora a maioria das famílias faça o uso de fossa (65,6%), ainda é elevado o percentual daquelas que não têm nenhum meio aceitável de escoamento dos dejetos (25,3%) o que evidencia a precariedade dessas famílias no que tange à qualidade de vida e sua ampla vulnerabilidade às doenças, inclusive à cólera. Destaca-se que quase 50% das famílias do estrato de renda inferior a um salário mínimo e praticamente 40% do estrato imediatamente superior encontram-se nesta situação.

TABELA 7
SANEAMENTO BASICO DO TOTAL DE DOMICILIOS AMOSTRADOS
POR ESTRATO DE RENDA
RECIFE, 1987

SANEAMENTO	REDE GERAL	FOSSA	SEM SANEAMENTO	TOTAL
1	8,7	43,9	47,4	100
2	12	51	37	100
3	8,9	75,3	15,8	100
4	4,2	82,1	13,7	100
TOTAL	8,1	65,6	25,3	100

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

Do Gráfico 2 é interessante destacar, apesar de não haver distinção entre famílias adequadas e inadequadas quanto ao saneamento básico, que no grupo dos “sem saneamento”, as famílias inadequadas do estrato 1 (menos de um salário mínimo) são quase duas vezes mais numerosas que as adequadas do mesmo estrato.

A análise do material de confecção das moradias revela que a maioria das famílias possui casas de alvenaria (77,2%), mais de 50% das famílias do estrato 1 e 93,7% das famílias do estrato 4. A madeira e a taipa são materiais importantes apenas para as famílias dos estratos 1 e 2, 22,8% e 33,7%, respectivamente. Quanto aos materiais aproveitados como papelão, plástico, flandes e outros, têm utilização por praticamente 25% das famílias do estrato mais baixo de renda (menos de um salário mínimo), sendo insignificante seu uso nos demais estratos.

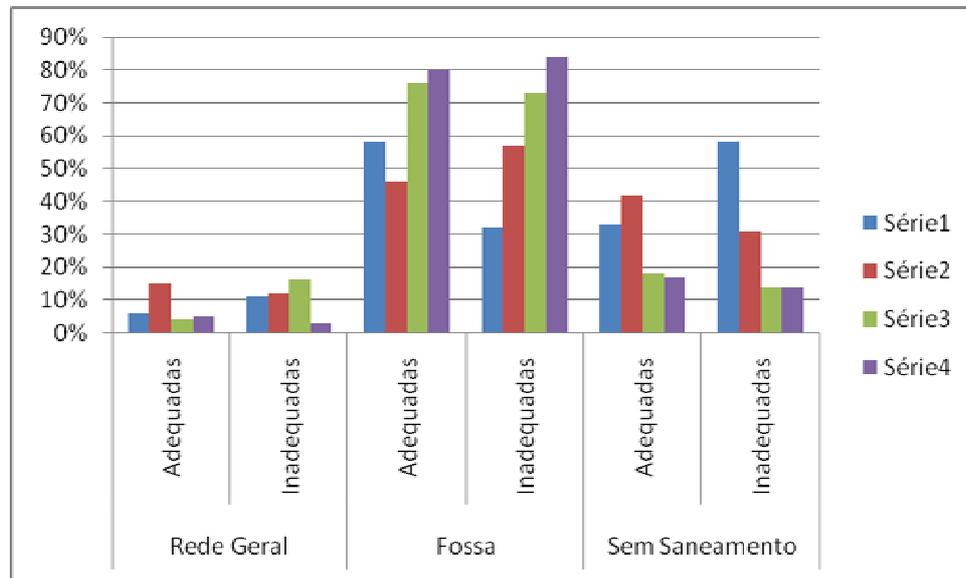


GRÁFICO 02 - Saneamento básico em domicílio das famílias adequadas e inadequadas por estrato de renda - Recife, 1987

TABELA 8
MATERIAL UTILIZADO NA CONFECÇÃO DAS RESIDÊNCIAS DO TOTAL DE FAMÍLIAS AMOSTRADAS, POR ESTRATO DE RENDA
RECIFE, 1987

M	ALVENARIA	MADEIRA E TAIPA	MATERIAL APROVEITADO	TOTAL
1	52,6	22,8	24,6	100
2	62	33,7	4,3	100
3	89,1	8,9	2	100
4	93,7	4,3	2	100
TOTAL	77,2	16,6	6,2	100

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

A observação da relação entre adequação alimentar e material utilizado na confecção das paredes (Gráfico 3) mostra que 80% das famílias adequadas e 73% das inadequadas possuem casas de alvenaria, enquanto que, no outro extremo, os domicílios compostos por materiais aproveitados correspondem a 6,4% das famílias adequadas e 5,6% das inadequadas não evidenciando, portanto, diferenças entre os dois grupos de famílias para a variável em foco.

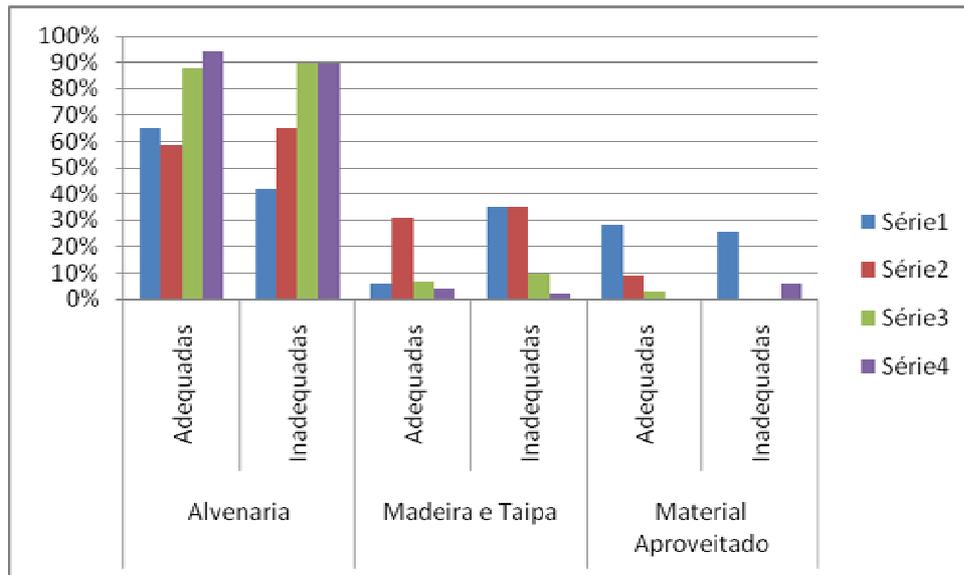


GRÁFICO 03 - Material utilizado na confecção das residências do total de famílias amostradas, por estrato de renda - Recife, 1987

3.1.4 Instrução Materna e Adequação Nutricional

A análise do Gráfico 4, indica concordância com os resultados obtidos por Lustosa e Figueiredo (1990, p. 362), isto é, que “ a educação formal deve ter um efeito positivo sobre a alimentação, uma vez que a concentração de analfabetos é bem maior entre os mal alimentados (35,5% contra 25,8%). Simetricamente entre as famílias bem alimentadas, os chefes de família mais instruídos são relativamente mais numerosos (11,6% contra 7,1%)”.

A relação educação e adequação alimentar foi investigada, também, por vários outros autores: Alves, 1977 ; Vieira, 1976; Alves e Vaissman, 1976; Campino et al., 1975; Coelho, 1975 e Silva, 1986.

Alguns desses autores concluíram pela irrelevância ou apenas influência indireta da variável acima referida na determinação do estado nutricional ou consumo alimentar da família (ALVES, 1977; VIEIRA, 1976). Outros encontraram relação positiva, ou seja, quanto maior o nível de instrução, melhor o estado nutricional ou adequação de consumo (COELHO, 1975; CAMPINO et al., 1975; ALVES & VAISSMAN, 1976; SILVA, 1986)

Coelho (1975) analisando 1.000 crianças de 0 a 4 anos em Recife e utilizando o modelo de regressão múltipla, conclui que a educação de mãe era a variável mais importante na definição do estado nutricional das crianças.

Campino et al. (1975) trabalhando com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de São Paulo, encontraram, para a classe de renda de até um salário mínimo *per* -

capita, que a educação da mãe era a segunda variável mais importante na explicação da adequação alimentar. A variável mostrou-se significativa para níveis de instrução maiores do que o ginásial. A contribuição das mães com instrução primária não diferia daquela oriunda de mães analfabetas.

Alves & Vaissman (1976), estudando pré-escolares de São Paulo, concluíram que, para as classes com rendimentos mais baixos, a renda era, praticamente, a única variável explicativa da adequação da dieta, porém à medida que esta se elevava, a educação ganhava relevância como fator determinante da adequação.

Silva (1986), trabalhando com dados do ENDEF, para a região Nordeste do Brasil, e utilizando também modelo de regressão múltipla, destacou o nível de escolaridade materna como uma das variáveis relevantes e explicativas da ingestão *per - capita* de calorias e proteínas.

No trabalho em questão, a figura materna foi destacada, pois, cabem às mães, direta ou indiretamente, todas as atividades inerentes ao consumo dos alimentos (escolha, preparo e distribuição intrafamiliar). A adoção de medidas higiênicas, o conhecimento do valor nutricional dos alimentos e sua utilização eficiente, devem refletir-se positivamente na saúde da família, justificando a hipótese de que o grau de instrução materna influencia a adequação alimentar, embora se ressalve que a educação formal é apenas uma aproximação da educação nutricional, a mais relevante.

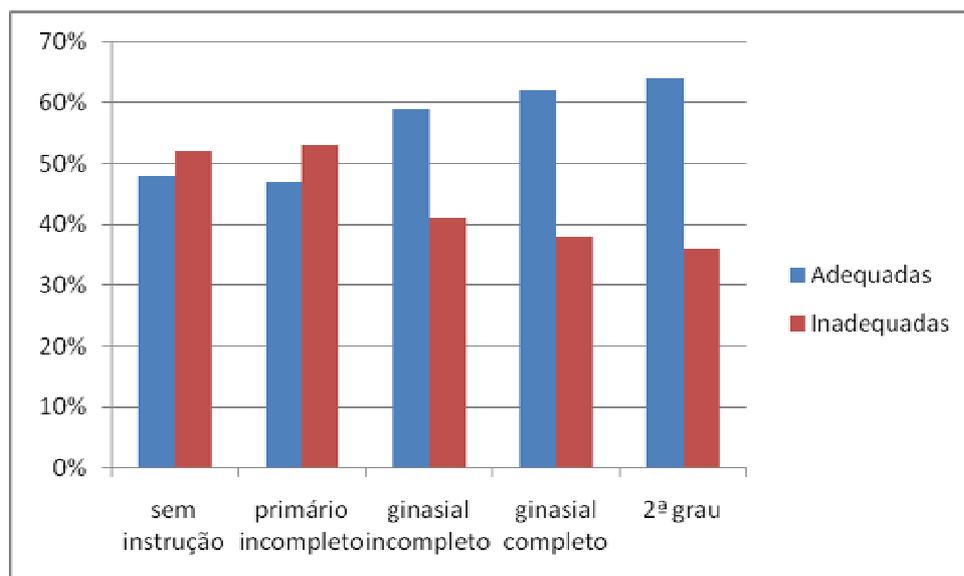


GRÁFICO 04 - Grau de instrução materna, segundo a adequação da dieta - Recife, 1987

A análise do Gráfico 4 indica que à medida que aumenta o nível de instrução formal da mãe há um incremento no percentual de mães de famílias adequadas e redução do percentual de mães de famílias inadequadas, sugerindo que maiores graus de escolaridade estejam associados a melhores níveis nutricionais.

3.1.5 Ocupação Familiar e Renda

Para aprofundar o conhecimento acerca dessa população, observa-se a relação ocupação, por setor de atividade e estrato de renda, para o pai, mãe e filhos que se encontrem inseridos no mercado de trabalho.

Assim, a Tabela 9 revela que a maioria dos pais, geralmente chefes de família, está inserida no setor terciário em todos os estratos de renda, como esperado, aliás, para populações de baixa renda. Verifica-se que o maior percentual (62,5%) cabe ao estrato de menor renda, confrontando com o menor percentual, dentre os 4 estratos, de pais ocupados na indústria (12,5%). Percebe-se, então, que os pais de família mais pobres (estrato1) desempenham ocupações de baixa qualificação do setor terciário, sendo também relevante, neste estrato, o percentual de ocupação em “serviços domésticos” (7,5%).

Nota-se também, através da observação desta Tabela, que à medida que a renda se eleva maior é o percentual de pais ocupados no setor industrial, que exige uma maior qualificação da mão de obra.

Uma parte relevante de pais ou avós já se encontra aposentada, provindo desta, aliás, a parcela mais estável de renda dessas pobres famílias residentes nos bairros da periferia do Recife.

TABELA 9
OCUPAÇÃO DO PAI POR SETOR DE ATIVIDADE
E POR ESTRATO DE RENDA
RECIFE, 1987

SETOR	ESTRATOS DE RENDA							
	1		2		3		4	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Primário	1	2,5	-	-	-	-	-	-
Secundário	5	12,5	13	19,4	15	21,9	20	25,3
Terciário	25	62,5	35	52,2	36	49,3	42	53,2
Governamental	-	-	2	3	4	5,5	2	2,5
Serviços Domésticos	3	7,5	7	10,4	3	4,1	1	1,3
Aposentado	6	15	10	14,9	14	19,2	14	17,7
Total	40	100	67	100	73	100	79	100

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

No que se refere à participação das mães no mercado de trabalho, verifica-se, através da observação da Tabela 10, que a amostra está muito bem dividida entre os setores: doméstico, serviços e aposentadoria. Porém, é bem alto o percentual de mães, do estrato inferior (menor que um salário mínimo), em serviços domésticos (mais de 50%), percentual este, que se reduz à medida que a renda aumenta, até atingir, apenas, 9,5% das mães, no estrato 4.

Inverso é o comportamento para o setor terciário, partindo de 18,8% no estrato 1 para 45%, no estrato 4. Parece que estar inserida no setor de serviços é a aspiração máxima das mães da amostra, dadas as suas dotações.

Surpreende a parcela de mães aposentadas nos estratos 1 e 3, atingindo 25% das amostradas nesses estratos. Esse fato nos faz crer que muitas das “mães” (isto é, chefes de família) sejam avós. Famílias cujos filhos casam e continuam residindo com os pais, dada a crise habitacional, o desemprego e a instabilidade conjugal - característica dessas populações – são ocorrências comuns nestas áreas.

TABELA 10
 OCUPAÇÃO DA MÃE POR SETOR DE ATIVIDADE
 E POR ESTRATO DE RENDA
 RECIFE, 1987

SETOR	ESTRATOS DE RENDA							
	1		2		3		4	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Primário	-	-	-	-	-	-	-	-
Secundário	-	-	5,0	11,4	4,0	11,4	4,0	9,5
Terciário	3,0	18,8	16,0	36,4	12,0	34,3	19,0	45,2
Governamental	-	-	-	-	-	-	1,0	2,4
Serviços Domésticos	9,0	56,3	16,0	36,4	10,0	28,6	4,0	9,5
Aposentado	4,0	25,0	7,0	15,9	9,0	25,7	14,0	33,3
Total	16,0	100,0	44,0	100,0	35,0	100,0	42,0	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

Observa-se, através da apreciação da Tabela 11, que o setor terciário é o grande absorvedor da mão-de-obra proveniente de bairros da periferia urbana, pois apresenta um elevado percentual também da população mais jovem, os filhos de pais de famílias de baixa renda. Este percentual se eleva quando a renda cresce, partindo de 33,3%, no estrato 1, para quase 70% no estrato de renda mais alta (estrato 4).

No estrato 1, mais de 50% dos filhos ocupados dessas famílias encontram-se no item “serviços domésticos”, percentual que decresce significativamente a partir do 2º estrato e é irrisório no 4º.

Verifica-se, portanto, que, à medida que a renda aumenta, cresce a participação da ocupação dos filhos no setor Terciário e também no Secundário e cai o percentual de filhos ocupados em serviços domésticos.

A percentagem de aposentados é apenas residual, uma vez que a maioria dos filhos é jovem...

Considerando ainda a Tabela 11, conclui-se que à medida que a renda aumenta, cresce a média de filhos empregados por domicílio. Sendo 0,11; 0,20; 0,69 e 0,82, respectivamente para os estratos 1, 2, 3 e 4. Mais membros inseridos na força de trabalho significam renda familiar mais elevada.

TABELA 11
OCUPAÇÃO DOS FILHOS POR SETOR DE ATIVIDADE
E POR ESTRATO DE RENDA
JIQUIÁ – RECIFE, 1987

SETOR	ESTRATOS DE RENDA							
	1		2		3		4	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Primário	-	-	-	-	-	-	-	-
Secundário	-	-	5	31,8	17	24,3	14	17,9
Terciário	2	33,3	11	50	37	52,9	52	66,7
Governamental	1	16,7	-	-	3	4,3	7	9
Serviços Domésticos	3	50	3	13,6	13	18,6	4	5,1
Aposentado	-	-	1	4,5	-	-	1	1,3
Total	6	100	22	100	70	100	78	100

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

3.2 Caracterização Sócio-Econômica da Área do Ibura

3.2.1 Renda e Adequação da Dieta

Da observação da Tabela 12, depreende-se que o percentual de famílias adequadas aumenta à medida que cresce a renda. O percentual de adequação, no total, é elevado, com mais de 60% das famílias adequadas.

Destaca-se o alto percentual de inadequação no estrato mais baixo de renda (63,2% das famílias dessa classe), em oposição a apenas 25% do estrato de quatro ou mais salários mínimos. A situação inverte-se a partir do segundo estrato, quando se encontra um percentual de quase 60% de adequação.

A análise por subárea não indica diferenças significativas entre as áreas de Vila da COHAB (UR2 e UR12) e aquela de invasão urbana (Dois Carneiros), apesar da gritante diferença de condições sanitárias existente entre elas. Porém, a situação ainda é melhor na UR2.

Vale ressaltar o desempenho do estrato 2 (de 1 a menos de 2 s.m) em todas as subáreas. Na UR 12, a inadequação era de 60% no estrato 1, invertendo para 60% de famílias adequadas ao passar para o estrato 2; na outra Vila da COHAB (UR 12), parte-se de 100% de inadequação no estrato 1 para 67% de famílias adequadas no estrato que lhe é imediatamente

superior; Dois Carneiros, apesar de ser uma área de invasão, passa-se de mais de 50% de famílias com consumo inadequado no estrato 1 para apenas 30,8% no 2º estrato.

Da análise da Tabela 12, pode-se depreender, então, que o problema de inadequação significativa, encontrava-se no estrato de menos de um salário mínimo, Vale destacar, porém, que eram poucas, em número absoluto, as famílias classificadas nesse estrato, principalmente nas áreas de Vila da COHAB (08 famílias) e poucas também, relativamente, as famílias agrupadas no estrato 4 (36 domicílios), especialmente em Dois Carneiros (07 famílias). A maioria das famílias dessa amostra pertencia, portanto, aos estratos 2 e 3. Lembre-se que a pesquisa de campo realizou-se em outubro de 1986, na vigência do Plano Cruzado, ciclo econômico favorável, com preços estáveis e nível de desemprego atenuado.

TABELA 12
ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL POR ESTRATO DE RENDA EM %
IBURA, 1986

ESTRATO DE RENDA FAMILIAR	FAMILIAS ADEQUADAS	FAMILIAS INADEQUADAS
1	36,8	63,2
2	65,9	34,1
3	59,2	40,8
4	75	25
TOTAL	62,5	37,5

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

TABELA 13
ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL POR ESTRATO DE RENDA
DOIS CARNEIROS, IBURA, 1986

ESTRATO DE RENDA FAMILIAR	FAMILIAS ADEQUADAS	FAMILIAS INADEQUADAS
1	45,5	54,5
2	69,2	30,8
3	52,2	47,8
4	57,2	42,8
TOTAL	60,0	40,0

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

TABELA 14
ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL POR ESTRATO DE RENDA
UR 2, IBURA, 1986

ESTRATO DE RENDA FAMILIAR	FAMILIAS ADEQUADAS	FAMILIAS INADEQUADAS
1	-	100
2	66,7	33,3
3	65,8	34,2
4	76,2	23,8
TOTAL	66,3	33,7

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

TABELA 15
ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL POR ESTRATO DE RENDA
UR 12, IBURA, 1986

ESTRATO DE RENDA FAMILIAR	FAMILIAS ADEQUADAS	FAMILIAS INADEQUADAS
1	40,0	60,0
2	60,0	40,0
3	55,6	44,4
4	87,5	12,5
TOTAL	60,7	39,3

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

3.2.2 Composição Familiar e Adequação Nutricional

Neste item analisa-se o tamanho médio; a composição etária da família, com o conseqüente quociente de dependência familiar; o número de membros inserido no mercado de trabalho; a distribuição dos chefes de família por sexo e estrato de renda. Objetiva-se a identificação de possíveis diferenças entre famílias com dieta adequada e outras que apresentam consumo inadequado de nutrientes.

Conforme a TABELA 16 fica patente a forte influência do tamanho da família sobre a adequação da dieta, pois as famílias adequadas possuem 4,2 membros em média, enquanto que, a média, para as inadequadas, é de 6,7 membros. Isto significa 2,5 pessoas a mais, em

média, ratificando, com maior ênfase, os resultados encontrados na seção anterior, para a área de Jiquiá – Remédios .

Um fato que merece realce é o tamanho médio das famílias adequadas do estrato 2 (um a menos que dois salários mínimos), ser o menor (3,6 membros) dentre todos os estratos. Coincidentemente este estrato apresenta um bom desempenho em termos de adequação (quase 66% das famílias têm consumo adequado de calorias e proteínas, percentual superior ao do estrato 3, que foi de 59,2%).

Outra constatação interessante, revelada pela Tabela 16 é a relação direta entre o tamanho médio familiar e a renda. Esta relação é mais fortemente sugerida para as famílias inadequadas, pois, parte-se de 4,4 membros no estrato 1, para 8,9 membros no estrato 4. A explicação para este fato, também constatado na etapa Jiquiá, é que as famílias conseguem uma renda mais alta, graças à inserção de mais membros, por domicílio, no mercado de trabalho.

Da análise por subárea o bairro de Dois Carneiros surpreendeu pelos incríveis tamanhos médios familiares: 9,9 e 11,3 membros, para os estratos 3 e 4, respectivamente, das famílias inadequadas. O mesmo comentário pode ser feito para a UR 12, apresentando 11 pessoas em média para o estrato mais alto de renda das famílias inadequadas. No total, a média familiar mais alta fica para Dois Carneiros, área de invasão: 7,6 membros, para as famílias inadequadas.

É provável que a renda familiar relativamente alta, deva-se quase que exclusivamente, a esse imenso tamanho de família, insuficiente, no entanto, para proporcionar uma dieta adequada para seus membros.

TABELA 16
TAMANHO MÉDIO FAMILIAR POR ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL
IBURA, 1986

ESTRATO DE RENDA FAMILIAR	FAMILIAS ADEQUADAS				FAMILIAS INADEQUADAS			
	DOIS CARNEIROS	UR2	UR12	TOTAL	DOIS CARNEIROS	UR2	UR12	TOTAL
1	4,0	-	4,0	4,0	4,8	5,0	3,0	4,4
2	3,6	3,4	3,7	3,6	5,9	6,1	6,6	6,2
3	4,7	4,8	4,7	4,7	9,0	5,5	6,9	7,4
4	5,3	4,6	4,4	4,7	11,3	7,0	11,0	8,9
TOTAL	4,1	4,4	4,0	4,2	7,6	5,9	6,4	6,7

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

Ao analisar a composição etária da família por estrato de renda, Tabela 17, verifica-se, curiosamente, que, para as famílias adequadas, à medida que aumentam os rendimentos, são maiores os percentuais de crianças abaixo de 10 anos, a saber: 14,3% no estrato 1; 26,0% no estrato 2; 30,9% no estrato 3; 33,3% no estrato 4. O oposto observa-se para as famílias Inadequadas que apresentam 36,6%, 35,5%, 22,6% e 13,6% para os estratos 1, 2, 3 e 4, respectivamente. Assim o coeficiente de dependência apresenta-se crescente com a renda no caso das famílias adequadas e decrescente para as famílias inadequadas. Recorde-se que foi para as famílias inadequadas que a relação crescente do tamanho médio familiar (Tabela 6) com a renda foi mais nítida, reforçando a idéia de que essas grandes famílias dos estratos mais elevados de renda (o estrato 4 apresenta, apenas 13,6% de crianças abaixo de 10 anos e coeficiente de dependência de apenas 18,6%), sejam formadas, em sua maioria, por adultos que contribuem para a renda da família. Esta dependência menor, contudo, não foi suficiente para reverter à inadequação da dieta destas famílias.

As famílias inadequadas dos estratos inferiores da renda (estratos 1 e 2), por outro lado, apresentam um alto grau de dependência, com elevado percentual de crianças abaixo dos 10 anos de idade. Inclusive, o estrato 2 ostenta o maior coeficiente de dependência de toda amostra, ou seja, 39,4%.

A análise por subárea, Tabela 18, revela que, geralmente, as famílias adequadas possuem um coeficiente de dependência maior que as inadequadas, justamente o oposto do esperado. A Vila UR12, ostenta o maior percentual de crianças abaixo dos 10 anos, para as famílias adequadas (35,5%), enquanto que a área de invasão (Dois carneiros) o faz para as famílias inadequadas (32,1%).

O maior percentual de idosos cabe, mais uma vez, a Dois Carneiros, desta feita para as famílias com consumo adequado de nutrientes.

Veja-se o alto percentual de jovens abaixo de 15 anos para as famílias inadequadas de UR12 e Dois carneiros. Considerando que, na área urbana o acesso ao mercado formal de trabalho é mais tardio e que toda a população até 14 anos seja agrupada como dependente, a situação se reverteria. Os maiores coeficientes de dependência ficariam para as famílias inadequadas de UR12 e Dois Carneiros, ou seja, a população ocupada das famílias adequadas sustentaria 42,4%; de UR12 46,1% de Dois Carneiros 45,1%; as inadequadas teriam os seguintes coeficientes de dependência: 40,3% para UR2; 51,1% para UR12 e 49,8% para Dois Carneiros.

TABELA 17
COMPOSIÇÃO ETARIA DA FAMILIA, SEGUNDO A
ADEQUAÇÃO DA DIETA E O ESTRATO DE RENDA EM %
IBURA, 1986

IDADES	RENDA							
	ADEQUADAS				INADEQUADAS			
	1	2	3	4	1	2	3	4
0 - 5	10,7	16,5	16,4	21,4	18,9	16,1	11,3	5,1
5 - 10	3,6	9,5	14,5	11,9	17,7	19,4	11,3	8,5
10 - 15	7,1	7,0	10,3	8,7	13,2	16,1	21,5	5,1
15 - 60	64,3	57,5	54,5	53,2	49,1	44,4	54,6	76,2
60 e +	14,3	9,5	4,2	4,8	1,8	4,0	1,3	5,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Coeficiente de dependência	0,286	0,355	0,352	0,381	0,377	0,394	0,240	0,186

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

TABELA 18
COMPOSIÇÃO ETARIA DA FAMILIA, SEGUNDO A
ADEQUAÇÃO DA DIETA EM %
IBURA, 1986

SUB-ÁREAS IDADES	FAMÍLIAS ADEQUADAS			FAMÍLIAS INADEQUADAS		
	VILA UR2	VILA UR12	DOIS CARNEIROS	VILA UR2	VILA UR12	DOIS CARNEIROS
0 - 5	17,3	22,0	13,9	10,1	14,9	14,8
5 - 10	9,5	13,5	12,8	11,3	13,5	17,3
10 - 15	9,5	7,1	8,7	13,8	21,3	16,0
15 - 60	57,6	53,9	54,9	59,7	48,9	50,2
60 e +	6,1	3,5	9,7	5,1	1,4	1,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COEFICIENTE DE DEPENDENCIA	0,329	0,390	0,364	0,264	0,298	0,338

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

Os dados da Tabela 19 mostram o número de membros inseridos na força de trabalho por estrato de renda e por adequação da dieta.

Os resultados reforçam o observado para a área Jiquiá/Remédios (Seção 3.1.2, Tabela 4), de que a renda é maior, quando mais membros da família estão inseridos no mercado de trabalho. Este fenômeno é mais bem visualizado para as famílias inadequadas, cujo estrato 1

de renda, não abrange famílias com 3 a 4 membros e mais, no mercado de trabalho. No estrato 4, por outro lado, observa-se exatamente o oposto, pois nenhuma das famílias desse estrato possui nenhum ou um membro apenas contribuindo para a renda familiar. Todas têm no mínimo dois membros, e, principalmente três ou quatro e mais membros.

Das famílias inadequadas do estrato 1, 83,4% têm apenas uma pessoa contribuindo para a renda familiar, enquanto no estrato 4, de renda mais alta, 44,4% possuem três membros e 44,4%, quatro membros e mais, inseridos no mercado de trabalho. Nenhuma das famílias desse último estrato possui apenas um membro ocupado.

Também para as adequadas, nota-se que, para o estrato 1, os domicílios têm no máximo dois membros ocupados; três e quatro ou mais membros só ocorrem para os estratos mais elevados de renda, embora seja alto o percentual de domicílios com apenas uma pessoa trabalhando em todos os estratos de renda.

TABELA 19
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS ADEQUADAS E INADEQUADAS, SEGUNDO O NÚMERO DE MEMBROS QUE CONTRIBUEM PARA A RENDA FAMILIAR, POR ESTRATO IBURA, 1986

ESTRATO RENDA Nº MEMBROS	DE DE	FAMÍLIAS ADEQUADAS				FAMÍLIAS INADEQUADAS			
		1	2	3	4	1	2	3	4
Nenhum		-	-	-	-	8,3	-	-	-
1		57,1	73,2	57,8	48,1	83,4	72,5	35,5	-
2		42,9	25,0	33,3	40,7	8,3	17,2	45,2	11,2
3		-	1,8	6,7	7,4	-	10,3	12,9	44,4
4 e + membros		-	-	2,2	3,7	-	-	6,4	44,4
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação PROAB, PIMES, 1986.

A Tabela 20 indica que, apenas para o estrato mais baixo de renda (zero a menos de 1 s. m.), é expressivo o percentual de chefes de família do sexo feminino. Das famílias desse estrato, aquelas com carência de calorias e/ou proteínas apresentam um percentual ligeiramente superior. Este percentual cai abruptamente a partir do 2º estrato, tanto para as famílias adequadas, como para as inadequadas.

Geralmente, as famílias que constituem o estrato mais baixo de renda, percebendo, portanto, menos que o salário mínimo, são formadas por jovens casais que iniciam a vida em comum; desempregados e sub-empregados; idosos que vivem de doações de parentes; ou famílias cujos chefes são mulheres...

Para o total de amostra, verifica-se que as famílias adequadas apresentam um percentual ligeiramente superior (17,8% contra 14,8%) de chefes – mulheres.

TABELA 20
SEXO DO CHEFE DE FAMÍLIA, SEGUNDO A ADEQUAÇÃO
ALIMENTAR E O ESTRATO DE RENDA EM %
IBURA, 1986

SEXO RENDA	FAMÍLIAS ADEQUADAS		FAMÍLIAS INADEQUADAS	
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
1	71,4	28,6	66,7	33,3
2	83,9	16,1	89,7	10,3
3	82,2	17,8	83,9	16,1
4	81,5	18,5	100,0	0,0
TOTAL	82,2	17,8	85,2	14,8

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

3.2.3 Instrução Materna e Adequação Alimentar

Por ser a genitora, a protagonista no preparo e escolha dos alimentos, a educação formal de mãe é variável de comprovada importância na determinação da dieta da família, conforme atestam os vários trabalhos já realizados.

O Gráfico 5 reflete uma situação em 1986, em que parece não haver distinção entre as mães sem instrução formal e aquelas que cursaram o primário sem completá-lo, no que se refere à adequação da dieta. Também não parece haver diferença significativa entre mães que possuem o 1º grau maior completo ou incompleto e mães que completaram o 2º grau (não houve casos de curso colegial incompleto).

As diferenças entre a escolaridade de mães adequadas e inadequadas se tornam mais patentes a partir do curso primário completo (1º grau menor), onde 61% das mães pertencem às famílias adequadas e apenas 39% delas têm com suas respectivas famílias um consumo inadequado de calorias e/ou proteínas.

Este fato parece indicar que talvez, seja necessária mais que a simples alfabetização, que, além de facilitar o acesso à informação, dê margem também, ao processo de compreensão lógica da mesma.

A análise por subárea revela (Tabela 21) que é ainda muito elevado o percentual de mães analfabetas, principalmente em Dois Carneiros, como, aliás, era esperado nesta subárea mais pobre (pouco menos que 50% delas).

A melhor situação fica para a vila UR2, com apenas 13,2% das mães sem instrução formal, no caso das famílias adequadas e 16% para as famílias inadequadas. Apresenta também expressivos percentuais de mães com 1º e 2º graus.

A vila UR12 é mais heterogênea abrangendo um mais alto percentual de mães analfabetas (24,2%) e também expressivo percentual de mães com primeiro grau maior (27,3% para as adequadas, porém apenas 9,1% para as inadequadas) e 2º grau (12,5% somente para as adequadas; nenhuma mãe inadequada concluiu, ou deixou incompleto, este nível de escolaridade); 3,1% delas (adequadas) concluíram o curso superior.

As famílias inadequadas apresentam um percentual mais elevado de mães com baixos níveis de escolaridade, qualquer que seja a subárea focalizada.

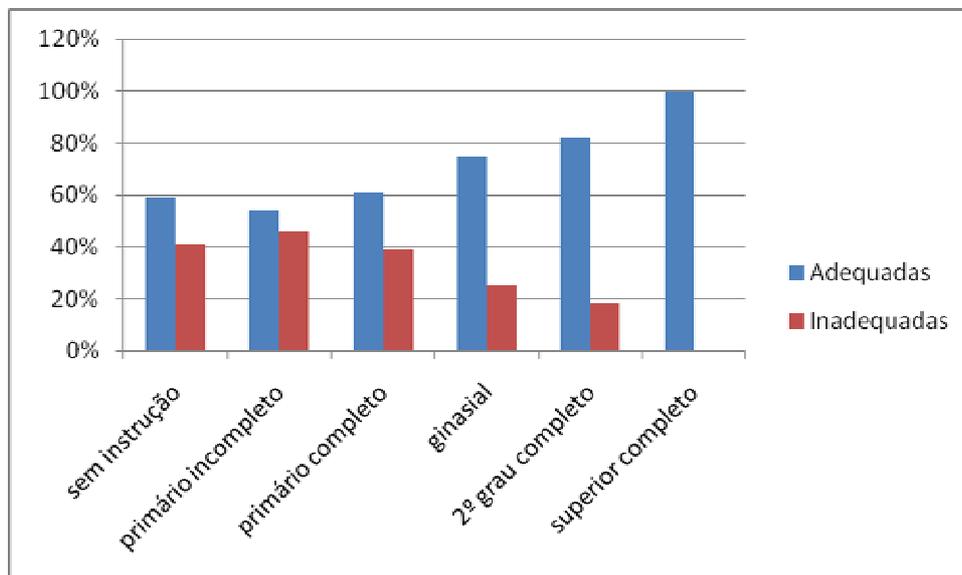


GRÁFICO 05 - Grau de instrução materna segundo a adequação da dieta - Ibura 1986

TABELA 21
 GRAU DE INSTRUÇÃO MATERNA, POR SUBAREA,
 SEGUNDO A ADEQUAÇÃO DA DIETA EM %
 IBURA, 1986

ESCOLARI- DADE SUBAREA	ADEQUADAS						INADEQUADAS				
	S/ INSTRUÇÃO FORMAL	PRIMARIO INCOMPLE- TO	PRIMA- RIO COMP.	GINASI- AL	2º GRAU	SUPE- RIOR	S/ INSTRUÇÃO FORMAL	PRIMARIO INCOMPLE- TO	PRIMA- RIO COMP.	GINASI- AL	2º GRAU
UR2	13,2	18,9	30,2	24,5	13,2	-	16,0	24,0	20,0	28,0	12,0
UR12	24,2	21,2	12,1	27,3	12,1	3,1	27,2	40,9	22,7	9,1	-
DOIS CARNEIROS	44,4	24,4	11,2	20,0	-	-	46,7	30,0	20,0	3,3	-
TOTAL	26,7	21,4	19,6	23,7	9,2	0,7	31,2	31,2	20,8	13,0	4,0

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB – PIMES/UFPE, 1986.

4 HABITOS DE COMPRAS EM BAIROS PERIFERICOS DO RECIFE

Neste capítulo buscar-se-á, além da análise da evolução dos hábitos de compras de famílias carentes (especialmente até 2 salários mínimos de renda familiar) ao longo do tempo (1973/1987), verificar também algo que é corriqueiro na literatura, ou seja, que o consumidor urbano pobre compre preferencialmente aos pequenos varejistas por oferecerem crédito (sistema de cadernetas), a possibilidade de vendas em quantidades mínimas e localizarem-se nas proximidades dos domicílios, embora pague um preço mais alto por esses serviços (MUSGROVE , 1986; SILVA, 1981; GALVÃO, 1975).

Este capítulo tem também a meta de avaliar o impacto do Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB) sobre a escolha das famílias, relativa a fornecedores, via preços subsidiados de alguns produtos. As famílias compram realmente mais barato a esses fornecedores cadastrados pelo Programa?

4.1 PROAB

O PROAB, um dos programas do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAM), foi implantado em 1979, em Recife, e só a partir de 1981 é que foi estendido a outras capitais nordestinas. Era um programa supervisionado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), em convênio com governos estaduais e municipais. A COBAL se encarregava de adquirir os alimentos que compunham a cesta/PROAB. Esses produtos, segundo a filosofia do II PRONAN, deveriam ser comprados em áreas rurais do Nordeste do país, principalmente a pequenos produtores (responsáveis por grandes parcelas da produção de alimentos básicos), fornecendo-lhes um mercado institucional para seus produtos.

Dependia da COBAL, ainda, a distribuição desses produtos ao pequeno varejo e o cadastramento desses varejistas que se localizavam na periferia das grandes cidades nordestinas, onde havia concentração da pobreza.

O PROAB era, então, um programa que agia diretamente no sistema de abastecimento alimentar da população de baixa renda, através da venda de produtos alimentares básicos a preços subsidiados.

Ostentava um baixo custo operacional, uma vez que não identificava as famílias agraciadas, mas sim os bairros que deveriam ser de baixa renda, supondo-se que, com essa restrição, o projeto beneficiaria as famílias que apresentassem deficiências nutricionais, pois uma das causas básicas da desnutrição é a pobreza. Havia, contudo, a possibilidade de desvios, quer através da venda dos produtos subsidiados para outras áreas, quer pelo consumo desses produtos por famílias de renda elevada, o que restringiria a eficácia do programa. Durante o governo da Nova República, com a diminuição paulatina da influência e poder político do INAN os níveis de subsídios caíram muito. Até a completa extinção dos mesmos.

4.1.1 Objetivos do PROAB

O objetivo principal do PROAB era melhorar as condições de saúde, principalmente em termos nutricionais, de famílias que percebiam uma renda muito baixa, através de um incremento no consumo de alimentos subsidiados. Mas além de visar o consumidor, ele também objetivava estimular a produção de alimentos e elevar a renda dos pequenos produtores através do Programa de Compra de Alimentos Básicos (PROCAB), também do INAN.

Era, também, objetivo secundário do PROAB aumentar a renda dos pequenos varejistas estimulando a compra de alimentos em seus estabelecimentos.

Também visava, secundariamente, estimular a concorrência via diminuição de preços, pois ao reduzir o custo de aquisição dos alimentos para os pequenos varejistas, diminuiria os preços praticados por estes, levando, assim, os seus concorrentes a também baratarem seus preços (SAMPAIO, 1989).

4.1.2 Alimentos selecionados e seus preços finais

Eram onze os produtos subsidiados pelo PROAB: açúcar, arroz, charque, farinha de mandioca, feijão, fubá de milho, leite em pó, macarrão, óleo, ovo e peixe salgado. São estes os alimentos mais consumidos pelas famílias de baixa renda e, por isso, foram selecionados para serem subsidiados, com raras exceções, como é o caso de Teresina, onde o charque e o peixe salgado foram substituídos pelo galeto abatido e a tapioca (COIMBRA, 1985).

Quanto aos preços finais (ao nível do consumidor), eles foram determinados considerando-se a margem de 7% para a COBAL, sobre o preço de aquisição dos bens, o subsídio médio de 20% e uma margem de lucro para o varejista de 11%, ou seja:

$$P_v = P_c + 0,07 P_c + 0,11 (P_c + 0,07P_c - 0,2P_c) \text{ onde:}$$

P_c = preço de aquisição de produto pela COBAL

P_v = preço final do produto (SAMPAIO, 1989).

4.2 Comparação entre hábitos de compra 1973/1987 por estrato de renda

O objetivo dessa seção é fazer uma análise comparativa dos hábitos de compra dos diversos tipos de produtos alimentares e dos fornecedores escolhidos, em função do estrato de renda, buscando captar como têm evoluído tais hábitos nas famílias de baixa renda, principalmente as que percebem renda até dois salários mínimos.

Buscar-se-á particularmente verificar a evolução do grau de influência dos supermercados e minimercados (postos de auto-serviço, que apresentam técnicas modernas de comercialização) no fornecimento de produtos básicos às famílias de baixa renda, em oposição à atuação de pequenas mercearias, mercados públicos e feiras livres (postos tradicionais de comercialização).

Verificar-se-á, ainda, a influência do programa PROAB nas preferências dos consumidores.

Tentar-se-á atingir os objetivos, através da utilização dos dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, realizada pelo PIMES/UFPE, em 1987 (descrita na parte referente à

metodologia desse estudo, cap.2), como também, os dados correspondentes à pesquisa realizada em 1973 pelo PIMES/UFPE e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), abrangendo 1.855 domicílios, em sete dos municípios que compreendem a Região Metropolitana do Recife, incorporando as informações relativas a 120 produtos alimentares. Trata-se da pesquisa “Abastecimento Alimentar do Nordeste Urbano”, parte referente ao Grande Recife (SUDENE; UFPE, 1975).

Há que considerar, na análise, alguns pontos que podem acarretar distorções. Enquanto a pesquisa relativa a 1973 foi realizada, como referido acima, praticamente em toda região metropolitana do Recife, a pesquisa de 1987 abrangeu apenas algumas áreas: uma amostra de Jiquiá/Remédios (Grupo Teste) e outra de Torrões/Engenho do Meio (Grupo Controle), áreas estas reconhecidamente pobres, público alvo do PROAB, a primeira; e a segunda apresenta condições sócio-econômicas semelhantes. Os estratos de renda, em função do salário mínimo de cada ano, podem provocar distorções em termos do poder de compra das épocas estudadas. Porém, como o objetivo é apenas analisar hábitos de compra por estrato de renda, e não comparar poder de compra em cada período, tais possíveis desvios, espera-se, serão minimizados.

4.2.1 Carnes e Pescados

Analisando-se as Tabelas 22 e 23, verifica-se que, em relação ao fornecedor mais utilizado nesse grupo de alimentos (carnes e pescados), não houve muita variação nos hábitos de compra entre 1973 e 1987, pois os açougues e frigoríficos continuam como principais fornecedores, em todos os estratos, se bem que de uma forma um pouco mais acentuada em 1987.

As feiras livres que apareciam logo depois dos frigoríficos, como fornecedores preferidos pelas famílias de baixa renda em 1973, sofreram uma notável redução de sua participação em 1987, em detrimento de uma maior participação dos açougues e frigoríficos, supermercados e mercados públicos, na faixa de renda de até dois salários mínimos. No estrato 1, por exemplo, as feiras livres, que participavam com 17,55% dos gastos dos consumidores com carnes e pescados, tiveram essa participação reduzida para apenas 3,1% dos gastos com o referido produto. No estrato 2, essa redução foi de 22,9% para os insignificantes 2,94%.

TABELA 22
GRANDE RECIFE
HABITOS DE COMPRAS DAS UDC SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E POR NIVEIS DE RENDA
(em percentagens de gastos)
1973

NÍVEIS DE RENDA	CARNES E PESCADOS															TOTAL
	Feira Livre	CEASA	Super-mercados	Armaz./Mercearia	Padar. Confeitaria	Açougue/Frigorifico	Quitanda/Frutaria	Mercado Público	Peixaria	Ambulante	Cooper./subsistência	Produtor	Distrib./representante	Outros	Não Declarado	
0 - 1	17,55	-	3,53	24,85	-	39,66	0,04	7,82	0,25	2,38	0,11	1,78	-	2,01	0,02	100,00
1 - 2	22,90	0,01	9,23	14,43	-	34,97	0,52	9,85	0,40	1,64	0,73	4,24	0,11	0,97	-	100,00
2 - 3	19,98	-	10,33	11,41	-	38,42	0,16	12,26	0,25	1,24	1,36	3,33	0,31	9,91	0,02	100,00
3 - 4	12,05	-	10,73	11,94	-	47,38	0,21	9,77	0,36	1,55	2,28	3,34	-	0,40	-	100,00
4 - 5	10,21	-	13,60	6,11	-	47,10	0,40	16,28	0,32	1,48	1,29	3,02	0,10	0,05	-	100,00
5 - 6	14,32	-	11,51	6,71	-	47,10	-	12,87	0,14	1,99	1,07	3,65	0,37	-	0,25	100,00
6 - 7	13,85	-	13,50	5,40	-	52,82	0,02	8,65	0,09	0,85	0,49	4,09	-	0,25	-	100,00
7 - 9	14,04	0,02	15,18	4,30	-	51,25	-	13,12	0,20	2,41	0,51	2,85	0,01	0,07	-	100,00
9 - 15	4,50	0,43	16,20	1,10	-	56,30	0,10	12,93	0,54	1,49	1,80	2,91	0,59	0,26	0,01	100,00
15 - +	4,23	0,07	22,20	0,70	-	52,70	0,14	11,17	0,80	3,41	1,71	2,63	0,05	0,24	-	100,00
Não Declarado	5,19	-	12,90	12,75	-	34,99	-	35,97	0,74	4,23	-	1,42	1,82	-	-	100,00
TOTAL	11,54	0,08	14,23	6,82	-	47,64	0,18	12,01	0,41	1,91	1,33	3,18	0,20	0,41	0,02	100,00

Fonte: Pesquisa de Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano/PIMES, SUDENE, 1973

No entanto, é preciso considerar na análise da evolução da participação dos armazéns e mercearias, em 1987, que estes foram subdivididos em varejo PROAB e varejo não filiado ao programa. Se forem considerados apenas o varejo não filiado ao PROAB haverá uma drástica redução de participação. Na verdade ela não é tão drástica como pode parecer aos mais desavisados, pois o varejo PROAB, constituído de pequenas mercearias, vende nesse grupo o charque e o peixe seco, em que pese o fato do peixe seco ter apresentado uma oferta descontínua durante a existência do programa. Assim, para o estrato 1, a redução foi de 24,85% em 1973 para 9,43% em 1987. No estrato 2, passou de 14,43% para 9,06%. Lembre-se que o charque é importante item de consumo dessas famílias.

TABELA 23
CARNES E PESCADOS
HABITOS DE COMPRAS SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E
NIVEIS DE RENDA
(em percentagens de gastos)
1987

TP – FORNECEDOR	NIVEIS DE RENDA		
	(0/1 SM)	(1/2 SM)	(2/4 SM)
	ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
01 - FEIRA LIVRE	3,01	2,94	3,48
02 – CEASA	0,77	0,27	-
03 – SUPERMERCADOS	8,12	8,51	14,71
04 - ARMAZÉM/MERCEARIA	2,11	2,45	2,63
05 - AÇOUGUE/FRIGORÍFICO	40,58	44,17	42,16
06 - QUITANDA/FRUTARIA	3,44	5,88	4,00
07 - MERCADO PÚBLICO	13,31	6,03	3,40
08 – PEIXARIA	0,17	0,28	0,15
09 – AMBULANTE	-	-	0,36
10 - DISTRIBUIDOR/REPRESENT.	-	-	0,32
11 – SACOLÃO	0,21	0,23	0,28
12 - VAREJISTA/PROAB	7,32	6,61	6,69
13 - REDE SOMAR	-	-	-
14 – OUTROS	6,58	3,40	3,13
15 - NÃO SOUBE RESPONDER	14,38	9,23	18,69
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

4.2.2 Cereais e Outros

Neste grupo de alimentos, nota-se, de forma expressiva, uma tendência de transferência das compras das famílias mais pobres, dos armazéns/mercearias e feiras livres em 1973, para os postos de auto-serviço em 1987. O supermercado chegou a atingir 51% dos gastos das famílias do estrato de pior condição sócio-econômica, contra, apenas, 10% em 1973.

TABELA 24
GRANDE RECIFE
HABITOS DE COMPRAS DAS UDC SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E NIVEIS DE RENDA
(em percentagens de gastos)
1973

NÍVEIS DE RENDA	CEREAIS													TOTAL
	Feira Livre	CEASA	Supermercados	Armaz./ Mercearia	Padar. Confeitaria	Quitanda/ Frutaria	Mercado Público	Ambulante	Cooper./ subsistência	Produtor	Distrib./ representante	Outros	Não Declarado	
0 - 1	28,22	-	9,94	50,80	-	-	9,10	0,37	0,96	0,31	-	0,30	-	100,00
1 - 2	27,63	-	25,42	32,16	0,03	0,29	12,94	0,01	1,52	-	-	-	-	100,00
2 - 3	24,44	0,02	32,31	31,31	-	-	8,57	-	3,51	-	-	0,34	-	100,00
3 - 4	17,45	0,33	40,68	27,33	0,04	0,28	4,63	-	3,57	5,26	-	0,02	-	100,00
4 - 5	12,05	0,03	54,12	25,10	0,03	-	5,63	-	2,63	-	0,16	0,27	-	100,00
5 - 6	15,99	0,21	48,39	26,50	-	-	6,03	0,16	2,64	0,08	-	-	-	100,00
6 - 7	10,61	-	59,51	21,82	-	-	6,75	-	1,26	-	-	0,02	0,02	100,00
7 - 9	12,69	-	64,76	17,23	-	-	3,64	-	1,22	-	-	0,46	-	100,00
9 - 15	7,45	1,45	79,51	8,16	0,03	-	2,87	-	0,53	-	-	-	-	100,00
15 - +	8,77	-	84,94	2,50	0,16	-	1,83	-	1,72	-	-	0,09	-	100,00
Não Declarado	0,23	-	62,32	4,41	-	-	33,05	-	-	-	-	-	-	100,00
TOTAL	17,20	0,21	49,06	23,71	0,03	0,08	6,71	0,06	2,11	0,71	0,02	0,14	-	100,00

Fonte: Pesquisa de Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano/PIMES, SUDENE, 1973

Os armazéns/mercearias continuam abocanhando uma importante parcela dos gastos das famílias de baixa renda, graças ao varejo PROAB que ofertava nesse grupo feijão, arroz, farinha de mandioca e fubá de milho a preços subsidiados. O citado varejo apresenta uma participação de 33,2% dos gastos das famílias do estrato 1 e 45% no estrato de até dois salários mínimos.

Curiosamente, a maior redução fica para o estrato de até um salário mínimo, que passou de 50,8% em 1973, para, apenas, 34,76% em 1987. O estrato de renda imediatamente superior gastou mais nos armazéns/mercearias em 1987, particularmente no varejo/PROAB, passando de 32,16% em 1973 para 54,28% em 1987. Houve uma inversão nos dois estratos.

Outro fato que merece menção é a notável redução de participação dos mercados públicos no fornecimento de cereais e outros, pois os mesmos dominavam, por exemplo, uma fatia de mais de 10% dos gastos das famílias do estrato 2, em 1973, perdendo toda participação em 1987. Mesmo no estrato de renda mais baixa (estrato 1), a sua participação foi inexpressiva em 1987 (9,1% em 1973, contra apenas, 1,7% no ano mencionado antes).

TABELA 25
CEREAIS
HABITOS DE COMPRAS SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E NIVEIS DE RENDA
(em percentagens de gastos)
1987

TP – FORNECEDOR	NIVEIS DE RENDA		
	(0/1 SM)	(1/2 SM)	(2/4 SM)
	ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
01 - FEIRA LIVRE	11,17	10,30	8,51
02 – CEASA	-	-	-
03 – SUPERMERCADOS	51,03	34,02	51,18
04 - ARMAZÉM/MERCEARIA	1,60	9,33	3,19
05 - PADARIA/ CONFEITARIA	-	-	0,14
06 - QUITANDA/FRUTARIA	-	0,07	0,28
07 - MERCADO PÚBLICO	1,70	-	-
08 – AMBULANTE	-	0,98	-
09 - DISTRIBUIDOR/REPRESENT.	-	0,35	-
10 - VAREJISTA/PROAB	33,16	44,95	36,40
11 – OUTROS	1,34	-	-
12 - NÃO SOUBE RESPONDER	-	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

4.2.3 Industrializados

Neste item, produtos industrializados, é bastante acentuada a tendência crescente de participação dos supermercados no atendimento às famílias de baixa renda, chegando a atingir algo em torno de 55% em 1987, contra apenas 15,48% em 1973, para o estrato de renda mais baixa (estrato 1). Isto implica que, mantendo-se a tendência observada, os futuros programas

de subsídios de preços, que envolvam produtos industrializados, tenham como veículo mais apropriado para a distribuição desses alimentos à população carente, o supermercado.

O pequeno varejo tradicional, porém, também abocanhou uma boa parcela dos gastos das famílias pobres com industrializados, 39,23%, no estrato de um a dois salários mínimos, para o varejo/PROAB, que ofertava nesse grupo o açúcar e o óleo de soja. Nesse caso, supõe-se, que os produtos/PROAB funcionaram como chamariz para compra de outros produtos industrializados. No total, os armazéns e mercearias contabilizaram 33,82% e 53,33% dos gastos familiares com produtos industrializados dos estratos 1 e 2, respectivamente. Surpreende a participação maior do supermercado no estrato de condição social inferior (menos de um salário mínimo).

TABELA 26
GRANDE RECIFE
HABITOS DE COMPRA DAS UDC SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E POR NIVEIS DE RENDA
(em percentagens de gastos)
1973

NÍVEIS DE RENDA	INDUSTRIALIZADOS													TOTAL
	Feira Livre	CEASA	Super-mercados	Armaz./ Mercearia	Padar. Confeitaria	Quitanda/ Frutaria	Mercado Público	Ambulante	Cooper./ subsistência	Produtor	Distrib./ representante	Outros	Não Declarado	
0 - 1	9,47	-	15,49	64,49	0,66	0,22	7,38	-	0,82	-	-	1,47	-	100,00
1 - 2	10,49	-	34,53	46,04	0,67	0,07	6,19	0,02	1,34	0,57	0,05	0,03	-	100,00
2 - 3	6,53	-	44,80	38,07	1,24	-	5,40	0,07	3,12	0,21	-	0,54	0,02	100,00
3 - 4	3,41	-	49,24	34,52	1,60	1,67	3,93	-	5,01	0,30	-	0,31	-	100,00
4 - 5	1,87	-	61,35	27,17	1,19	0,39	4,52	-	3,09	-	-	0,42	-	100,00
5 - 6	3,16	-	66,22	21,43	0,92	-	4,39	0,06	3,33	0,48	-	-	0,01	100,00
6 - 7	2,54	-	69,41	19,26	3,14	-	4,47	-	1,18	-	-	-	-	100,00
7 - 9	2,47	-	74,04	16,05	3,09	-	0,89	0,01	2,23	0,10	0,05	0,88	0,19	100,00
9 - 15	1,23	1,20	82,97	8,01	2,22	-	3,38	-	0,99	-	-	-	-	100,00
15 - +	0,21	-	93,36	1,96	1,24	-	0,93	-	2,01	0,25	-	0,02	0,01	100,00
Não Declarado	0,09	-	78,01	5,42	-	-	16,47	-	-	-	-	-	-	100,00
TOTAL	3,79	0,15	62,89	24,54	1,54	0,24	3,94	0,02	2,37	0,21	0,01	0,27	0,02	100,00

FONTE: Pesquisa de Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano/PIMES, SUDENE, 1973

Excetuando-se as participações do supermercado e armazéns/mercearias, os demais fornecedores tiveram-na irrisória em 1987, inclusive a feira livre, que açambarcava cerca de

10% dos gastos nos estratos 1 e 2 em 1973, reduziu para apenas 3,41% e 2,36% a sua participação nos estratos 1 e 2, respectivamente.

O mercado público, que tinha alguma influência em 1973, praticamente desapareceu como alternativa de consumo para as famílias de baixa renda, nesse grupo de alimentos, em 1987.

TABELA 27
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
HABITOS DE COMPRAS SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E
POR NÍVEIS DE RENDA
(em percentagem de gastos)
1987

TP - FORNECEDOR	NÍVEIS DE RENDA		
	(0/1 SM)	(1/2 SM)	(2/4 SM)
	ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
01 - FEIRA LIVRE	3,41	2,36	2,60
02 - CEASA	1,37	0,10	-
03 - SUPERMERCADOS	55,77	40,34	55,48
04 - ARMAZÉM/MERCEARIA	5,46	14,10	7,13
05 - PADARIA/CONFEITARIA	0,50	2,36	0,17
06 - AÇOUGUE/FRIGORÍFICO	1,49	-	-
07 - QUITANDA/FRUTARIA	0,20	0,60	0,44
08 - MERCADO PÚBLICO	-	0,83	0,04
09 - PEIXARIA	-	-	-
10 - AMBULANTE	-	0,80	-
11 - COBAL (Posto Volante)	-	-	0,42
12 - SACOLÃO	0,40	-	-
13 - VAREJISTA/PROAB	28,36	39,23	33,60
14 - OUTROS	3,04	-	0,40
15 - NÃO SOUBE RESPONDER	-	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

4.2.4 Pães e Massas

Da análise desse grupo de produtos, pães e massas, vale ressaltar um fenômeno interessante: em 1973, as famílias de mais baixas rendas (até menos de dois salários mínimos), preferiam comprar em mercearias talvez para aproveitar o crédito proporcionado por elas (fiado), e, somente a partir de dois salários mínimos se manifestava a preferência por padarias e confeitarias. Os dados relativos a 1987, porém, indicam a predominância, em todos os estratos de renda considerados, da compra em padaria e confeitarias. Tal mudança pode ser resultante da modernização das padarias, que passaram a ofertar um maior volume de produtos, entre os quais, o leite pasteurizado. Vale mencionar ainda, que, em 1987, estava sendo implementado o Programa Nacional do Leite para crianças carentes (carro-chefe da política social do governo da “Nova República”) e que, naqueles estabelecimentos (padarias e confeitarias), o tíquete do leite podia ser trocado por pão.

TABELA 28
GRANDE RECIFE
HABITOS DE COMPRA DAS UDC's SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E POR NIVEIS DE RENDA (EM PERCENTAGENS DE GASTOS) 1973

NÍVEIS DE RENDA	PÃES E MASSAS														
	Feira Livre	CEASA	Super-mercados	Armaz./ Mercearia	Padar. Confeitaria	Açougue / Frigorífico	Quitanda/ Frutaria	Mercado Público	Ambulante	Cooper./ subsistência	Produtor	Distrib./ representante	Outros	Não Declarado	TOTAL
0 - 1	0,27	-	3,29	57,82	30,05	-	-	0,95	5,29	0,12	1,13	-	1,07	-	100,00
1 - 2	1,26	-	8,74	41,86	38,30	-	0,54	1,11	7,15	0,57	0,02	0,05	0,38	0,03	100,00
2 - 3	0,90	-	12,27	29,57	51,18	0,19	-	1,14	3,18	0,91	0,05	-	0,58	0,02	100,00
3 - 4	0,38	-	13,50	29,32	53,55	-	1,05	0,47	0,54	0,96	-	-	0,21	0,03	100,00
4 - 5	0,08	-	16,58	19,11	57,50	-	0,30	0,77	3,98	0,81	-	0,88	0,01	-	100,00
5 - 6	0,93	-	17,10	20,86	50,14	-	0,11	1,08	7,08	2,64	0,07	-	-	-	100,00
6 - 7	0,19	-	22,73	13,74	56,93	-	-	1,46	3,18	0,18	-	-	1,58	-	100,00
7 - 9	0,12	-	26,83	9,44	61,05	-	-	0,22	1,85	0,25	0,05	-	0,19	-	100,00
9 - 15	0,36	0,48	30,44	6,33	57,95	-	-	0,62	3,45	0,21	0,17	-	-	-	100,00
15 - +	-	-	34,66	1,76	60,52	-	-	-	2,49	0,56	-	-	-	-	100,00
Não Declarado	-	-	21,19	6,15	66,55	-	-	6,19	-	-	-	-	-	-	100,00
TOTAL	0,49	0,05	19,11	21,67	52,79	0,03	0,24	0,78	3,61	0,73	0,07	0,10	0,32	0,31	100,00

FONTE: Pesquisa de Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano/PIMES, SUDENE, 1973

TABELA 29
PÃES E MASSAS
HABITOS DE COMPRAS SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E
POR NÍVEIS DE RENDA
(em percentagem de gastos)
1987

TP - FORNECEDOR	NIVEIS DE RENDA		
	(0/1 SM)	(1/2 SM)	(2/4 SM)
	ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
01 - FEIRA LIVRE	-	-	-
02 - CEASA	-	-	-
03 - SUPERMERCADOS	15,46	13,12	19,81
04 - ARMAZÉM/MERCEARIA	14,80	14,17	14,95
05 - PADARIA/CONFEITARIA	34,72	38,31	44,87
06 - AÇOUGUE/FRIGORÍFICO	-	-	-
07 - QUITANDA/FRUTARIA	3,70	9,10	3,75
08 - MERCADO PÚBLICO	1,56	0,15	-
09 - PEIXARIA	-	-	-
10 - AMBULANTE	5,63	2,30	2,40
11 - COOP. DE SUBSISTÊNCIA	-	-	-
12 - PRODUTOR	-	0,24	0,05
13 - DISTRIBUIDOR / REPRESENTANTE	-	1,14	-
14 - COBAL (Posto Volante)	1,08	-	0,80
15 - PCA - LBA	-	-	-
16 - PSA	-	-	-
17 - SACOLÃO	-	-	-
18 - VAREJISTA/PROAB	16,83	19,36	14,90
19 - REDE SOMAR	-	-	-
20 - OUTROS	4,59	1,56	2,31
21 - NÃO SOUBE RESPONDER	1,63	0,55	0,88
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

Mesmo perdendo terreno, o pequeno varejo tradicional, tem ainda em 1987, uma expressiva participação nos gastos familiares, com os produtos em foco, sendo apenas ligeiramente superado por padarias e confeitarias: 34,73% contra 31,63%, no estrato 1, e 38,53% contra 33,53%, no estrato 2.

Mais uma vez, o varejo PROAB colabora para este resultado, apresentando um alimento subsidiado no item, o macarrão abocanhando assim 16,8% e 19,3% dos gastos familiares do 1º e 2º estratos de renda mais baixa, respectivamente. A diferença, no entanto,

entre armazéns/mercearias não cadastrados no programa e o varejo/ PROAB na foi tão grande: 14,8% contra 16,8% no estrato 1 e 14,2% contra 19,4%, respectivamente.

Por último, um fato merece realce. É a crescente importância do supermercado na venda de pães e massas, e que, notadamente para o estrato de mais baixa condição sócio-econômica, apresenta uma considerável transferência desses bens, pois em 1973 representava apenas 3,3% dos gastos dessas famílias, passando para 15,5%, em 1987.

4.2.5 Laticínios e ovos

TABELA 30
GRANDE RECIFE
HABITOS DE COMPRA DAS UDC's SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR
FORNECEDORES E POR NIVEIS DE RENDA
(EM PORCENTAGENS DE GASTOS)
1973

NÍVEIS DE RENDA	LATICIONIOS E OVOS														
	Feira Livre	CEASA	Super-mercados	Armaz./ Mercearia	Padar. Confeitaria	Açougue / Frigorífico	Quitanda/ Frutaria	Mercado Público	Ambulante	Cooper./ subsistência	Produtor	Distrib./ representante	Outros	Não Declarado	TOTAL
0 - 1	5,07	-	14,67	60,08	4,23	0,33	-	5,13	3,89	-	5,79	-	0,80	-	100,00
1 - 2	6,28	-	29,87	44,27	5,94	0,24	0,29	5,65	2,86	1,59	2,25	-	0,76	-	100,00
2 - 3	6,04	-	35,94	36,92	7,31	-	0,65	3,90	1,48	3,47	2,50	0,59	0,70	-	100,00
3 - 4	2,63	0,20	37,33	31,40	12,09	0,47	0,47	4,01	2,04	3,90	4,59	-	0,87	-	100,00
4 - 5	4,30	-	51,43	20,23	11,30	1,22	1,01	2,74	1,26	1,45	4,58	0,06	0,41	-	100,00
5 - 6	3,32	-	47,62	20,64	11,66	2,84	0,11	3,77	1,94	1,11	4,57	1,13	1,11	-	100,00
6 - 7	3,61	-	52,22	16,69	11,94	0,08	1,86	5,22	2,18	1,44	2,95	0,47	1,35	-	100,00
7 - 9	3,35	-	53,43	15,02	12,37	2,60	0,72	2,33	5,36	0,54	2,66	0,95	0,38	-	100,00
9 - 15	4,33	1,17	63,33	8,92	11,01	0,50	0,26	2,41	2,67	1,30	2,87	0,71	0,06	0,46	100,00
15 - +	1,09	0,90	69,52	3,23	15,18	0,67	0,31	2,39	2,41	1,42	1,91	0,15	0,42	0,01	100,00
Não Declarado	-	-	67,62	3,24	0,68	-	1,08	20,99	-	-	6,40	-	-	-	100,00
TOTAL	6,63	0,41	51,80	19,65	11,23	0,82	0,54	3,42	2,50	1,16	3,09	0,41	0,57	0,08	100,00

FONTE: Pesquisa de Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano/PIMES, SUDENE, 1973

Neste grupo de produtos, laticínios e ovos, também se verifica uma nítida mudança nos hábitos de compras das famílias de baixa renda, pois, enquanto em 1973, no estrato 1, mais de 60% dos gastos eram realizados nos armazéns/mercearias e a influência do supermercado era mínima (14,67%), em 1987 a situação se inverte, com a maior preferência

pelo supermercado (32,21% contra 26,44%), em que pese a atuação do varejo/PROAB, ofertando desta feita ovos e leite em pó a preços subsidiados, produtos estes de ampla aceitação por parte da população contemplada. Notem-se as percentagens de participação do varejo não filiado ao programa, apenas: 7%; 11% e 10%, respectivamente, para os estratos de renda 1, 2 e 3. Curiosamente, os estratos de renda relativamente mais alta participaram mais do PROAB, 30,6% dos gastos, no estrato 2 e 28,2% no estrato 3, contra apenas 19,3% no estrato 1.

TABELA 31
LATICÍNIOS E OVOS
HÁBITOS DE COMPRAS
SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E POR NÍVEIS DE RENDA
(EM PORCENTAGEM DE GASTOS)
1987

TP - FORNECEDOR	NÍVEIS DE RENDA		
	(0/1 SM)	(1/2 SM)	(2/4 SM)
	ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
01 - FEIRA LIVRE	0,70	2,28	3,01
02 - CEASA	0,85	0,45	0,50
03 - SUPERMERCADOS	32,21	32,00	33,17
04 - ARMAZÉM/MERCEARIA	7,11	10,96	9,66
05 - PADARIA/CONFEITARIA	17,55	7,40	11,30
06 - AÇOUGUE/FRIGORÍFICO	-	0,90	0,83
07 - QUITANDA/FRUTARIA	6,71	0,94	2,68
08 - MERCADO PÚBLICO	-	2,01	0,16
09 - PEIXARIA	-	-	-
10 - AMBULANTE	-	0,54	-
11 - COOP. DE SUBSISTÊNCIA	-	0,60	-
12 - PRODUTOR	-	1,14	1,18
13 - DISTRIBUIDOR / REPRESENTANTE	0,68	-	-
14 - COBAL (Posto Volante)	5,20	-	0,15
15 - PCA - LBA	-	-	-
16 - PSA	-	-	-
17 - SACOLÃO	-	-	-
18 - VAREJISTA/PROAB	19,33	30,56	28,20
19 - REDE SOMAR	-	-	-
20 - OUTROS	1,18	2,93	0,97
21 - NÃO SOUBE RESPONDER	2,48	7,29	8,19
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

Outra mudança relevante nos hábitos de compras dessas famílias revela-se através da crescente importância das padarias e confeitarias no fornecimento, em especial, às

famílias com nível de renda inferior a um salário mínimo, que passou de 4,23% em 1973 para 17,55% em 1987. Este fato pode ser explicado, como já referido em outra parte do trabalho, pelo Programa Nacional do Leite para crianças carentes, pois as famílias de renda até dois salários mínimos trocavam os tíquetes por leite em padarias e também supermercados.

Em relação às quitandas e frutarias, apesar de sua reduzida participação no fornecimento de laticínios e ovos, observa-se um moderado crescimento de sua influência no abastecimento às famílias com nível de renda inferior a um salário mínimo, pois em 1973 essas famílias não compravam nesses estabelecimentos, e em 1987 passaram a fazê-lo com praticamente 7% dos seus gastos.

Merece menção, mais uma vez, a observação de que há marcante retração das feiras livres e mercados públicos no fornecimento de alimentos às famílias de baixa renda. Os domicílios do estrato inferior a um salário mínimo absolutamente não compraram no mercado público e a feira livre participou de forma irrisória dos gastos dessas famílias com esses bens: 5,07% em 1973 e 0,7% em 1987.

4.2.6 Frutas

Apesar do predomínio no fornecimento de frutas à população de baixa renda, a feira livre sofreu retração em sua participação nos gastos dessas famílias, pois em 1973, respondia por, praticamente, 70% desses gastos para famílias do estrato de renda inferior a um salário mínimo, passando em 1987 para algo em torno de 40%. Redução semelhante verifica-se para o estrato que lhe é imediatamente superior (de um salário mínimo a menos de dois salários mínimos).

É digna de nota, também neste item, a sensível redução de participação de armazéns e mercearias, em particular para as famílias situadas no estrato de menor renda, cuja participação cai de 12% em 1973 para algo em torno de 2,5%, em 1987.

Os supermercados ainda apresentam uma tímida participação neste grupo de alimentos, embora já seja observada alguma reação em 1987 através das famílias situadas no estrato 1, surpreendentemente outra vez.

TABELA 32
GRANDE RECIFE
HABITOS DE COMPRAS SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E
POR NIVEIS DE RENDA
(EM PERCENTAGEM DE GASTOS)
1973

NÍVEIS DE RENDA	FRUTAS														
	Feira Livre	CEASA	Super-mercados	Armaz./ Mercearia	Açougue / Frigorífico	Quitanda/ Frutaria	Mercado Público	Peixaria	Ambulante	Cooper./ subsistência	Produtor	Distrib./ representante	Outros	Não Declarado	TOTAL
0 - 1	68,85	-	0,24	12,31	-	4,03	5,27	-	7,81	-	0,58	-	0,58	0,33	100,00
1 - 2	73,24	1,47	2,10	7,89	2,73	3,16	3,82	-	5,15	0,01	0,35	-	0,08	-	100,00
2 - 3	29,06	0,46	1,07	2,16	0,03	0,92	1,45	-	1,48	0,01	0,02	-	0,04	63,31	100,00
3 - 4	66,56	1,37	6,22	4,67	-	6,52	7,44	-	5,83	1,05	0,26	-	0,02	0,06	100,00
4 - 5	69,41	3,00	5,96	3,69	-	3,24	9,77	-	4,12	-	0,30	0,51	-	-	100,00
5 - 6	69,57	1,95	9,50	5,15	-	0,77	4,52	-	7,07	0,85	0,33	-	-	0,28	100,00
6 - 7	67,37	7,18	8,25	3,68	0,07	0,54	6,82	-	5,77	-	0,12	-	-	0,20	100,00
7 - 9	53,76	5,86	13,67	3,16	-	3,37	12,93	-	6,45	0,10	0,35	-	0,30	0,06	100,00
9 - 15	46,14	12,16	22,90	1,76	0,09	0,90	8,41	-	7,22	0,23	0,15	-	-	0,03	100,00
15 - +	32,57	22,46	26,36	0,04	-	2,61	10,94	-	4,28	0,22	0,16	0,32	0,01	0,03	100,00
Não Declarado	64,73	-	31,09	0,42	-	0,04	-	-	3,72	-	-	-	-	-	100,00
TOTAL	47,19	7,40	11,53	2,80	0,21	2,16	6,70	-	4,50	0,20	0,18	0,10	0,05	16,98	100,00

FONTE: Pesquisa de Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano/PIMES, SUDENE, 1973

Um registro importante é a mudança na participação da CEASA, no item em foco. O estrato de renda inferior (menor que um salário mínimo), que em 1973 não comprava no citado estabelecimento comercial, passou a fazê-lo alocando aí 12,51% de seus gastos com frutas.

Outro fato que merece destaque é o papel dos ambulantes como fornecedores deste produto à população de baixa renda, uma vez que tiveram a sua influência acrescida, apresentando em 1973 7,8% dos gastos e em 1987, 27%, no estrato 1 e passando de 5,2% para 13,4%, no estrato 2.

A quitanda/frutaria também foi mais procurada em 1987 por consumidores de baixa renda, pois houve mudança nos gastos das famílias do estrato 1 de 4,% em 1973, para 7,6% em 1987, nesse estabelecimento; no estrato 2 a reação foi de magnitude mais ampla, passando de 3,2% em 1973 para 13,9% em 1987.

TABELA 33
FRUTAS
HABITOS DE COMPRAS SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E
POR NIVEIS DE RENDA
(EM PERCENTAGEM DE GASTOS)
1987

TP - FORNECEDOR	NIVEIS DE RENDA		
	(0/1 SM)	(1/2 SM)	(2/4 SM)
	ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
01 - FEIRA LIVRE	41,20	48,52	53,87
02 - CEASA	12,36	11,60	5,03
03 - SUPERMERCADOS	3,65	0,53	2,90
04 - ARMAZÉM/MERCEARIA	2,31	4,70	1,56
05 - PADARIA/CONFEITARIA	-	-	-
06 - AÇOUGUE/FRIGORÍFICO	-	-	-
07 - QUITANDA/FRUTARIA	7,38	13,78	3,21
08 - MERCADO PÚBLICO	5,56	1,59	-
09 - PEIXARIA	-	0,23	0,04
10 - AMBULANTE	26,97	13,43	25,48
11 - COOP. DE SUBSISTÊNCIA	-	-	-
12 - PRODUTOR	-	-	5,03
13 - DISTRIBUIDOR / REPRESENTANTE	-	-	-
14 - COBAL (Posto Volante)	-	-	-
15 - PCA - LBA	-	-	-
16 - PSA	-	-	-
17 - SACOLÃO	0,06	1,91	0,59
18 - VAREJISTA/PROAB	0,18	0,17	0,78
19 - REDE SOMAR	-	-	-
20 - OUTROS	0,33	3,54	1,33
21 - NÃO SOUBE RESPONDER	-	-	0,18
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

4.2.7 Raízes e Tubérculos

Para este grupo de produtos (composto preponderantemente por macaxeira, inhame, batata inglesa e batata doce), os dados refletem claramente, a preferência pelas feiras livres em todos os estratos de renda, muito embora, haja uma leve redução de participação desses

estabelecimentos em 1987 nos dois estratos inferiores e mais sensível no estrato 2. Essa redução, no entanto, não se verifica no estrato de dois a menos de quatro salários mínimos.

Os armazéns/ mercearias apresentam, também, neste grupo, participação decrescente como fornecedores do estrato 1, cuja contribuição caiu de 13,8% em 1973 para 1,8% em 1987.

Nenhum dos produtos que compõem a cesta PROAB pertence a esse grupo de alimentos.

Mais um fato digno de nota é a crescente participação da Central de Abastecimento S/A (CEASA), como fornecedora aos estratos de baixa renda, particularmente, até um salário mínimo, que atingiu 11,08% em 1987, quando em 1973 tinha participação nula.

TABELA 34
GRANDE RECIFE
HABITOS DE COMPRAS DAS UDC's SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR
FORNECEDORES E NIVEIS DE RENDA
(EM PERCENTAGENS DE GASTOS)
1973

NÍVEIS DE RENDA	RAÍZES E TUBÉRCULOS												
	Feira Livre	CEASA	Super-mercados	Armaz./ Mercearia	Açougue / Frigorífico	Quitanda/ Frutaria	Mercado Público	Ambulante	Cooper./ subsistência	Produtor	Outros	Não Declarado	TOTAL
0 - 1	72,17	-	0,60	13,18	-	3,20	1,99	6,42	-	-	2,42	-	100,00
1 - 2	73,97	0,23	6,44	5,92	0,50	3,64	3,83	4,60	-	0,73	0,14	-	100,00
2 - 3	74,22	2,39	6,85	6,22	-	2,63	4,56	2,31	0,33	0,46	0,02	-	100,00
3 - 4	68,42	0,95	11,10	6,20	-	1,91	6,01	4,59	0,70	0,12	-	-	100,00
4 - 5	62,20	3,28	18,16	2,98	-	0,38	9,21	3,04	0,72	0,02	-	-	100,00
5 - 6	64,41	2,64	16,57	3,97	-	0,09	2,42	8,36	1,18	0,03	-	0,34	100,00
6 - 7	64,77	2,81	20,72	3,66	-	2,30	4,90	0,76	-	0,08	-	-	100,00
7 - 9	55,32	1,34	17,93	7,05	-	0,48	11,06	5,12	1,21	-	0,50	-	100,00
9 - 15	42,51	5,06	40,82	3,30	0,08	-	4,45	2,65	1,13	-	-	-	100,00
15 - +	28,38	18,23	38,84	0,99	-	0,55	8,91	2,90	1,14	0,02	-	0,06	100,00
Não Declarado	70,42	-	18,92	3,13	-	-	-	2,44	-	-	-	-	100,00
TOTAL	55,87	5,59	21,84	4,34	0,06	1,31	6,32	3,62	0,74	0,16	0,11	0,03	100,00

FONTE: Pesquisa de Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano/PIMES, SUDENE, 1973

TABELA 35
RAÍZES E TUBÉRCULOS
HABITOS DE COMPRAS SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E
POR NIVEIS DE RENDA
(EM PERCENTAGENS DE GASTOS)
1987

TP - FORNECEDOR	NIVEIS DE RENDA		
	(0/1 SM)	(1/2 SM)	(2/4 SM)
	ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
01 - FEIRA LIVRE	68,30	58,48	79,33
02 - CEASA	11,08	5,34	1,00
03 - SUPERMERCADOS	-	1,47	1,23
04 - ARMAZÉM/MERCEARIA	1,80	3,93	0,63
05 - PADARIA/CONFEITARIA	-	-	-
06 - AÇOUGUE/FRIGORÍFICO	-	-	1,82
07 - QUITANDA/FRUTARIA	6,60	21,00	4,15
08 - MERCADO PÚBLICO	3,50	3,43	0,50
09 - PEIXARIA	-	-	-
10 - AMBULANTE	8,72	6,52	8,40
11 - COOP. DE SUBSISTÊNCIA	-	-	-
12 - PRODUTOR	-	-	-
13 - DISTRIBUIDOR / REPRESENTANTE	-	-	-
14 - COBAL (Posto Volante)	-	-	-
15 - PCA - LBA	-	-	-
16 - PSA	-	-	-
17 - SACOLÃO	-	-	-
18 - VAREJISTA/PROAB	-	1,83	2,80
19 - REDE SOMAR	-	-	-
20 - OUTROS	-	-	0,34
21 - NÃO SOUBE RESPONDER	-	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

O supermercado tem sua participação, que já é discreta em 1973, reduzida em 1987. As famílias dos dois estratos de renda mais baixa (até dois salários mínimos) deixaram de comprar (estrato 1) ou reduziram bastante suas compras (estrato 2) neste tipo de estabelecimento.

Este fato é de certa forma surpreendente tendo em vista o crescente número de postos de auto-serviço estabelecidos na forma de mercearias de desconto, nos bairros mais pobres. Ou ainda, os supermercados vêm aumentando a sua participação na maioria dos grupos de

alimentos estudados. No caso específico desses alimentos e especialmente da macaxeira, produto de alta perecibilidade, comprar na feira dá maior segurança quanto à qualidade; é a garantia de comprar o produto recém-colhido na roça.

A quitanda/frutaria deve ser citada por seu surpreendente desempenho, uma vez que, teve a sua participação aumentada de 3,2% para 6,6% e de 3,64% para 21% nos estratos 1 e 2, respectivamente.

4.2.8 Verduras

TABELA 36
GRANDE RECIFE
HABITOS DE COMPRAS DAS UDC's SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR
FORNECEDORES E POR NIVEIS DE RENDA
(EM PERCENTAGENS DE GASTOS)
1973

NÍVEIS DE RENDA	VERDURAS													
	Feira Livre	CEASA	Super-mercados	Armaz./Mercearia	Açougue / Frigorífico	Quitanda/ Frutaria	Mercado Público	Ambulante	Cooper./ subsistência	Produtor	Distrib. / Representante	Outros	Não Declarado	TOTAL
0 - 1	78,72	0,08	1,44	10,13	-	3,14	2,92	3,08	-	0,06	-	0,44	-	100,00
1 - 2	76,48	0,91	4,08	6,53	0,79	3,46	4,67	2,42	0,22	0,20	-	0,25	0,01	100,00
2 - 3	73,94	2,36	6,30	6,65	0,31	2,98	5,45	1,17	0,26	0,06	-	0,51	0,02	100,00
3 - 4	74,52	0,84	8,50	4,40	-	2,65	5,58	2,45	0,38	0,60	-	-	0,07	100,00
4 - 5	64,30	3,03	15,14	4,67	0,58	1,85	9,68	0,25	0,36	-	0,11	0,02	-	100,00
5 - 6	62,96	6,25	12,18	7,85	-	-	5,91	1,95	1,90	0,23	-	0,21	0,56	100,00
6 - 7	67,83	1,15	17,19	3,78	-	1,55	6,07	1,84	-	-	-	0,57	-	100,00
7 - 9	58,07	2,73	20,97	3,30	-	2,76	10,37	0,50	0,81	0,07	-	0,13	0,28	100,00
9 - 15	47,60	9,27	34,76	0,84	-	0,48	4,89	1,64	0,37	0,12	-	-	0,02	100,00
15 - +	32,73	19,43	37,89	0,37	-	0,78	7,62	0,58	0,58	-	-	0,01	-	100,00
Não Declarado	67,69	-	25,67	0,38	-	-	4,17	2,09	-	-	-	-	-	100,00
TOTAL	59,58	6,43	19,37	3,86	0,18	1,83	6,51	1,39	0,47	0,13	0,17	0,17	0,07	100,00

FONTE: Pesquisa de Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano/PIMES, SUDENE, 1973

Neste grupo, nota-se a ampla preferência pelas feiras livres em todos os estratos de renda analisados e, muito embora nos estratos 1 e 2 o percentual de gastos nestes estabelecimentos tenha sofrido redução em 1987, é ainda bastante alto, chegando a atingir 65,5% e 63,9%, respectivamente. No estrato 3, a preferência ampliou-se de 73,9% para 80,1%, abrangendo quase a totalidade das famílias desse estrato. Neste item (verduras),

observa-se, é evidente a decadência da participação de armazéns/mercearias. Neste caso, o varejo PROAB não pôde dar a sua contribuição por não ter alimentos subsidiados no grupo.

TABELA 37
VERDURAS
HABITOS DE COMPRAS SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE PRODUTOS, POR FORNECEDORES E
POR NIVEIS DE RENDA
(EM PERCENTAGENS DE GASTOS)
1987

TP - FORNECEDOR	NIVEIS DE RENDA		
	(0/1 SM)	(1/2 SM)	(2/4 SM)
	ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
01 - FEIRA LIVRE	65,60	63,88	80,07
02 - CEASA	8,76	5,01	1,17
03 - SUPERMERCADOS	-	0,28	0,74
04 - ARMAZÉM/MERCEARIA	0,87	3,32	0,42
05 - PADARIA/CONFEITARIA	-	-	-
06 - AÇOUGUE/FRIGORÍFICO	-	-	1,34
07 - QUITANDA/FRUTARIA	11,86	12,88	9,70
08 - MERCADO PÚBLICO	10,65	4,68	2,71
09 - PEIXARIA	-	-	-
10 - AMBULANTE	-	1,67	2,10
11 - COOP. DE SUBSISTÊNCIA	-	-	-
12 - PRODUTOR	-	-	-
13 - DISTRIBUIDOR / REPRESENTANTE	-	-	-
14 - COBAL (Posto Volante)	-	-	-
15 - PCA - LBA	-	-	-
16 - PSA	-	-	-
17 - SACOLÃO	0,30	7,15	1,70
18 - VAREJISTA/PROAB	0,19	0,77	-
19 - REDE SOMAR	-	-	-
20 - OUTROS	0,55	0,20	-
21 - NÃO SOUBE RESPONDER	1,22	0,16	0,05
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

Surpreendentemente, o supermercado teve também a sua participação reduzida nos dois estratos de renda mais baixa (estratos 1 e 2), embora a mesma fosse diminuta há 14 anos atrás. Esperava-se em 1987, uma participação maior do supermercado na venda de verduras à população de baixa renda.

O mercado público ainda tem a sua função, pelo menos no que diz respeito às verduras, pois, em 1987, açambarca uma fatia maior dos gastos do estrato de renda inferior a

um salário mínimo, passando de 2,9% para 10,7%. Não se altera, no entanto, a sua participação no estrato 2.

É expressivo o incremento de participação da CEASA, nos gastos do estrato de renda mais baixa, pois, após apresentar uma influência irrisória em 1973, mostra quase 9% em 1987.

Fenômeno interessante a considerar é que as famílias de baixa renda compram frutas e raízes/tubérculos a ambulantes, porém, não compram verduras aos citados vendedores.

4.3 Hábitos de compras nas diversas subáreas de Jiquiá-Remédios e preços médios por fornecedor

Pretende-se nesta seção, analisar a frequência de consumo e o preço médio dos alimentos, por fornecedor nas subáreas de Mangueira, Mustardinha, Mini-Central (Grupo-Teste) e subáreas que compunham o grupo controle da Pesquisa de Avaliação do PROAB, ou seja, Torrões/Engenho do Meio.

Objetiva-se através desta análise testar a atuação do varejo filiado ao PROAB, nos bairros onde foi implementado o programa.

Outro fato a ser testado e que, segundo Musgrove (1986, p.333), carece de maior documentação, embora haja evidência em seu favor, é a crença de que os pobres preferem comprar em pequenos armazéns e mercearias, pois neles obtêm crédito (sistema de cadernetas), localizam-se próximos às suas residências e vendem os bens em pequeníssimas quantidades, porém o preço pago por esses serviços é mais elevado que em outros estabelecimentos de maior porte.

Das subáreas focalizadas na análise, a “favela da Mini-Central” é a mais pobre. Apresenta uma renda média menor que a das outras, péssimas condições sanitárias e de moradia. É uma área de invasão urbana recente, sem qualquer infra-estrutura. Sua inclusão na amostra foi decidida posteriormente com o intuito de verificar os possíveis benefícios que o PROAB traria para áreas de famílias muito pobres, e o grau de aceitação e participação por parte dessas famílias de um programa dessa natureza.

As demais subáreas, que formaram o grupo teste, são semelhantes em condições sanitárias embora a renda se apresente mais alta em Mustardinha do que em Mangueira.

O grupo de controle, Torrões e Favela Roda de Fogo (Engenho do Meio), tem renda um pouco inferior às duas citadas anteriormente, mas, apesar do rótulo de favela (no caso da área de Engenho do Meio), as condições não são das piores.

Para atingir os objetivos dessa seção e simplificar a análise, adotaram-se os seguintes critérios:

- a) analisar-se-ão somente os produtos comprados por 60% ou mais das famílias amostradas;
- b) considerar-se-ão, para análise, apenas os estabelecimentos comerciais que, em pelo menos um dos produtos do primeiro critério, tenham uma preferência de no mínimo 10% das compras realizadas pelas famílias; e
- c) ao calcular as médias aritméticas de preços dos produtos para cada estabelecimento de vendas, não serão considerados os preços que sejam três vezes, maiores ou menores que os demais preços do produto comprado neste tipo de fornecedor. Convencionou-se não considerar tais preços distorcidos em relação aos demais, para evitar que a média reflita mais aqueles preços distorcidos que a maioria dos preços do produto em um mesmo tipo de fornecedor. No entanto, quando os preços de um bem variam muito, em um mesmo estabelecimento de compra, com bastante frequência, podem estar refletindo o comportamento do estabelecimento, que é praticar preços muito diferentes dos praticados pelos demais para o mesmo produto. Nesse caso, convencionou-se considerar tais preços.

Ressalta-se que o aparecimento de preços tão distintos para o mesmo produto, em um mesmo tipo de fornecedor não pode ser exatamente explicado ou justificado. Porém, pode-se especular que alguns produtos, como óleo de soja, quando são comprados em quantidades mínimas (granel), tornam-se absurdamente altos, quando transformados para a unidade-padrão (lata 900 ml). Especula-se, também, que outros produtos, como verduras e frutas, por serem perecíveis e variarem de qualidade, tornam-se bastante baratos ao final de uma feira livre, quando os itens de melhor qualidade já foram adquiridos. Além do mais, alguns produtos possuem várias marcas e tipos e, conseqüentemente, preços muito diversos...

Vale ainda destacar, a falha de uma análise baseada na média de preços por estabelecimento, por encobrir a existência de preços mais baixos em alguns fornecedores para um determinado produto, uma vez que a média dos preços dos estabelecimentos

discriminados em um mesmo tipo de fornecedor uniformiza-os, escondendo o preço real praticado pelo fornecedor individual.

4.3.1 Carnes

Os produtos que representam este grupo são as carnes de frango e o charque.

Os dados revelam que a maioria da população amostrada prefere comprar carne de frango/galinha na granja. A granja é o estabelecimento comercial onde o frango é vendido após o abate que se dá no mesmo local, ou, a ave é comercializada viva a um preço mais baixo. A granja não é, como o termo pode sugerir, o centro produtor de aves sendo apenas um intermediário. É também o fornecedor que vende o produto a um preço médio módico, em todas as subáreas analisadas, perdendo apenas, na área de Mangueira, para o supermercado.

A preferência pela granja é maior no bairro de Mustardinha e menor em Mangueira, onde, paradoxalmente se verifica o menor preço daquele fornecedor. Observa-se que a escolha do consumidor, para este produto, é muito fragmentada na última área citada, com 21% das famílias classificadas no item “outros”.

Em Mustardinha, o preço médio praticamente não difere, qualquer que seja o fornecedor. De qualquer forma, é amplo o domínio da “granja”, com 80% das famílias preferindo-a.

Na subárea Torrões/Engenho do Meio, tem ainda alguma relevância o mercado público (11% das famílias), tipo de fornecedor não procurado em outras subáreas. Aliás, o fato demonstra o franco processo de decadência desse tradicional fornecedor, visto que, está sendo preterido pela granja e quitandas, neste caso, e postos de auto-serviço para outros tipos de produtos.

TABELA 38
CARNES
PREÇOS MEDIOS DA UNIDADE PADRÃO POR TIPO DE FORNECEDOR
CZ\$ DE 1987

SUB AREA E FORNECEDOR	PERCENTUAL DE FREQUENCIA DAS COMPRAS DOS PRUTOS OFERTADOS			
	FRANGO (kg)	PREÇO MÉDIO	CHARQUE (kg)	PREÇO MÉDIO
MANGUEIRA				
GRANJA	36	31,07	-	-
AÇOUGUE/FRIG.	26	42,35	1,1	49
QUITANDA/FRUTARIA	15	38,93	1,1	60
VAREJISTA/PROAB	-	-	59,1	62,04
SUPERMERCADO	2	31	28,4	62,3
OUTROS	21	-	10,3	-
MINI-CENTRAL				
GRANJA	65,85	35,96	-	-
AÇOUGUE/FRIG.	21,95	43,22	5,71	64
QUITANDA/FRUTARIA	12,2	43	-	-
VAREJISTA/PROAB	-	-	68,57	64,94
SUPERMERCADO	-	-	22,86	64,88
OUTROS	-	-	2,86	-
MUSTARDINHA				
GRANJA	79,2	42,2	-	-
AÇOUGUE/FRIG.	16,7	42,6	1,1	75
QUITANDA/FRUTARIA	3,1	42,67	-	-
VAREJISTA/PROAB	-	-	45,6	68,25
SUPERMERCADO	-	-	41,1	71,08
OUTROS	1	-	12,2	-
GRUPO DE CONTROLE - TORRÕES/ENG. DO MEIO				
GRANJA	67,03	43,28	-	-
MERCADO PÚBLICO	11,1	44,44	1,14	70
AÇOUGUE/FRIG.	7,7	42,57	2,3	80
QUITANDA/FRUTARIA	3,3	46,33	-	-
VAREJISTA/PROAB	3,3	40	71,3	71,45
SUPERMERCADO	-	-	13,8	71,67
OUTROS	7,57	-	11,5	-

FONTE: Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

O charque, que é um dos produtos componentes da cesta/PROAB, é mais comprado aos varejistas ligados ao Programa. Sendo que a preferência é maior para esse tipo de fornecedor, na subárea “Mini-Central”, justamente a mais pobre (70%). A subárea

Torrões/Engenho do Meio prefere o supermercado. Este resultado reflete a grande participação da primeira (favela da Mini-Central) no Programa PROAB e, em que pese a relativamente próxima localização da segunda das áreas de atuação do programa, seus moradores não são público alvo do mesmo. Mesmo assim, 13,8% das famílias dizem comprar a esses varejistas cadastrados, a um preço médio mais elevado que o de outras subáreas para esse tipo de fornecedor. Por outro lado, o preço PROAB não é tão diferente daquele dos demais fornecedores, inclusive, o açougue frigorífico consegue vender o charque mais barato na maioria das subáreas. Este fato parece indicar que, para esse produto, não houve, na ocasião da pesquisa, repasse do subsídio ao público-meta, muito embora tivesse sido incontestável a preferência das famílias.

4.3.2 Cereais e Outros

Os dados coletados revelam que, geralmente, as preferências dos consumidores recaem sobre o Varejo/PROAB para a compra desses bens, exceto, como esperado, para a subárea Torrões/Engenho do Meio, onde lidera o supermercado. A preferência de compras das famílias da última área citada pelas mercearias cadastradas no PROAB é apenas residual, relativamente às outras áreas, cujas famílias foram contempladas com subsídio de preços.

Em Mustardinha nota-se, exceto para o arroz, a preferência ligeiramente superior para o supermercado. Sendo uma área de rendas mais elevadas, os dados demonstram a reduzida eficácia do programa na mesma.

Da análise dos produtos, verifica-se que a maioria das famílias prefere comprar o arroz nas mercearias ligadas ao PROAB.

A área da Mini-Central destaca-se na aquisição desse produto (arroz) no citado fornecedor, apresentando uma diferença de 45% em relação ao segundo colocado, na ordem das preferências que, não por coincidência, é também um programa social, o Programa de Suplementação Alimentar (P.S.A). Este programa distribuía uma cesta de alimentos às famílias que recebiam até dois salários mínimos, das que freqüentavam os postos de saúde e que possuíam membros biologicamente vulneráveis, ou seja, gestantes, nutrizes e crianças abaixo de 7 anos. Acoplada a essa doação de alimentos estava a assistência à saúde desses membros.

O supermercado e o varejo não filiado ao PROAB têm uma fraca participação nessa área paupérrima, demonstrando a eficácia do Programa em termo de aquisição desse bem, o arroz.

Quanto aos outros produtos, todos componentes da Cesta/PROAB, a farinha de mandioca merece destaque, por ser ainda muito comprada nas feiras-livres, principalmente em Mustardinha (42,4% das famílias) e Torrões/Engenho do Meio (32,8%).

A figura do ambulante aparece, curiosamente, na venda do feijão à população pobre de Mini-Central (18,9%). A feira-livre destaca-se em Engenho do Meio/Torrões, com a preferência de 20,6% das famílias na compra do citado cereal.

TABELA 39
CEREAIS
PREÇOS MÉDIOS DA UNIDADE PADRÃO POR TIPO DE FORNECEDOR
CZ\$ DE 1987

SUB AREA E FORNECEDOR	PERCENTUAL DE FREQUENCIA DAS COMPRAS DOS PRODUTOS OFERTADOS							
	ARROZ Kg %	PREÇO MÉDIO	FARINHA MANDIOCA Kg %	PREÇO MÉDIO	FEIJÃO Kg %	PREÇO MÉDIO	FUBA DE MILHO Kg %	PREÇO MÉDIO
MANGUEIRA								
VAREJISTA/PROAB	56,60	12,44	50,50	13,31	44,20	33,05	44,60	7,10
SUPERMERCADO	34,00	16,65	26,80	15,96	38,50	32,93	38,90	8,18
FEIRA LIVRE	6,90	8,00	13,40	14,52	2,90	33,00	-	-
ARMAZÉM/MERCEARIA	4,70	14,14	7,20	12,86	5,80	34,67	7,20	8,00
OUTROS	3,80	-	2,10	-	8,60	-	9,30	-
MINI-CENTRAL								
VAREJISTA/PROAB	64,70	11,48	70,20	9,86	64,20	32,92	58,10	9,41
PSA	19,60	-	8,50	-	-	-	23,30	-
SUPERMERCADO	13,70	16,85	10,60	13,76	9,40	31,18	14,00	8,67
ARMAZÉM/MERCEARIA	2,00	18,50	4,30	11,25	1,90	35,00	-	-
AMBULANTE	-	-	-	-	18,87	33,28	-	-
OUTROS	-	-	6,40	-	5,60	-	4,60	-
MUSTARDINHA								
VAREJISTA/PROAB	42,30	12,31	31,30	10,25	32,10	37,40	37,40	9,07
SUPERMERCADO	40,60	16,25	19,20	12,63	33,57	47,30	47,30	9,23
FEIRA LIVRE	0,90	28,00	42,40	14,09	33,75	2,20	2,20	10,00
PSA	8,50	-	2,00	-	-	9,90	9,90	-
OUTROS	7,70	-	5,10	-	-	3,20	3,20	-
GRUPO CONTROLE - TORRÕES/ENG. DO MEIO								
VAREJISTA/PROAB	10,70	14,65	8,20	10,03	10,78	32,35	7,90	8,97
SUPERMERCADO	73,80	17,21	43,90	12,88	58,80	33,40	73,00	9,30
FEIRA LIVRE	8,70	17,40	38,80	14,23	20,59	33,52	7,90	8,07
OUTROS	6,80	-	9,10	-	8,83	-	11,20	-

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

Para todos os produtos e em todas as subáreas, que compõem o grupo teste, é acentuada a preferência pelo varejo/PROAB, com menor ênfase para Mustardinha, área mais rica. Inclusive, nesta área, para o feijão e o fubá de milho, o supermercado supera o varejo cadastrado.

Quanto aos preços o destaque fica também para o arroz, pois, nas quatro subáreas, é mais barato no varejo filiado ao PROAB, com diferença de 17,4% (Torrões/Engenho do Meio) a 46,8% (favela da Mini – Central), para o preço dos supermercados. Como o subsídio era de 20%, os dados parecem mostrar que, pelo menos para esse produto, houve repasse de subsídio à população, inclusive na Mustardinha (42,3%, contra 40,6% do supermercado).

A farinha de mandioca é também mais barata no Varejo/PROAB, porém, talvez, a diferença na qualidade desvie as preferências para a feira livre, onde o produto é novo (quebradinha), com exceção da Mini-Central, cuja escolha vai mesmo para o varejo PROAB (70,2%), independente de qualidade.

O feijão apresenta um preço ligeiramente inferior ao do supermercado, no varejo ligado ao PROAB, nas áreas da Mustardinha e Torrões/Engenho do Meio, nem por isso esse local de compras é o mais preferido pelas famílias dessas áreas, sendo preterido pelo supermercado, supõe-se, em virtude da qualidade, embalagem (apresentação do produto) e maior variedade de bens apresentada pelo supermercado, no caso de Mustardinha, e pela localização no caso de Engenho do Meio/Torrões, área relativamente mais pobre e não contemplada pelo PROAB.

Na favela da Mini-Central, muito embora houvesse uma sutil diferença de preço em favor do supermercado (Cz\$31,18 contra Cz\$32,92) a preferência recai maciçamente sobre o varejo/PROAB (64,2% contra apenas 9,4%) pesa aqui a localização do varejista e talvez o crédito ao consumidor (o célebre “fiado”).

O fubá de milho apresenta pequenas diferenças de preço em favor das mercearias cadastradas no programa nas áreas de Mangueira, Mustardinha e Torrões/Engenho do Meio e, exatamente na área mais pobre (Favela Mini-Central), as famílias dizem comprar mais barato no supermercado, porém, mesmo assim, 58% dessas famílias compraram ao varejo/PROAB. Também é importante, para esse produto, a participação do programa de Suplementação Alimentar (P.S.A.), atendendo 23,3% das famílias desta favela.

4.3.3 Industrializados

TABELA 40
INDUSTRIALIZADOS
PREÇOS MEDIOS DA UNIDADE PADRÃO POR TIPO DE FORNECEDOR
CZ\$ DE 1987

SUBAREA E FORNECEDOR	PERCENTAGEM DA FREQUENCIA DE COMPRAS DOS PRODUTOS OFERTADOS							
	AÇUCAR (Kg)	PREÇO MÉDIO	SAL (Kg)	PREÇO MÉDIO	CAFÉ (250g)	PREÇO MÉDIO	VINAGRE (500ml)	PREÇO MÉDIO
MANGUEIRA								
Varejista/ PROAB	63,00	12,29	51,00	9,06	44,90	28,68	45,00	12,28
Supermercado	26,40	14,40	37,30	9,12	40,40	28,39	38,00	11,89
Armazém / Merceria	2,80	11,83	5,90	10,60	7,90	28,60	8,00	8,00
Feira Livre	-	-	0,98	7,00	1,12	25,00	-	-
Outros	7,80	-	4,80	-	5,68	-	9,00	-
MINI-CENTRAL								
Varejista/ PROAB	69,20	12,95	73,30	9,30	64,29	27,46	52,80	11,95
PSA	13,50	-	-	-	-	-	-	-
Supermercado	13,50	14,03	22,20	9,60	26,19	28,09	33,30	14,63
Feira Livre	-	-	-	-	-	-	-	-
Armazém / Merceria	1,90	11,70	4,50	11,00	4,76	27,50	5,60	8,08
Outros	1,90	-	-	-	4,76	-	8,30	-
MUSTARDINHA								
Varejista/ PROAB	43,00	12,21	35,40	9,73	36,00	27,91	33,70	10,50
Supermercado	41,10	14,68	52,50	9,98	52,80	28,93	58,70	14,05
Feira Livre	1,90	13,50	-	-	-	-	-	-
Outros	14,00	-	12,10	-	11,20	-	7,60	-
GRUPO DE CONTROLE								
Varejista/ PROAB	12,60	13,90	8,10	9,29	7,30	30,57	6,80	10,83
Supermercado	73,80	15,47	76,80	9,74	81,70	29,19	80,70	12,53
Armazem / Merceria	4,90	15,16	8,10	9,75	7,30	31,43	10,20	13,99
Feira Livre	4,90	15,60	5,10	10,00	1,20	29,00	-	-
Outros	3,80	-	7,00	-	2,50	-	2,30	-

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

TABELA 40
INDUSTRIALIZADOS
PREÇOS MEDIDOS DA UNIDADE PADÃO POR TIPO DE FORNECEDOR
CZ\$ DE 1987
(CONTINUAÇÃO)

SUBAREA E FORNECEDOR	PERCENTAGEM DA FREQUENCIA DE COMPRAS DOS PRODUTOS OFERTADOS					
	TEMPERO SECO (Kg)	PREÇO MÉDIO	MARGARINA (250g)	PREÇO MÉDIO	OLEO SOJA (900 ml)	PREÇO MÉDIO
MANGUEIRA						
Varejista/ PROAB	10,50	266,25	38,30	14,18	46,90	24,70
Supermercado	3,20	112,00	50,00	14,70	40,60	24,73
Armazém / Mercearia	11,60	106,00	6,40	13,14	5,20	26,60
Feira Livre	56,80	130,59	-	-	-	-
Outros	17,90	-	5,30	-	7,30	-
MINI-CENTRAL						
Varejista/ PROAB	15,00	117,83	54,30	13,93	68,30	35,69
PSA	-	-	-	-	-	-
Supermercado	20,00	65,75	34,30	13,23	22,00	26,26
Feira Livre	20,00	166,19	-	-	-	-
Armazém / Mercearia	17,50	72,50	8,60	15,00	4,90	44,00
Outros	27,50	-	2,80	-	4,80	-
MUSTARDINHA						
Varejista/ PROAB	2,10	100,00	33,30	13,25	46,90	25,20
Supermercado	12,80	150,33	58,30	14,03	44,90	26,84
Feira Livre	70,20	188,03	-	-	-	-
Outros	14,80	-	8,40	-	8,20	-
GRUPO DE CONTROLE						
Varejista/ PROAB	-	-	8,40	14,23	10,10	26,63
Supermercado	20,90	148,51	78,90	13,44	76,40	27,16
Armazem / Mercearia	6,60	156,00	8,40	15,40	9,00	28,88
Feira Livre	61,50	192,36	3,20	13,80	2,20	28,00
Outros	11,00	-	1,10	-	2,30	-

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

Dentre os industrializados, açúcar, café, sal, vinagre, tempero seco, margarina e óleo de soja, apenas dois eram subsidiados pelo PROAB, justamente o primeiro e o último citados.

A preferência dos consumidores recai sobre o Varejo/PROAB para quase todos os produtos em foco, exceto para o tempero seco e a margarina em quase todas as subáreas, muito embora apenas o açúcar e o óleo compusessem a Cesta/PROAB, neste grupo.

Supõe-se que, ao comprar esses produtos, as famílias, por comodidade, adquirissem também outros, no citado varejo.

Para comprar tempero seco as famílias de Mustardinha, Mangueira e Torrões/Engenho do Meio preferem a feira livre. Na subárea favela da Mini-Central, a preferência aparece muito fragmentada, o item “outros” apresenta 27% da frequência de compra.

A margarina era comprada preferencialmente no supermercado, exceto na área da Mini-Central que faz suas compras em maior proporção nas mercearias cadastradas no programa, graças, talvez, à localização desses fornecedores, nas proximidades dos domicílios, uma vez que a feira livre vendia o produto a preço médio ligeiramente inferior.

A subárea da Mustardinha, curiosamente, apresentava o seguinte comportamento: as famílias preferiam comprar em primeiro lugar, no varejo PROAB, apenas os produtos do grupo constantes da cesta PROAB, no caso, o açúcar (43%) e o óleo de soja (47%). Os demais industrializados eram comprados preferencialmente no supermercado. Vale destacar que, para os dois referidos produtos vendidos pelo PROAB, havia poucas queixas quanto à qualidade, principalmente para o óleo de soja, que era considerado excelente pelas famílias.

O açúcar era também componente da cesta do P.S.A., assim sendo, este programa apareceu como o segundo principal fornecedor desse bem à Favela Mini-Central, a exemplo do que ocorreu com alguns cereais, principalmente o arroz.

Quanto aos preços, percebe – se que, para os alimentos que não são subsidiados, as diferenças de preço médio entre os varejistas cadastrados no Programa e os supermercados são bem pequenas, inclusive os postos de auto-serviço chegam a vender alguns produtos mais baratos.

O preço médio dos bens subsidiados era menor na Varejo/PROAB para o açúcar, sendo de mais de 10% a diferença de preço entre esse varejo e o supermercado, em quase todas as áreas, com exceção da Favela Mini-Central, que apresentou a menor diferença entre os dois tipos de fornecedores (7,7%).

No caso do óleo de soja, a diferença de preço médio entre os diversos fornecedores é ínfima, inclusive na Mini-Central – o preço do varejo PROAB é maior que o do supermercado (26% mais caro). Por que, dada a diferença de preços médios favorecerem o supermercado, quase 70% das famílias compraram o óleo nas mercearias cadastradas? Algumas explicações para esse fato podem ser arroladas: primeiro temos a localização do varejista/PROAB;

segundo, sendo uma população muito pobre, é comum a compra do óleo a granel, por exemplo, foram relatadas compras de um dedo de óleo com frequência diária, uma xícara pequena, ou um cálice de água inglesa. Ora, essa compra em quantidades tão ínfimas eleva o preço da unidade-padrão, ou seja, da lata de 900 ml.

4.3.4 Pães e Massas

Pão, macarrão e bolachas, são os produtos que representam este item. Como já observado, na outra seção do capítulo, as padarias e confeitarias dominam o fornecimento de pão às famílias de todas as subáreas, porém é ainda expressivo o papel do pequeno varejo (armazéns e mercearias ligadas ou não ao PROAB). Como o pão era um produto tabelado, por ocasião da pesquisa, as diferenças de preço médio entre os diversos estabelecimentos são mínimas.

Os supermercados, apesar de produzirem o pão, ainda, não atingiam essa população em 1987.

O macarrão era um produto subsidiado pelo PROAB e tinha a obrigação de ser vendido mais barato por parte do varejo de mesmo nome, e, desta feita, foi o que aconteceu, em todas as subáreas, com exceção daquela cujo público não era meta do programa (Torrões/Engenho do Meio).

Quanto à frequência de compras pelas famílias, fato explicado se o consumidor é racional, ou seja, compra o produto onde ele é vendido mais barato, a preferência pelo macarrão recaiu para o varejo/PROAB, para todo o grupo teste: Mangueira, 47%; Mustardinha, 45%; Mini-Central, 75%.

O grupo controle (Engenho do Meio/Torrões) preferiu o supermercado (80,2%), muito embora seu preço fosse ligeiramente superior que o dos armazéns/mercearias, ligados ou não ao PROAB.

No caso das bolachas, a maior preferência ficou para o supermercado nas áreas de Torrões/Engenho do Meio (quase 80%), Mustardinha (58%) e Mangueira (quase 50%).

A favela da Mini-Central ficou mais uma vez com o Varejo PROAB (65%), embora esse produto não fosse subsidiado pelo programa e o preço médio desse varejo fosse maior do que aquele do varejo não cadastrado.

As padarias, curiosamente, não têm procura expressiva por parte destas famílias para o produto em foco.

TABELA 41
PÃES E MASSAS
PREÇOS MÉDIOS DA UNIDADE PADRÃO POR TIPO DE FORNECEDOR
CZ\$ DE 1987

SUB AREA E FORNECEDOR	PERCENTUAL DE FREQUENCIA DAS COMPRAS DOS PRODUTOS OFERTADOS					
	PÃO 100g %	PREÇO MÉDIO	MACARRÃO 500g %	PREÇO MÉDIO	BOLACHA 500g %	PREÇO MÉDIO
MANGUEIRA						
PADARIA/CONFEIT.	60,20	3,69	-	-	4,30	25,89
QUINTANDA/FRUTARIA	11,20	3,44	1,10	20,00	-	-
VEREJISTA/PROAB	8,20	3,48	47,40	12,71	39,00	23,77
SUPERMERCADO	1,00	3,80	40,00	14,29	47,80	22,79
OUTROS	19,40	-	11,50	-	8,90	-
MINI-CENTRAL						
PADARIA/CONFEIT.	55,60	3,51	-	-	-	-
QUINTANDA/FRUTARIA	13,30	3,80	3,00	24,00	5,00	18,00
VEREJISTA/PROAB	15,60	3,33	75,00	16,90	65,00	21,34
SUPERMERCADO	-	-	21,90	17,78	30,00	23,70
OUTROS	15,50	-	0,10	-	-	-
MUSTARDINHA						
PADARIA/CONFEIT.	44,60	3,67	-	-	1,40	-
QUINTANDA/FRUTARIA	26,70	3,50	4,20	20,50	8,30	26,50
VEREJISTA/PROAB	20,80	3,69	44,80	17,58	27,80	27,38
SUPERMERCADO	-	-	50,00	21,08	58,30	30,43
OUTROS	7,90	-	1,00	-	4,20	-
GRUPO CONTROLE - TORRÕES/ENG. DO MEIO						
PADARIA/CONFEIT.	69,60	3,79	1,20	25,00	4,20	27,67
QUINTANDA/FRUTARIA	10,90	3,73	3,50	18,67	7,00	34,67
VEREJISTA/PROAB	2,20	3,80	80,20	20,89	77,50	32,42
SUPERMERCADO	-	-	10,50	18,75	7,00	30,50
OUTROS	17,30	-	4,60	-	4,30	-

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

4.3.5 Ovos de Galinha

TABELA 42
OVOS DE GALINHA
PREÇOS MÉDIOS DA UNIDADE PADRÃO POR TIPO DE FORNECEDOR
CZ\$ DE 1987

SUB AREA E FORNECEDOR	PERCENTUAL DA FREQUENCIA DAS COMPRAS DOS PRODUTOS	
	OVO (unid) %	PREÇO MÉDIO
MANGUEIRA		
VAREJISTA/PROAB	61,60	1,33
SUPERMERCADO	14,30	1,79
ARMAZÉM/MERCEARIA	6,90	1,33
OUTROS	18,40	-
MINI-CENTRAL		
VAREJISTA/PROAB	86,00	1,03
SUPERMERCADO	7,00	1,67
ARMAZÉM/MERCEARIA	2,30	2,00
OUTROS	4,71	-
MUSTARDINHA		
VAREJISTA/PROAB	44,60	1,11
GRANJA	30,70	1,10
SUPERMERCADO	7,90	1,50
OUTROS	16,80	-
GRUPO CONTROLE - TORRÕES/ENG. DO MEIO		
GRANJA	26,60	1,44
ARMAZÉM/MERCEARIA	25,50	1,58
SUPERMERCADO	20,60	1,59
QUITANDA/FRUTARIA	9,60	1,89
OUTROS	17,70	-

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

O ovo era um dos produtos subsidiados pelo PROAB, sendo assim, o varejo ligado ao Programa foi o preferido pela população, exceto, como esperado, para a área de Torrões/engenho do Meio, onde se destacaram a granja (26,6%), o armazém/mercearia não cadastrado (25,5%) e também o supermercado (20%). Vale destacar que, praticamente, não

foram ouvidas reclamações quanto à quantidade e tamanho desse produto vendido pelo varejista/PROAB.

A granja que, além do frango vivo ou abatido, também vende ovos, tem mais uma vez, uma boa participação em Mustardinha (30,7%), o mesmo acontece para a carne de frango (Tabela 38).

Os supermercados ainda são pouco procurados pelas famílias para a compra desse produto (ovos), sendo a demanda mais razoável observada na subárea Torrões/Engenho do meio, como citado acima.

Em relação às diferenças de preço entre os diversos estabelecimentos comerciais, percebe-se que os varejistas PROAB venderam o produto a um preço médio mais baixo do que o praticado pelos demais fornecedores, obtendo como resposta a demanda de quase 90% das famílias da subárea da Favela Mini-Central.

Nas outras áreas que compõem o grupo teste, as diferenças não são tão relevantes, não apresentando diferenças, entre o varejo/PROAB e o não filiado, em Mangueira, por exemplo. Neste caso, é importante descobrir o destino dado ao subsídio, de em média 20%, recebido pelo varejista cadastrado. Em Mustardinha a granja também consegue vender ao mesmo preço, praticamente.

4.3.6 Frutas

As frutas não compõem a Cesta/PROAB, destacando-se, portanto, as feiras livres como principais fornecedores de banana e laranja (frutas com maior frequência de consumo), para a população destas áreas analisadas. Porém é significativo o índice de participação dos ambulantes. Na favela Mini-Central, inclusive, este é o tipo de fornecedor preferido para a compra de bananas (44%).

Em 1987, as famílias de baixa renda praticamente não compravam frutas nos postos de auto-serviço, preferindo então, a feira livre, quitandas e ambulantes.

A CEASA, além de constituir um centro de abastecimento atacadista, também tem um setor de varejo, vendendo alimentos diretamente aos consumidores, praticamente frutas, verduras, raízes e tubérculos.

Em todas as subáreas, exceto Mangueira, nota-se a CEASA com uma pequena participação na venda de frutas. Sua influência é maior, no entanto, na área de

Torrões/Engenho do Meio (20%). Esta maior preferência talvez se deva à maior proximidade dessa área à Central de Abastecimento.

Uma parcela das famílias da Mini-Central recebeu doações de banana (7,7%) e laranja (10,3%) refletindo desta forma, a precária condição sócio-econômica das famílias dessa subárea.

Quanto às diferenças de preços médios por estabelecimento, elas não são grandes, o menor preço oferecido cabe à CEASA, em todas as subáreas em que houve preferência de compra para este tipo de estabelecimento e para as duas frutas aqui consideradas.

TABELA 43
FRUTAS
PREÇOS MEDIOS DA UNIDADE PADRÃO POR TIPO DE FORNECEDOR
CZ\$ DE 1987

SUB AREA E FORNECEDOR	PERCENTUAL DA FREQUENCIA DAS COMPRAS DOS PRODUTOS			
	BANANA (und)	PREÇO MÉDIO	LARANJA (und)	PREÇO MÉDIO
MANGUEIRA				
FEIRA LIVRE	40,20	0,85	49,40	1,07
QUITANDA	23,90	0,90	20,00	1,26
AMBULANTE	18,50	0,84	8,20	1,21
OUTROS	17,40	-	22,40	-
MINI-CENTRAL				
AMBULANTE	43,60	0,66	31,10	1,60
FEIRA LIVRE	28,20	0,72	34,51	1,20
QUITANDA/FRUTARIA	7,70	0,80	13,80	1,13
CEASA	5,10	0,30	10,30	0,90
DOAÇÕES	7,70	-	10,30	-
OUTROS	7,70	-	-	-
MUSTARDINHA				
FEIRA LIVRE	57,70	0,79	65,00	1,10
AMBULANTE	34,00	0,88	23,30	1,07
CEASA	4,10	0,59	5,80	0,88
OUTROS	4,20	-	5,90	-
GRUPO CONTROLE - TORRÕES/ENG. DO MEIO				
FEIRA LIVRE	46,40	0,74	55,10	1,13
CEASA	20,20	0,59	20,50	0,86
AMBULANTE	19,00	1,08	10,30	1,24
OUTROS	19,40	-	14,10	-

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

4.3.7 Raízes e Tubérculos.

TABELA 44
RAÍZES E TUBÉRCULOS
PREÇOS MÉDIOS DA UNIDADE PADRÃO POR TIPO DE FORNECEDOR
CZ\$ DE 1987

SUB AREA E FORNECEDOR	PERCENTUAL DA FREQUENCIA DAS COMPRAS DOS PRODUTOS			
	BATATA INGLESA (und)	PREÇO MÉDIO	INHAME (und)	PREÇO MÉDIO
MANGUEIRA				
FEIRA LIVRE	68,30	18,05	50,00	10,17
AMBULANTE	1,20	18,90	13,80	9,25
QUITANDA/FRUTARIA	8,50	19,07	12,10	10,00
OUTROS	22,00	-	24,10	-
MINI-CENTRAL				
FEIRA LIVRE	50,00	18,87	48,10	10,54
QUITANDA/FRUTARIA	13,30	19,21	3,70	15,00
DOAÇÕES	13,30	-	22,20	-
AMBULANTE	2,20	20,00	22,20	8,67
OUTROS	21,20	-	3,80	-
MUSTARDINHA				
FEIRA LIVRE	80,20	18,40	72,90	10,67
AMBULANTE	-	-	17,60	8,56
CEASA	4,70	19,50	5,70	8,84
OUTROS	15,10	-	3,80	-
GRUPO CONTROLE - TORRÕES/ENG. DO MEIO				
FEIRA LIVRE	70,10	16,73	55,20	10,30
CEASA	11,70	14,61	16,40	7,76
AMBULANTE	2,60	16,00	7,50	10,00
OUTROS	15,60	-	20,90	-

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

Nenhum dos produtos deste grupo foi subsidiado pelo PROAB. O predomínio no fornecimento cabe às feiras livres, em todas as subáreas, considerando a batata inglesa e o inhame como representantes do grupo. Essa unanimidade não é notada para o segundo tipo de

fornecedor, na ordem de preferência das famílias, pois há muita variabilidade entre subáreas e produtos. Inclusive o item outros tem grande participação.

Para a batata inglesa, em Mangueira e favela da Mini-Central, sobressaem-se as quitandas e frutarias. Por outro lado, no bairro da Mustardinha e em Torrões/Engenho do Meio, as famílias preferem a CEASA. O inhame também foi bastante comprado na Central de abastecimento pelas famílias dessas áreas descritas acima.

A análise dos preços revela que a batata inglesa era, geralmente, comprada a um preço médio mais baixo nas feiras livres, exceto na área de Torrões/Engenho do Meio, onde se comprava o produto mais barato na CEASA. Já o inhame tinha o preço médio mais baixo cobrado pelos ambulantes, exceto em Mustardinha e Torrões/Engenho do Meio, para quem a CEASA apresentava o preço mais acessível.

Também, neste grupo de alimentos, nota-se a extrema pobreza das famílias da favela Mini-Central, onde as famílias receberam doações de batata inglesa e inhame (13,3% e 22,2%, respectivamente).

O supermercado não tem relevância como fornecedor desses produtos às famílias pesquisadas em 1987.

4.3.8 Verduras

Também neste grupo, o predomínio é das feiras livres em todas as subáreas e para todos os produtos considerados: tomate, coentro, cebola, alho, jerimum, pimentão, chuchu, cenoura e cebolinha.

Na subárea da Mini-Central, apesar da supremacia da feira livre, verifica-se a pulverização das preferências das famílias com alta participação das quitandas/frutarias na venda de todos os bens constantes do grupo ora focado. O item outros tem participação de destaque no caso do tomate (12,5%), coentro (15,2%), cebola (15,4%), alho (13,1%) e pimentão (11,1%).

É constrangedora a situação dessas famílias comprando como e quando podem. A freqüência de consumo mais comum, entre elas, para esse grupo de verduras, é a diária. Sendo assim, a quitanda é utilizada para a compra de um pimentão, um tomate, que ainda pode ser obtido no “fiado”. A doação também tem participação de peso, neste grupo, muitas delas são

oriundas da própria Central de Abastecimento (CEASA). No caso da cenoura, 35% das famílias recebem doações, do pimentão (22%) e do tomate (20%), entre outros produtos.

Na área de Torrões/Engenho do Meio, além das já citadas feira-livre e quitandas, é ainda relevante a participação do tradicional mercado público chegando a atender 12% das famílias na venda de alho, por exemplo.

TABELA 45a
VERDURAS
PREÇOS MÉDIOS DA UNIDADE PADRÃO POR TIPO DE FORNECEDOR
CZ\$ DE 1987

SUB AREA E FORNECEDOR	PERCENTUAL DA FREQUENCIA DAS COMPRAS DOS PRODUTOS									
	TOMATE Kg	PREÇO MÉDIO	COENTRO molho	PREÇO MÉDIO	CEBOLA Kg	PREÇO MÉDIO	ALHO Cabeça	PREÇO MÉDIO	JERIMUM Kg	PREÇO MÉDIO
MANGUEIRA										
FEIRA LIVRE	59,60	11,43	68,80	4,36	62,70	17,73	68,20	5,02	62,30	13,25
QUITANDA	14,10	15,00	16,10	3,70	14,70	18,46	10,20	6,05	14,50	14,00
ARMAZÉM/ MERCEARIA	8,10	13,06	7,50	6,07	6,90	17,00	4,50	5,00	7,20	11,75
OUTROS	18,20	-	7,60	-	15,70	-	17,10	-	16,00	-
MINI-CENTRAL										
FEIRA LIVRE	40,00	11,57	37,50	4,40	41,00	17,75	42,10	4,80	39,40	10,62
QUITANDA/ FRUTARIA	27,50	18,60	28,90	2,35	28,20	27,27	31,60	4,62	27,30	7,50
DOAÇÕES	20,00	-	18,40	-	15,40	-	13,20	-	24,20	-
OUTROS	12,50	-	15,20	-	15,40	-	13,10	-	8,90	-
MUSTARDINHA										
FEIRA LIVRE	76,00	11,84	80,60	4,28	79,60	18,69	84,80	4,92	75,00	13,02
QUITANDA/ FRUTARIA	8,00	16,14	8,60	5,67	6,10	14,50	5,40	4,00	10,00	10,63
OUTROS	16,00	-	10,80	-	14,30	-	9,80	-	15,00	-
GRUPO CONTROLE - TORRÕES/ENG. DO MEIO										
FEIRA LIVRE	62,20	11,30	59,30	5,62	61,10	16,98	61,20	4,40	68,10	14,83
QUITANDA/ FRUTARIA	8,20	29,14	11,10	3,55	8,40	19,25	5,90	4,20	5,60	11,75
MERCADO PÚBLICO	6,10	15,00	6,60	5,00	6,30	22,50	11,80	2,88	5,60	12,25
CEASA	9,20	10,78	7,70	8,86	8,20	16,00	8,20	5,86	8,30	12,83
OUTROS	14,30	-	15,40	-	16,00	-	12,90	-	12,40	-

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

TABELA 45b
 VERDURAS
 PREÇOS MÉDIOS DA UNIDADE PADRÃO POR TIPO DE FORNECEDOR
 CZ\$ DE 1987
 (CONTINUAÇÃO)

SUB AREA E FORNECEDOR	PERCENTUAL DA FREQUENCIA DAS COMPRAS DOS PRODUTOS							
	PIMENTÃO (und.)	PREÇO MÉDIO	CHUCHU (und.)	PREÇO MÉDIO	CENOURA Kg	PREÇO MÉDIO	CEBOLINHA molho	PREÇO MÉDIO
MANGUEIRA								
FEIRA LIVRE	64,70	1,61	67,50	1,34	67,70	12,90	75,40	4,39
QUITANDA	12,90	0,95	10,80	1,22	9,20	15,00	7,70	4,70
ARMAZÉM/MERCEARIA	8,20	1,25	8,40	1,43	7,70	17,00	6,20	3,63
OUTROS	14,20	-	13,30	-	15,40	-	10,70	-
MINI-CENTRAL								
FEIRA LIVRE	36,10	1,12	48,30	1,50	56,50	15,08	48,30	5,00
QUITANDA/FRUTARIA	30,60	1,27	20,70	1,67	4,30	30,00	24,10	1,71
DOAÇÕES	22,20	-	31,00	-	34,80	-	20,70	-
OUTROS	11,10	-	-	-	4,40	-	6,90	-
MUSTARDINHA								
FEIRA LIVRE	74,20	1,13	73,30	1,39	78,20	12,43	82,70	3,94
QUITANDA/FRUTARIA	8,60	1,14	5,60	1,10	3,80	16,00	7,40	4,80
OUTROS	17,20	-	21,10	-	18,00	-	9,90	-
GRUPO CONTROLE - TORRÕES/ENG. DO MEIO								
FEIRA LIVRE	57,80	1,49	66,70	1,67	63,90	12,51	57,60	4,95
QUITANDA/FRUTARIA	8,40	1,23	5,30	1,88	6,60	16,67	12,10	3,50
MERCADO PÚBLICO	7,20	1,08	4,00	1,37	4,90	13,00	9,10	4,17
CEASA	9,60	1,31	9,30	1,73	14,80	12,67	6,10	7,50
OUTROS	17,00	-	14,70	-	9,80	-	15,10	-

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

A participação da CEASA surge mais uma vez, devido à localização da subárea, com alguma relevância atendendo, por exemplo, a 15% das famílias na compra de cenoura.

Nota-se, curiosamente, a pulverização da preferência em todas as subáreas, com o item “outros”, deixando de ser apenas residual, para apresentar relevância da ordem de 20%, para chuchu, em Mustardinha, por exemplo.

Quanto aos preços médios, estes variam demais por produto, para os diversos fornecedores. Algumas vezes e para alguns produtos, a quitanda/frutaria apresenta preços muito mais altos, como é o caso do tomate, em todas as áreas e principalmente em Torrões/Engenho do Meio. Este fenômeno poderia refletir as compras a granel, quando o produto é comercializado em quantidades mínimas e a frequência da compra é diária ou em dias alternados.

De um modo geral, as feiras livres apresentam preços mais regulares, com menores variações, o que enfatiza a assertiva acima, pois nelas, geralmente não se compra a granel.

Até a CEASA, que em outros grupos de alimentos apresentou regularmente preços médios mais baixos, aqui, não repete essa tendência, alternando preços mais baixos com outros surpreendentemente altos. Veja-se o coentro, por exemplo, que apresenta o maior preço médio entre os fornecedores de Torrões/ Engenho do Meio (Cz\$ 8,86).

4.4 Localização do Fornecedor por Grupo de Produtos

TABELA 46
PERCENTUAL DE FAMILIAS QUE COMPRAM NO BAIRRO OU FORA DELE, POR TIPO DE PRODUTO
RECIFE, 1987

LOCALIZAÇÃO DO FORNECEDOR	NO BAIRRO		FORA DO BAIRRO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PÃES E MASSAS	316	91,07	31	8,93	347	100,00
CEREAIS	297	85,59	50	14,41	347	100,00
RAÍZES E TUBÉRCULOS	253	72,91	94	27,09	347	100,00
OVOS	289	83,29	58	16,71	347	100,00
CARNES E PESCADOS	212	61,10	135	38,90	347	100,00
VERDURAS	221	63,69	126	36,31	347	100,00
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	264	76,08	83	23,92	347	100,00
FRUTAS	228	65,71	119	34,29	347	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

Os dados da Tabela 46 mostram que a maioria das famílias, para qualquer grupo de produto, costuma comprar no bairro onde reside. Este fato ressalta a importância da variável localização como determinante da decisão de escolha das famílias. Isto implica também que, na maioria das vezes, o posto de auto-serviço procurado seja um mini-mercado tipo Balaio, Jóia, Nova Vida com localização nesses bairros pobres. Muito embora, o percentual de famílias que compra produtos industrializados fora do bairro não seja nada desprezível (em torno de 24%).

Os itens verduras, frutas, raízes/tubérculos e carnes e pescados apresentam percentual relativamente maior de famílias, adquirindo os produtos fora do bairro. Como, preferencialmente, as famílias compram na feira-livre os três primeiros itens, crê-se que estas tenham localização fora do bairro, ou que sejam procuradas feiras maiores em outros lugares. Para carnes e pescados, uma parcela considerável das compras efetuadas por quase 40% das famílias, deve ter lugar principalmente em açougues/frigoríficos e secundariamente em supermercados de outras localidades.

5 O PLANO CRUZADO E A ADEQUAÇÃO CALÓRICA E PROTÉICA EM RECIFE

5.1 Introdução

Um país cuja população se alimenta mal além de ter condições de vida precárias e nível educacional limitado, tem poucas chances de desenvolver-se. Comparando-se duas regiões, naquela cujo contingente populacional desfruta de melhores condições de vida, as preocupações básicas serão com o tipo de desenvolvimento, enquanto que, na segunda região (que não apresenta as mesmas condições), as preocupações serão com os níveis de sobrevivência e subsistência, pois, sem um nível nutricional adequado as diferenças entre elas vão desde as estaturas até ao grau de desenvolvimento intelectual dos seus habitantes. (BERG, 1978).

A inflação corrói o valor real dos salários, principalmente para os assalariados de mais baixa renda que pagam o imposto inflacionário, pois são totalmente indefesos quanto aos efeitos perniciosos da elevação generalizada de preços. Esses assalariados são vulneráveis especialmente aos preços dos alimentos, pois se sabe que, quanto mais baixa a renda, maior a proporção da mesma gasta com esses bens.

Dadas as altas taxas inflacionárias existentes no país antes da implantação do Plano Cruzado, os níveis de desnutrição e subnutrição, supõem-se, também eram altos, pois uma das causas básicas de carência nutricional é a pobreza, extremada, portanto, pela redistribuição de renda provocada pela inflação contra os que percebem renda fixa.

É plausível supor, portanto, que naqueles períodos em que haja estabilidade de preços o consumo de alimentos aumente para essas populações. Esse efeito será reforçado se também as rendas crescem no mesmo período.

Assim, uma das propostas deste capítulo é verificar se a adequação em calorias e proteínas da população de baixa renda do Recife foi alterada, e em que sentido, com a implantação do Plano Cruzado. Para tal, serão utilizados os dados da Pesquisa de Avaliação

do PROAB, Ibura (1986), em pleno desenvolvimento do Plano Cruzado e Jiquiá/Remédios (1987). Cestas de Consumo entre famílias adequadas e inadequadas, nos dois períodos, serão comparadas.

Objetiva-se ainda a observação, entre classes de renda, das principais fontes de calorias e proteínas das famílias do Ibura, (1986), além do preço da unidade de caloria e do grama de proteína pagos por essas famílias, também por estrato de renda e por fonte de nutriente.

5.2 O Plano Cruzado

Antes de falar sobre o Plano Cruzado em si, far-se-á um breve histórico da situação do país de 1985 até janeiro de 1986.

No início de sua administração, o governo Sarney tentou obter aumentos da receita fiscal, desacelerar a expansão monetária e diminuir a inflação, sendo que esta última meta seria obtida através do congelamento de preços de empresas públicas e de algumas empresas privadas. Com o congelamento do preço do aço e dos combustíveis obteve-se uma diminuição do índice inflacionário para 7,2% em abril de 1985; no entanto, no mês de junho alguns preços públicos e privados foram reajustados fazendo com que a taxa de inflação passasse a 8,9%, no mês de julho do mesmo ano.

Os problemas começaram a agravar-se quando, em agosto de 1985, uma queda na produção agrícola levou a um aumento de 19% do índice de Preço por Atacado: Alimentos (IPA-Alimentos), o que indiretamente fez o Índice Geral de Preços (IGP) disparar para 14% nesse mesmo mês, como informa Ortega (1989).

Todo esse contexto levou a uma mudança no ministério. Foi exatamente na época em que o ministro Dílson Funaro assumiu o Ministério de Economia, tendo como meta principal a redução da taxa inflacionária a 10% ao mês.

Porém, ao invés de diminuição o que houve foi aumento do índice inflacionário – no mês de novembro ele ficou em 15% devido a um novo choque agrícola não esperado, fazendo com que a aplicação de um choque heterodoxo fosse apenas uma questão de tempo. (ORTEGA, 1989).

Neste ponto era necessário e já quase indispensável o emprego de um plano de estabilização de preços de modo a reduzir sensivelmente a inflação. O plano foi divulgado em 28 de fevereiro e ficou popularmente conhecido como “Plano Cruzado”.

Alguns pontos básicos do plano, conforme Ortega (1989):

- a) Mudança na moeda nacional de cruzeiro para cruzado. Foi justamente este fato que deu o “nome” ao plano. Com a nova moeda foi estabelecida também uma tablita que desvalorizava dia-a-dia o cruzeiro (que passou a ser considerada uma moeda fraca em relação à nova moeda).
- b) Congelamento de preços e salários. Com o plano cruzado, os salários ficaram acima da média prevista a fim de que não houvesse distorções de renda, no entanto, alguns tiveram reajuste de forma que superaram em muito a referida média, enquanto outros ficaram abaixo dela. Também o salário mínimo foi reajustado, com isso alguns salários, que eram indexados ao mesmo, acompanharam o aumento, gerando um incremento de renda da população como um todo. E, já que os preços ficaram congelados a níveis anteriores ao plano e a renda nominal da população em geral aumentou também a renda real sofreu uma variação positiva, ou seja, sofreu incremento, pelo menos nos primeiros meses do plano. O congelamento de preços deveria ter duração de 12 meses.
- c) Com o aumento da renda real criou-se uma maior demanda por bens de consumo em geral. Dessa forma, as empresas produtoras não tiveram condições (ou não quiseram) de ajustar sua oferta à explosão da demanda, devido ao fato dos preços estarem congelados. A consequência final disto (de acordo com as leis do mercado) seria o aumento de preços, mas como já foi dito, estes estavam congelados, e o que houve na verdade foi a escassez de alguns produtos.

No setor agrícola a falta de produtos como a carne e o leite deveu-se também à época da entressafra e à estiagem; para contornar este problema o governo importou carne e leite, mas devido ao acidente ocorrido pouco antes em uma usina nuclear da União Soviética, estes produtos passaram a ser rotulados, pela população, como originários de Chernobyl, fato este que gerou alguns preconceitos e desconfianças por parte da mesma em relação aos tais produtos importados.

Devido à falta de produtos e falta também de estoques reguladores no mercado, houve racionamento tanto quantitativo como qualitativo, surgiram filas, que ficaram tão bem

características da época, para aquisição de carne e leite nacionais, devido à desconfiança, já mencionada anteriormente, em relação aos produtos importados.

No entanto, o surgimento das filas possibilitou para algumas famílias a aquisição de bens antes não consumidos, mas provocou também o aparecimento de uma nova prática pouco conhecida, e até mesmo desconhecida em algumas localidades, a cobrança de ágio, através da venda no mercado paralelo. Assim, pessoas que tinham melhores condições financeiras e, portanto, podiam pagar mais pelo que desejavam, simplesmente o faziam não entrando nas filas e pagando o ágio cobrado, conseguindo obter o bem, fosse ele alimento ou de consumo durável. Com esta prática errônea e ilícita, uma das regras básicas do plano era quebrada: o congelamento dos preços.

O autor citado anteriormente indica que o indexador utilizado foi a Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), que surgiu em substituição à Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN). Foi estabelecido, com base na OTN, um limite para a taxa inflacionária de 20% para reajustar os salários. Este mecanismo ficou conhecido como gatilho. Assim os preços subiram também impulsionados pela elevação dos salários acima do incremento da produtividade do trabalho, ou seja, houve inflação de custos.

Nos primeiros meses do plano, no entanto, o país conheceu um fato inédito no que diz respeito à taxa de inflação – houve uma deflação, ou seja, a taxa inflacionária foi negativa. No mês de março, por exemplo, ela foi de -0,11% e a acumulada no trimestre imediatamente posterior ao plano, medida pelo IPC foi de 1,5%. Isto implica dizer que, o plano cruzado inicialmente possibilitou grandes melhorias para a população brasileira como um todo. (ORTEGA, 1989).

5.3 Adequação Calórica e Protéica 1986/1987.

A tabela 47 mostra o percentual de domicílios por faixa de adequação calórica e por estrato de renda, no Recife, em 1986. Estes números quando comparados com os da tabela 48, correspondentes a 1987, demonstram que, exceto para o estrato de renda mais baixa (estrato 1), a adequação em energia foi melhor em 1986, pois, 65,9% das famílias do estrato 2; 59,2% das do estrato 3 e 75% daquelas do estrato 4 apresentavam superávit energético, ou seja,

consumo de calorias acima das necessidades recomendadas pela FAO/OMS. A situação em 1987 (Tabela 48) refletia 50,8%, 50,0%, 49,5% e 66,35 com adequação calórica acima de 100% das necessidades, respectivamente para os estratos 1, 2, 3 e 4.

Do total, 62,5% das famílias estão nessa faixa de adequação (acima de 100% das necessidades) em 1986, contra 54,5% em 1987. No geral, a situação é melhor em 1986, à época do Plano Cruzado, inclusive com redução na intensidade da inadequação calórica, sobretudo nos casos mais graves (consumo abaixo de 70% e 60% das necessidades) quando comparados com os mesmos dados em 1987.

Verifica-se, no entanto, que, para o estrato 1, apesar da redução dos percentuais de inadequação mais grave, há uma altíssima percentagem de famílias abaixo de 100%, portanto inadequadas, ou seja, 63,2% delas. Estas famílias recebiam - com a contribuição de todos os seus membros inseridos na força de trabalho e apesar do ciclo de crescimento apresentado pela economia, no período - uma renda menor que o salário mínimo. Eram 19 famílias nessa situação, de um total de 216 domicílios que compunham a amostra, das quais 12 apresentavam deficiência em energia. Fato este, sem dúvida, muito grave! Geralmente não eram famílias grandes, seu tamanho médio era de, apenas, 4,4 membros, e constituíam-se principalmente de jovens casais no início da vida conjugal com filhos pequenos, ou idosos que moravam sozinhos, recebendo alguma ajuda de filhos ou vizinhos. Lembre-se, também, que este estrato de renda, apresentou, entre todos, o maior percentual de chefes mulheres (cap. 3, Tabela 20).

Comparando-se ainda os dados correspondentes à pesquisa do ENDEF Nordeste Urbano, realizada em 1974/1975, verifica-se uma situação melhor em 1987 e excelente em 1986, época de aplicação do Plano Cruzado. Enquanto em 1986, tinham-se apenas 37,5% de famílias com dieta inadequada em calorias, este percentual atingia 65% das famílias do Nordeste Urbano, em 1974/1975.

TABELA 47
 PERCENTAGEM ACUMULADA DE FAMÍLIAS POR FAIXA DE ADEQUAÇÃO CALÓRICA DA DIETA
 E POR ESTRATO DE RENDA
 RECIFE, 1896

ESTRATO DE Y / FAIXAS DE ADEQUAÇÃO	1	2	3	4	TOTAL	N.V. ENDEF 74/75
< 60	15,8	3,5	6,6	2,8	5,6	9,0
< 70	23,6	5,9	10,6	8,4	9,8	21,0
< 80	42,1	11,8	19,8	11,2	17,2	35,0
< 90	42,1	25,9	30,3	19,4	27,8	50,0
<100	63,2	34,1	40,8	25,0	37,5	65,0
>100	36,8	65,9	59,2	75,0	62,5	35,0

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986. Etapa: Ibura

TABELA 48
 PERCENTAGEM ACUMULADA DE FAMÍLIAS POR FAIXA DE ADEQUAÇÃO CALÓRICA DA DIETA
 E POR ESTRATO DE RENDA
 RECIFE, 1987

ESTRATO DE Y / FAIXAS DE ADEQUAÇÃO	1	2	3	4	TOTAL
< 60	20,3	9,8	7,9	7,4	10,4
< 70	28,8	18,5	18,8	10,6	18,2
< 80	33,9	26,1	23,7	19,0	24,8
< 90	40,7	39,1	36,6	22,1	34,0
<100	49,2	50,0	50,5	33,7	45,5
>100	50,8	50,0	49,5	66,3	54,5

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.
 Etapa: Jiquiá – Remédios

Quanto à adequação protéica (Tabelas 49 e 50), apesar da quase total cobertura das famílias da amostra nesse nutriente, verifica-se ainda alguma inadequação para as famílias mais pobres, justamente as que se situam nos estratos 1 e 2 de renda, tanto em 1986 (Tabela 49) como em 1987 (Tabela 50).

Chama a atenção, no entanto, o forte acréscimo na intensidade da inadequação protéica em 1987 para o estrato 1, em comparação com os dados de 1986, quando nenhuma das famílias do estrato tinha insuficiência de proteínas abaixo de 80% das necessidades, ou

seja, inexistiam os casos graves. Em 1987, verifica-se ainda um respeitável percentual de famílias do estrato em foco (10,2%) na faixa abaixo de 60%.

Um maior acesso à compra de carnes, principalmente à carne de frango, teria contribuído para esse fato, em 1986? Do estudo da seção que se segue, ou seja, a origem das proteínas desse estrato verifica-se que a carne de frango ocupou a primeira colocação na contribuição protéica dessas famílias, suplantando inclusive o feijão (seção 5.4, Tabela 56). Com respeito, ainda, às famílias do estrato 1, 89,54% delas estavam adequadas ou tinham adequações superiores a 100% das necessidades em 1986, contra apenas 81,3% em 1987.

Outros estratos também apresentaram melhores resultados em 1986 que em 1987, exceto o estrato 3, que além do aumento de casos mais graves (2,6% em 1986 e apenas 1% em 1987), teve o percentual de famílias adequadas, ligeiramente reduzido.

Este fato teria relação com o problema da escassez de alguns produtos e pagamento do ágio no mercado negro, à época do Plano Cruzado? As famílias mais pobres enfrentaram as filas e conseguiram pelo menos um consumo maior de calorias e proteínas, o mesmo não ocorrendo com as famílias dos estratos superiores que tiveram seu consumo estabilizado ou decrescente (SAMPAIO; PETRY, 1991).

Observe-se que também para o estrato 4, no total, o percentual de famílias adequadas apresentou-se ligeiramente inferior em 1986, embora ostentasse melhorias quanto à intensidade da inadequação.

Comparando-se os dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB de 1986 e 1987 com aqueles oriundos do ENDEF, 1974/1975 Nordeste Urbano, nota-se, primeiro, que parece clara a suposição de que o problema do Nordeste e do Recife em particular, não é de insuficiência de proteínas, mas sim de calorias, em que pese ainda um percentual de 19% das famílias do Nordeste urbano apresentar dieta inadequada nesse nutriente em 1974/1975; segundo, que este percentual caiu abruptamente em 1986 para os irrisórios 5,1% dos domicílios de Recife e há uma elevação para 7,3% em 1987, quando deixou de vigorar o Plano Cruzado.

TABELA 49
 PERCENTAGEM ACUMULADA DE FAMILIAS, SEGUNDO FAIXAS DE ADEQUAÇÃO PROTETICA
 DA DIETA E POR ESTRATO DE RENDA
 RECIFE, 1986

ESTRATO DE Y / FAIXAS DE ADEQUAÇÃO	1	2	3	4	TOTAL	N.V. NE URBANO 74/75
< 60	0,0	1,2	2,6	0,0	1,4	2,0
< 70	0,0	1,2	2,6	0,0	1,4	4,0
< 80	0,0	1,2	3,9	0,0	1,9	8,0
< 90	5,3	3,6	3,9	0,0	3,3	12,5
<100	10,6	4,7	5,2	2,8	5,1	19,0
>100	89,4	95,3	94,7	97,2	94,9	81,0

Fonte: Dados da Pesquisa de avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

TABELA 50
 PERCENTAGEM ACUMULADA DE FAMILIAS POR FAIXA DE ADEQUAÇÃO PROTEICA DA DIETA E
 POR ESTRATO DE RENDA
 RECIFE, 1987

ESTRATO DE Y / FAIXAS DE ADEQUAÇÃO	1	2	3	4	TOTAL
< 60	10,2	3,3	1,0	0,0	2,9
< 70	10,2	5,5	1,0	1,1	3,8
< 80	11,9	6,6	2,0	2,2	5,0
< 90	11,9	7,7	3,0	2,2	5,6
<100	18,7	7,7	5,0	2,2	7,3
>100	81,3	92,3	95,0	97,8	92,7

Fonte: Dados da Pesquisa de avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

TABELA 51
 RELAÇÃO ENTRE "DEFICT" CALÓRICO E PROTÉICO
 RECIFE, 1986

DIETAS	ADEQUADAS EM CALORIAS	DEFICIENTES EM CALORIAS
ADEQUADAS EM PROTEÍNAS	135 (62,5%)	71 (32,9%)
DEFICIENTES EM PROTEÍNAS	0 (0,0%)	10 (4,6%)

Fonte: Dados da Pesquisa de avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

A relação entre adequação em calorias e proteínas reflete, conforme a Tabela 51, a seguinte situação:

- a) Todas as 135 famílias adequadas em calorias apresentavam dieta adequada também em proteínas, ratificando o encontrado por outros autores, como Abramovay (1985, p. 126) sugerindo que “[...] a adequação calórica tende a ser uma condição necessária e suficiente para a adequação protéica”.
- b) Observa-se também, que 71 famílias adequadas em proteínas não ingerem a quantidade recomendada de calorias. Neste caso, ressalta o autor referido acima, a adequação protéica é mais fictícia que real, pois as proteínas absorvidas estarão impedidas de cumprir a sua função no organismo, sendo queimadas para compensar o déficit calórico.

A adequação protéica, portanto, só ocorrerá realmente quando houver adequação calórica.

5.4 Composição das cestas de Alimentos de Famílias de Baixa Renda do Recife, por adequação da dieta

Da análise da composição de cestas de alimentos, podem-se inferir fatores responsáveis pela inadequação ou adequação da dieta. Possíveis diferenças detectadas entre os dois grupos de famílias podem esclarecer, por exemplo, a influência da renda que limita a quantidade de alimentos ingeridos ou do nível educacional, principalmente da mãe, que age sobre a preferência de compra de certos bens alimentícios, ou seja, se as diferenças são de ordem apenas quantitativa ou também qualitativa.

A comparação em períodos distintos, um deles sob ação de política de estabilização de preços e outro posterior à referida política, pode revelar mudanças na composição das cestas.

5.4.1 Composição das cestas, segundo a contribuição dos grupos de alimentos ao consumo calórico, de famílias adequadas e inadequadas

Os Gráficos 6 e 7 indicam a importante contribuição dos cereais no consumo de calorias, tanto para as famílias adequadas, como para as inadequadas, porém, o percentual relativo às famílias inadequadas é bem superior (32,36% contra 27,46%).

Os industrializados, representados, principalmente, por açúcar e óleo de soja, aparecem em segundo lugar no fornecimento de calorias às famílias, com percentagens de contribuição similares para os dois grupos de domicílios.

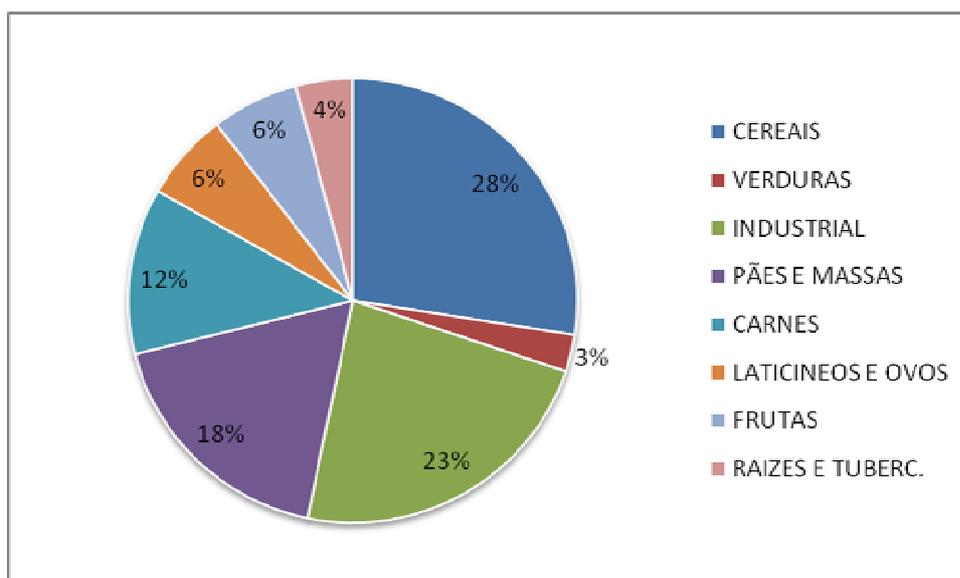


GRÁFICO 06 – Participação dos produtos no consumo de calorias das famílias adequadas (%) -1986

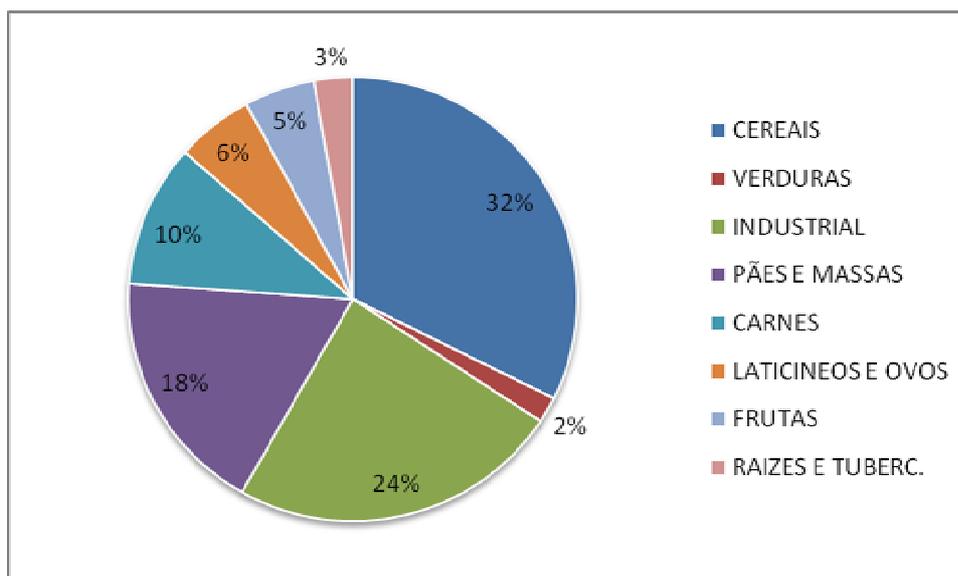


GRÁFICO 07 – Participação dos produtos no consumo de calorias das famílias inadequadas (%) – 1986.

Os pães e massas ocupam a terceira colocação, não havendo, no entanto, distinção para as famílias com dieta adequada ou inadequada, pois os percentuais de participação são muito semelhantes.

O quarto grupo, em ordem decrescente de contribuição calórica, é o de carnes e pescados, mas as famílias inadequadas recebem uma contribuição calórica menor desse grupo (10,4% contra 12,1%)

A quinta colocação nas duas cestas é ocupada pelo grupo dos laticínios e ovos, que contribuem mais para o consumo calórico das famílias adequadas (6,4%), que para o consumo de calorias das inadequadas (5,6%).

As frutas, que ocupam a sexta colocação, também fornecem um maior consumo relativo de calorias para as famílias adequadas (6,31%), contra 5,1% das calorias totais consumidas pelas famílias inadequadas.

Os grupos restantes, raízes/tubérculos e verduras, que ocupam, respectivamente, as sétima e oitava posições, também participam relativamente mais do consumo calórico das famílias adequadas (4,1% e 2,7% ; 2,8% e 1,9%, respectivamente).

Em suma, a ordem de contribuição calórica dos grupos de alimentos é idêntica, contudo, os cereais participam relativamente mais; carnes e pescados, laticínios e ovos, frutas, verduras e raízes/tubérculos menos, do consumo calórico das famílias inadequadas, em comparação com a ingestão relativa às adequadas.

Destaca-se que os grupos de produtos que apresentam menor participação relativa para as famílias inadequadas são justamente aqueles que custam mais caro, os de origem animal – de maior elasticidade-renda – além das frutas e das verduras. Alimentos estes, de mais alto valor nutritivo, indispensáveis à manutenção da boa saúde e nutrição.

Há reflexo desses consumos diferenciados e quantidades de calorias consumidas abaixo do desejável no cotidiano das pessoas, das crianças, que na escola têm seu aprendizado prejudicado provocando um alto índice de repetência e evasão escolar e dos adultos, que exibem uma maior vulnerabilidade aos acidentes de trabalho, absenteísmo (devido às constantes enfermidades) e conseqüente redução de produtividade, em relação a outros que não tenham esse tipo de deficiência (BERG, 1978).

5.4.2 Composição das cestas, para famílias que apresentam dieta adequada e inadequada, segundo a contribuição dos grupos de alimentos ao consumo protéico

Com relação à participação dos grupos de alimentos para o consumo de proteínas (Gráficos 8 e 9), verifica-se distinção, também na ordem de classificação, pois, desta feita, as famílias adequadas preferiram em primeiro lugar o grupo de Carnes e pescados, de origem animal (de custo mais elevado) e fontes de proteínas de mais alto valor biológico, por conter “[...] todos os aminoácidos essenciais e em quantidades mais adequadas à utilização humana” (VIACAVA et al, 1983, p. 29).

As famílias inadequadas, por sua vez, escolheram como principal fornecedor de proteínas o grupo dos cereais (42,5%), representados principalmente pela mistura feijão com arroz, de custo relativo mais baixo, e, por ser de origem vegetal, de menor eficiência protéica. As carnes e pescados contribuem com apenas 22,9% contra os 47,4% do referido consumo das famílias adequadas.

Outra grande diferença revelada pela comparação das cestas dos dois tipos de família é a contribuição do grupo de pães e massas, que é da magnitude de 24,3% para as famílias inadequadas e de apenas 13,4% para as adequadas. Há ainda sensível diferença, se bem que de menor amplitude, no grupo de laticínios e ovos, cerca de 9% do consumo de proteínas das adequadas, contra algo em torno de 5,5% da ingestão do nutriente pelas famílias inadequadas.

Vale também, para os dois últimos grupos de produtos analisados, o comentário referente ao valor biológico da proteína de origem animal.

Os demais grupos – verduras, frutas, raízes tubérculos e industrializados – que, por suas características, apresentam uma contribuição protéica menor, denotam uma sutil diferença, em favor do consumo do nutriente em foco, para as famílias adequadas.

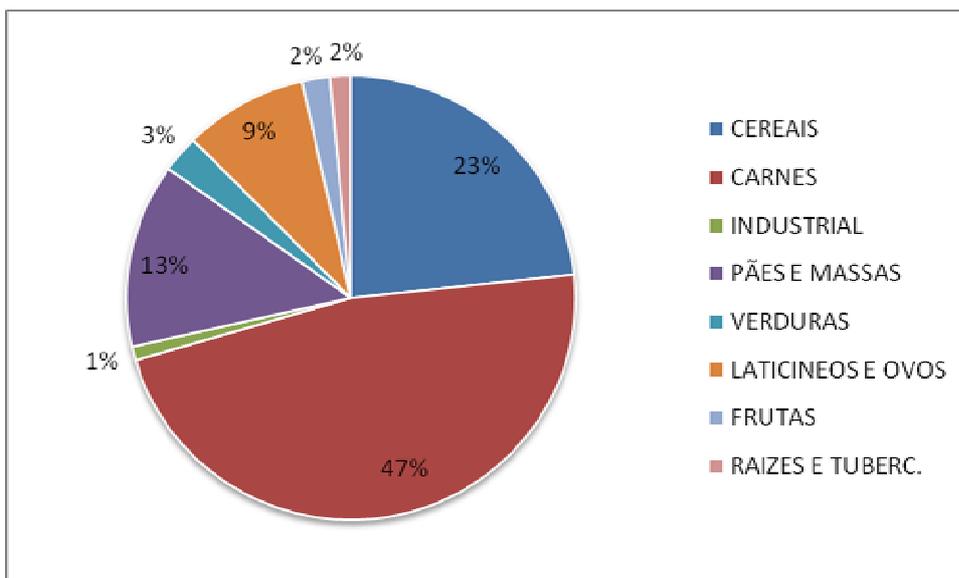


GRÁFICO 08 – Participação dos produtos no consumo de proteínas das famílias adequadas (%) – 1986

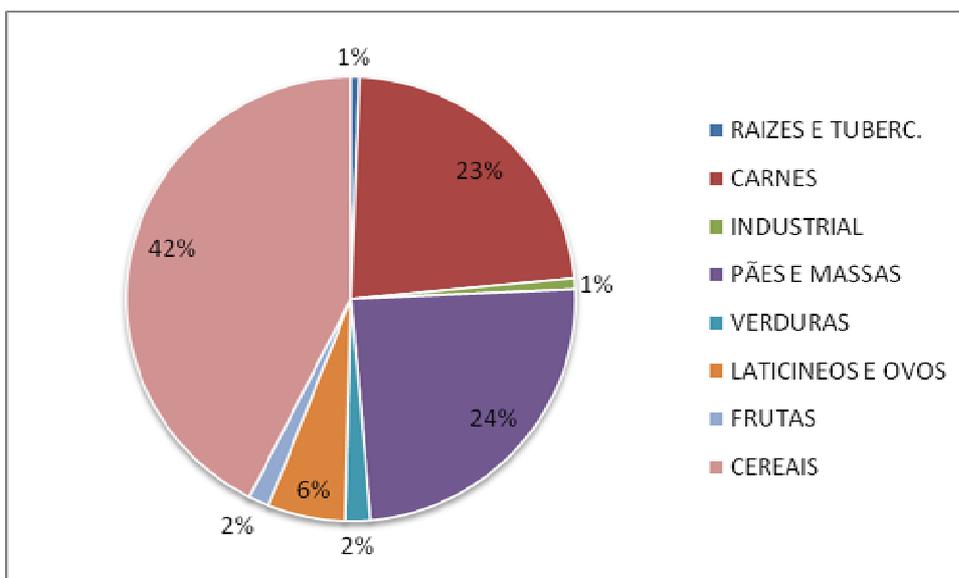


GRÁFICO 09 – Participação dos produtos no consumo de proteínas das famílias inadequadas (%) – 1986

5.4.3 Participação dos grupos de alimentos nos gastos, das famílias adequadas e inadequadas, com produtos alimentícios.

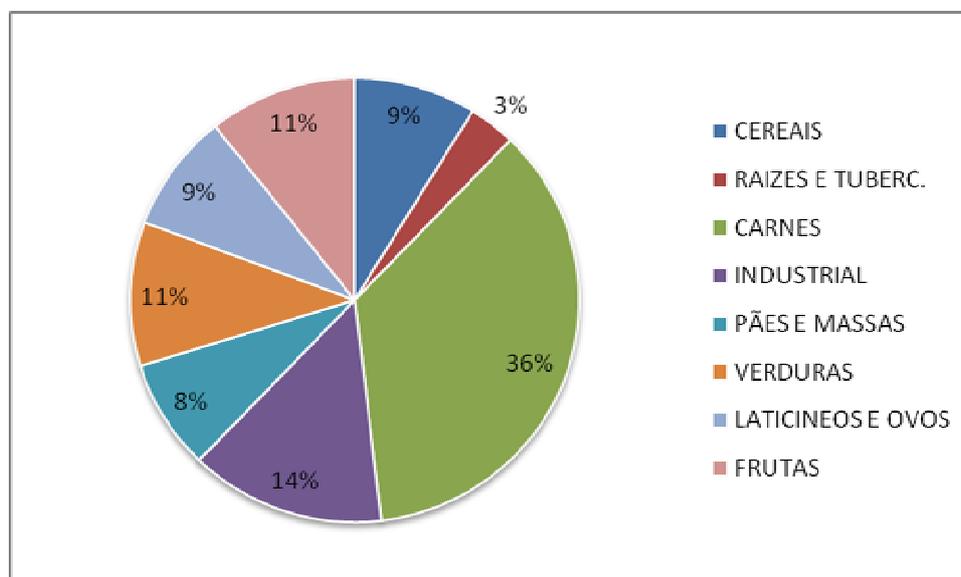


GRÁFICO 10 – Participação dos produtos nos gastos com alimentos das famílias adequadas (%) – 1986

Um dado interessante, digno de destaque, é o percentual de participação das carnes e pescados nos gastos das famílias inadequadas serem ligeiramente superior aos das adequadas (36,3% contra 35,9%), apesar da menor contribuição desse grupo para o consumo de calorias e proteínas daquelas famílias, se comparado com o citado consumo das adequadas (Gráficos 10 e 11).

Teriam as famílias, deficientes no consumo de calorias e/ou proteínas, comprado carnes a um preço mais alto, uma vez que devem ter consumido uma quantidade inferior desse bem?

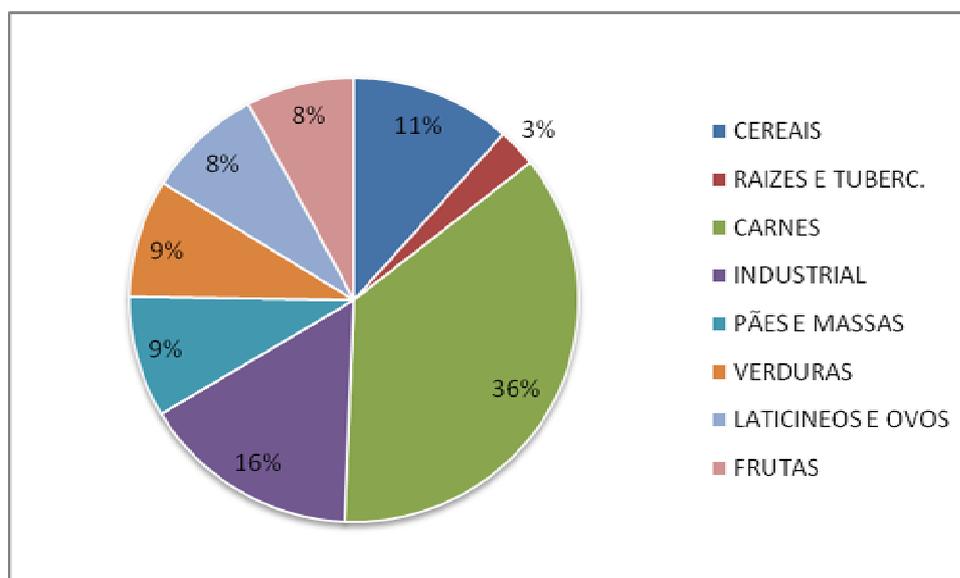


GRÁFICO 11 – Participação dos produtos nos gastos com alimentos das famílias inadequadas (%) – 1986

A proporção dos gastos, comparando-se os dois grupos de famílias, é maior para as inadequadas, nos grupos de industrializados (15,8%); cereais (11,6%) e pães e massas (8,8%). Não se pode negar a contribuição desses grupos para o consumo de calorias e proteínas dessas famílias.

O menor percentual de participação de verduras e frutas nos gastos com alimentos parece refletir, também, um menor consumo por parte dessas famílias (10,5% contra 8,6% para as verduras, e 10,7% contra 7,8% para as frutas).

Quanto mais elevada a renda a tendência é substituir produtos de origem vegetal pelos de origem animal (cereais, pães e massas por carnes, ovos e leite) e ainda, comprar produtos mais nobres como frutas e verduras. Pode-se também supor que as famílias adequadas são mais esclarecidas quando ao conteúdo nutricional dos alimentos.

5.4.4. Comparação das cestas de famílias com dieta adequada e inadequada entre os períodos 1986/1987.

Quanto à contribuição calórica (Gráficos 6, 7, 12 e 13) verifica-se que não há diferença marcante entre os dois períodos; registra-se apenas uma contribuição percentual maior dos industrializados em 1987 para as famílias adequadas (açúcar e óleo foram produtos escassos nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais à época do Cruzado) e de pães e massas para as famílias inadequadas, também em 1987. Os demais grupos sofreram variações insignificantes.

No que se refere ao consumo de proteínas (Gráficos 8, 9, 14 e 15) observa-se uma redução de participação dos cereais, com acréscimo de pães e massas e laticínios e ovos para as adequadas (o leite em pó andava desaparecido em 1986) e enorme acréscimo na contribuição de carnes e pescados (dezenove pontos percentuais) e laticínios e ovos (quase 3,5 pontos percentuais), em 1987, para as inadequadas. Esta drástica alteração na composição do consumo das famílias inadequadas viabilizou-se à custa de uma formidável restrição na contribuição dos cereais (dezoito pontos percentuais) e pães e massas (cinco pontos percentuais) – as proteínas fornecidas por estes grupos têm menor eficiência biológica do que aquelas oriundas de produtos animais.

O reaparecimento em 1987 da carne de charque e do leite em pó (após escassez provocada pelo plano de congelamento em 1986) parece ter provocado uma resposta à restrição anterior no consumo das famílias.

A análise da participação dos grupos alimentares nos gastos das famílias (Gráficos 10, 11, 16 e 17) revela queda na participação de carnes e pescados, frutas e verduras; elevação de cereais, laticínios e ovos e pães e massas (este último dobrou a participação) para as famílias adequadas, em 1987.

Para as famílias inadequadas verificou-se redução da participação de carnes e pescados (oito pontos percentuais) e verduras e elevação surpreendente do grupo de pães e massas (mais que dobrou) e dos cereais.

Em suma, para a maioria das famílias, houve aumento da contribuição de pães e massas para o consumo calórico e protéico (exceto para o consumo de proteínas das inadequadas que sofreu redução) e, principalmente nos gastos com alimentos, em 1987.

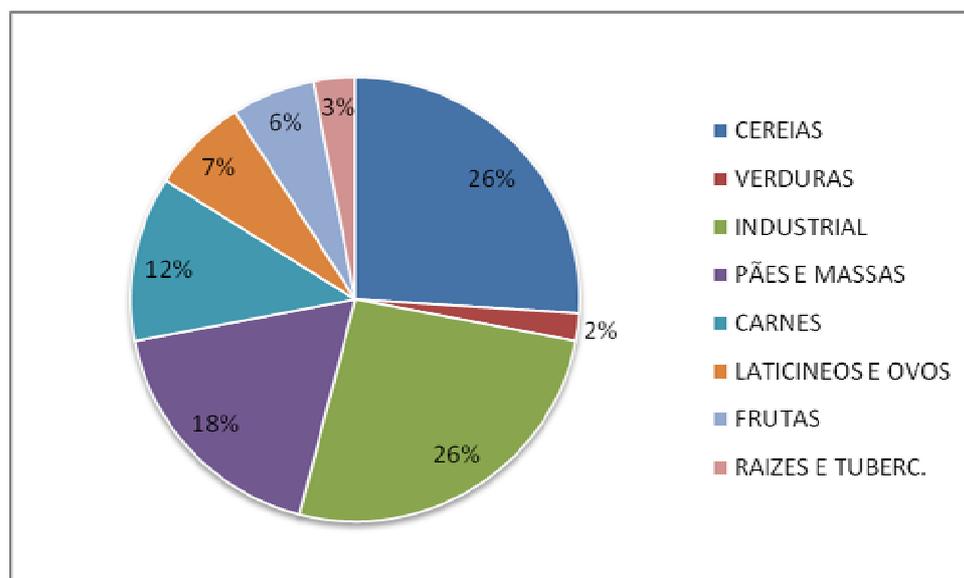


GRÁFICO 12 – Participação dos produtos no consumo de calorias das famílias adequadas (%) – Recife, 1987.

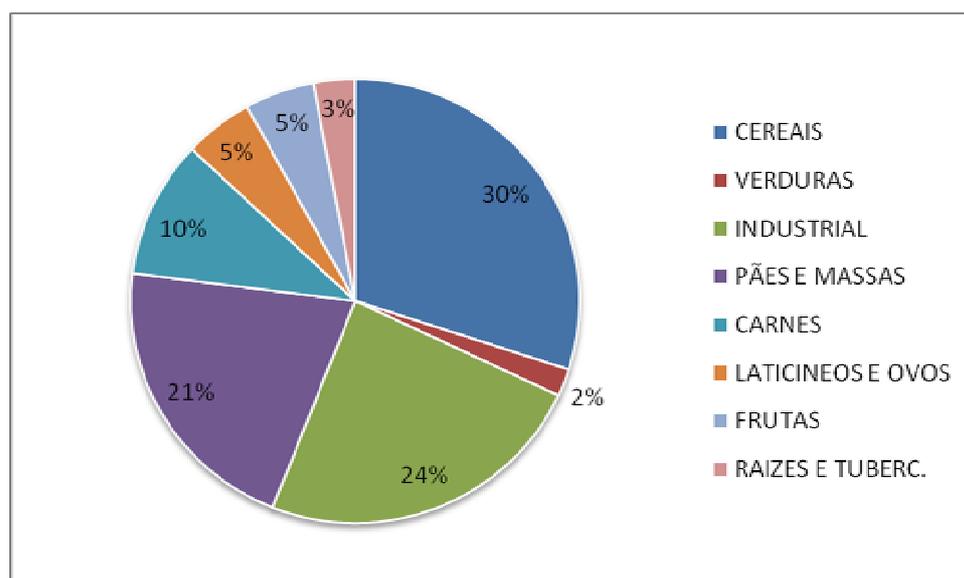


GRÁFICO 13 - Participação dos produtos no consumo de calorias das famílias inadequadas (%) – Recife, 1987.

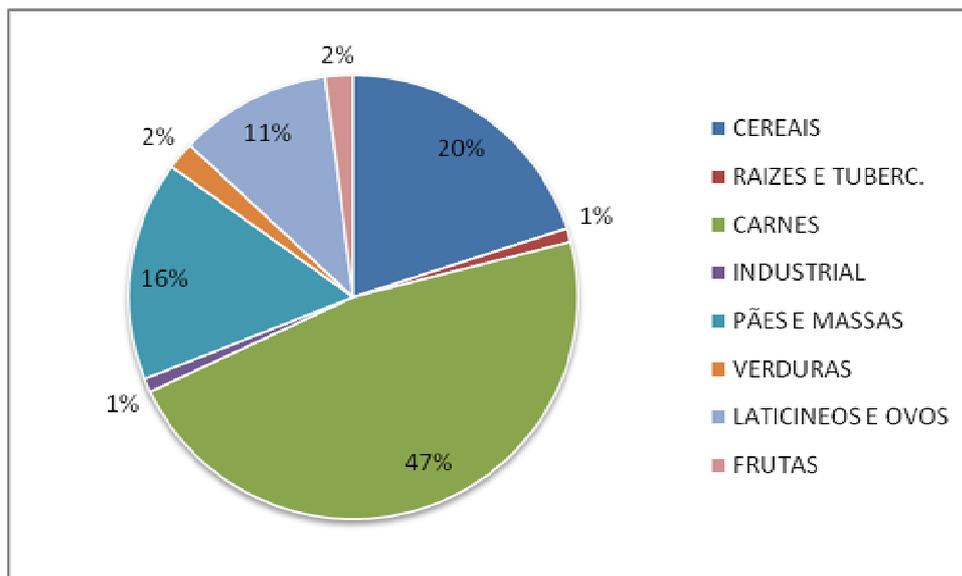


GRÁFICO 14 - Participação dos produtos no consumo de proteínas das famílias adequadas (%) – Recife, 1987.

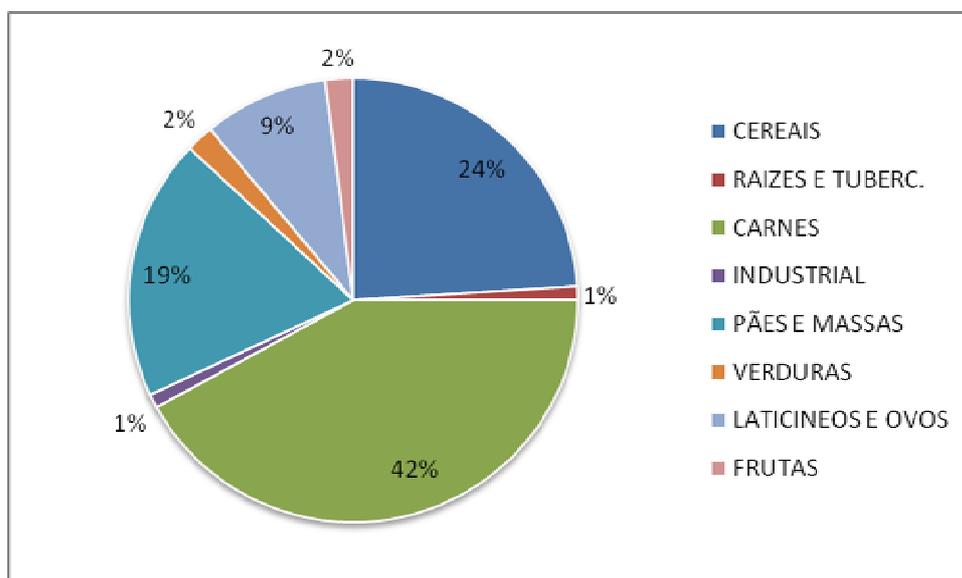


GRÁFICO 15 - Participação dos produtos no consumo de proteínas das famílias inadequadas (%) – Recife, 1987.

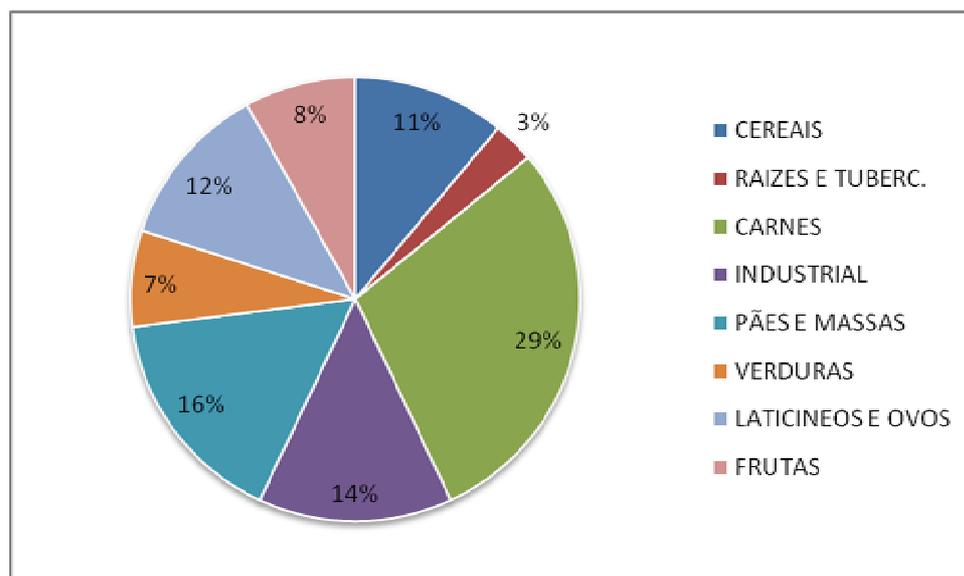


GRÁFICO 16 – Participação dos produtos nos gastos com alimentos das famílias adequadas (%) – Recife, 1987.

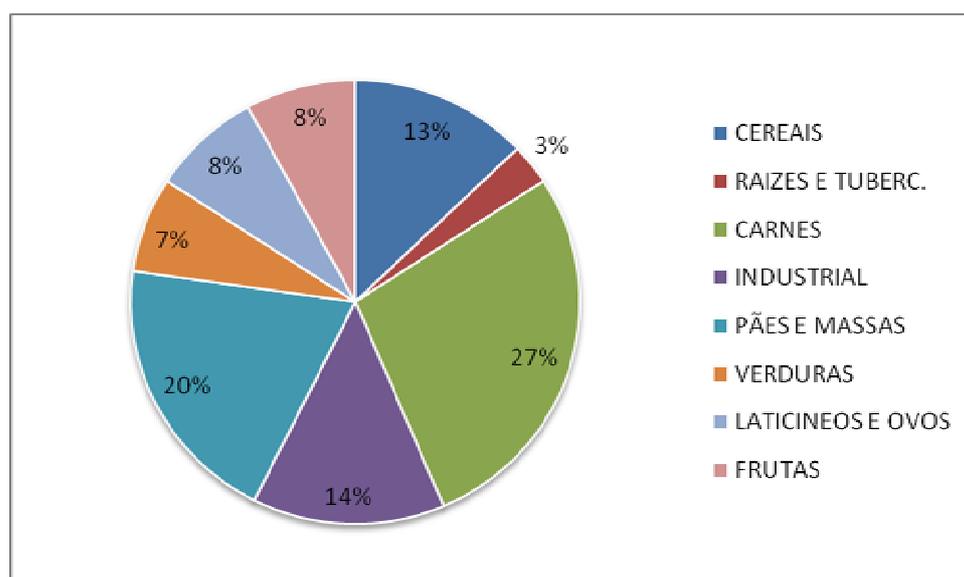


GRÁFICO 17 – Participação dos produtos nos gastos com alimentos das famílias inadequadas (%) – Recife, 1987.

O gráfico deve ter pesado para as famílias inadequadas, pois, apesar de uma bem maior contribuição das carnes e pescados para o consumo de proteínas dessas famílias, a participação desse grupo nas suas despesas alimentares caiu em quase oito pontos percentuais em 1987. Vale ressaltar que a inadequação é quase que exclusivamente calórica, sendo apenas residual a deficiência protéica encontrada nessas famílias do Recife. Este resultado

poderia mudar, no entanto, se fosse levado em consideração, para adequação, o valor biológico da proteína e não apenas em termos de quantidade de proteínas ingeridas.

5.4.5 Fontes de calorias por estrato de renda. Ibura, 1986

Da análise das cestas de contribuição calórica (Tabelas 52, 53, 54, 55), depreende-se que os principais produtos fornecedores de energia às famílias dos estratos 1 e 2 são: açúcar, arroz, feijão, farinha de mandioca e óleo de soja, perfazendo mais de 50% das calorias consumidas pelas famílias desses estratos.

TABELA 52
CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECRESCENTE DA IMPORTANCIA DO PRODUTO NO
CONSUMO TOTAL DE CALORIAS DO ESTRATO 1
RECIFE, 1986

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
AÇUCAR	Kg	1ª	791.781,54	16,31	16,3
ARROZ	Kg	2ª	566.674,46	11,67	28,0
FEIJÃO	Kg	3ª	515.365,14	10,62	38,6
FARINHA DE MAND.	Kg	4ª	449.947,89	9,27	47,9
OLEO DE SOJA	lata 900ml	5ª	445.738,60	9,18	57,1
FUBÁ DE MILHO	Pacote 500g	6ª	349.055,28	7,19	64,2
MACARRÃO	pacote 500g	7ª	269.667,72	5,55	69,8
PÃO	100g	8ª	252.064,76	5,19	75,0
CARNE DE FRANGO	Kg	9ª	196.146,00	4,04	79,0
LEITE "IN NATURA"	litro	10ª	167.568,45	3,45	82,5
MARGARINA	pacote 250g	11ª	161.262,69	3,32	85,8
BANANA	unidade	12ª	112.365,58	2,31	88,1
OVOS	unidade	13ª	93.824,06	1,93	90,0
TOTAL	-	-	4.371.462,20	90,03	-

Fonte: Dados da Pesquisa de avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986

Os estratos de renda mais elevada apresentam os mesmos produtos, só que o pão surge na quarta posição (8,45% das calorias consumidas) no estrato 3 e também na quarta posição no estrato 4 (9,24% da ingestão de calorias do estrato), suplantado apenas por açúcar, arroz e feijão. No estrato 1, a sua contribuição fica aquém daquela do fubá de milho, por ser uma fonte relativamente mais cara de calorias.

A carne de frango, muito consumida por todos os estratos, ocupa a 9ª posição na cesta de qualquer deles, correspondendo, a 4%, 4%, 3,7% e 4,2% respectivamente, para os estratos 1, 2, 3 e 4. Este é o produto de origem animal mais importante para a formação do aporte calórico dessas famílias.

TABELA 53
CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECRESCENTE DA IMPORTANCIA DO PRODUTO NO
CONSUMO TOTAL DE CALORIAS DO ESTRATO 2
RECIFE, 1986

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
AÇUCAR	Kg	1ª	3.174.039,30	16,10	16,10
ARROZ	Kg	2ª	2.181.553,40	11,07	27,17
FEIJÃO	Kg	3ª	2.170.933,90	11,02	38,19
FARINHA DE MAND.	Kg	4ª	1.822.534,70	9,25	44,44
OLEO DE SOJA	lata 900ml	5ª	1.464.618,70	7,43	54,87
PÃO	100g	6ª	1.304.669,30	6,62	61,49
MACARRÃO	pacote 500g	7ª	1.078.364,00	5,47	66,96
FUBÁ DE MILHO	pacote 500g	8ª	1.010.825,90	5,13	72,09
CARNE DE FRANGO	Kg	9ª	812.837,60	4,12	76,21
LEITE "IN NATURA"	litro	10ª	630.544,32	3,19	79,40
BANANA	unidade	11ª	560.123,02	2,84	82,24
MARGARINA	pacote 250g	12ª	546.630,08	2,77	85,01
OVOS	unidade	13ª	409.876,41	2,08	87,09
BOLACHA	500 g	14ª	310.833,64	1,58	88,67
CARNE DE BOI C/OSSO	Kg	15ª	275.674,32	1,40	90,07
TOTAL	-	-	17.754.079,59	90,07	-

Fonte: Dados da Pesquisa de avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

Vale ressaltar ainda que quanto maior a renda mais diversificada é a cesta, que no caso dessas famílias inclui 13 produtos no estrato 1, correspondentes a 90% do consumo de calorias do estrato; 15 produtos no estrato 2, perfazendo também 90% do total de calorias consumidas no estrato; 17 produtos no estrato 3, que correspondem a 89,8% do total de calorias e também 17 produtos no estrato 4, correspondendo a 89,5% das calorias totais desse grupo de famílias.

Surpreende a quantidade de produtos de origem animal que compõe a cesta de contribuição das famílias do estrato de renda mais elevada, abrangendo produtos como a já citada carne de frango, o leite "in natura", a carne de boi com osso, o peixe congelado, o charque (em falta à época da pesquisa) e ovos.

Nota-se a presença de banana nas cestas de qualquer dos estratos, fornecendo algo em torno de 3% das calorias ingeridas. A laranja aparece apenas nos estratos de renda mais elevada (estratos 3 e 4), ocupando posições inferiores às da banana.

Uma curiosidade é a relevância da margarina para o estrato 4 (5ª posição), de renda mais alta, suplantando o óleo de soja, que nas demais cestas, ocupa a 5ª ou 6ª posições, enquanto a margarina fica na 11ª, 12ª e 11ª, respectivamente para os estratos 1, 2 e 3.

TABELA 54
CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECRESCENTE DA IMPORTANCIA DO PRODUTO NO
CONSUMO TOTAL DE CALORIAS DO ESTRATO 3
RECIFE, 1986

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
AÇUCAR	Kg	1ª	3.934.802,20	17,58	17,58
ARROZ	Kg	2ª	2.373.320,50	10,60	28,18
FEIJÃO	Kg	3ª	1.960.131,60	8,76	36,94
PÃO	100g	4ª	1.890.074,90	8,45	45,39
FARINHA DE MANDIOCA	Kg	5ª	1.881.078,50	8,41	53,80
ÓLEO DE SOJA	lata 900ml	6ª	1.423.327,40	6,36	60,16
MACARRÃO	pacote 500g	7ª	1.177.381,10	5,26	65,42
FUBÁ DE MILHO	pacote 500g	8ª	1.128.905,30	5,04	70,46
CARNE DE FRANGO	Kg	9ª	819.737,80	3,66	74,12
BANANA	unidade	10ª	662.231,46	2,96	77,08
MARGARINA	pacote 250g	11ª	569.056,60	2,54	79,62
LEITE "IN NATURA"	litro	12ª	433.269,45	1,94	81,56
BOLACHAS	pacote 500g	13ª	432.661,86	1,93	83,49
CARNE DE BOI C/ OSSO	Kg	14ª	400.727,50	1,79	85,28
OVOS	unidade	15ª	357.149,17	1,60	86,88
LARANJA	unidade	16ª	332.741,50	1,49	88,37
FARINHA DE TRIGO	Kg	17ª	317.270,77	1,42	89,79
TOTAL	-	-	20.093.870,61	89,79	-

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

TABELA 55
CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECRESCENTE DA IMPORTANCIA DO PRODUTO NO
CONSUMO TOTAL DE CALORIAS DO ESTRATO 4
RECIFE, 1986

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
AÇUCAR	Kg	1ª	1.948.150,60	16,19	16,19
ARROZ	Kg	2ª	1.314.123,10	10,02	27,11
PÃO	100g	3ª	1.111.958,70	9,24	36,35
FEIJÃO	Kg	4ª	1.087.993,10	9,04	45,39
MARGARINA	pacote 250g	5ª	866.244,16	7,02	52,59
FARINHA DE MANDIOCA	Kg	6ª	687.135,05	5,71	58,30
ÓLEO DE SOJA	lata 900ml	7ª	540.459,89	4,49	62,79
MACARRÃO	pacote 500g	8ª	514.842,65	4,28	67,07
CARNE DE FRANGO	Kg	9ª	498.864,71	4,15	71,22
LEITE "IN NATURA"	litro	10ª	448.667,10	3,73	74,95
FUBÁ DE MILHO	pacote 500g	11ª	384.211,84	3,19	78,14
BANANA	unidade	12ª	347.488,35	2,89	81,03
CARNE DE BOI C/ OSSO	Kg	13ª	255.818,88	2,13	83,16
PEIXE CONGELADO	Kg	14ª	204.353,55	1,70	84,86
CHARQUE	Kg	15ª	193.189,72	1,60	86,46
LARANJA	unidade	16ª	182.489,90	1,52	87,98
OVOS	unidade	17ª	180.104,76	1,50	89,48
TOTAL	-	-	10.766.105,86	89,48	-

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

5.4.6 Fontes de proteína por estrato de renda, Ibura, 1986

Conforme a observação das Tabelas 56, 57, 58 e 59, verifica-se a eleição de carne de frango e do feijão, como principais fornecedores de proteínas às famílias de todos os estratos de renda. A carne de frango contribui com 23,1%, 21%, 19,3% e 19,7% das proteínas consumidas pelos estratos 1, 2, 3 e 4, respectivamente, Esses dados enfatizam a importância do citado produto na época do Plano Cruzado, pois ocupa a 1ª posição como fornecedor de proteínas aos estratos 1, 3 e 4 e a 2ª posição no estrato 2, como fonte supridora desse nutriente.

TABELA 56
CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECRESCENTE DA IMPORTANCIA DO PRODUTO NO
CONSUMO TOTAL DE PROTEÍNAS DO ESTRATO 1
RECIFE, 1986

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
CARNE DE FRANGO	Kg	1ª	34.002,00	23,14	23,14
FEIJÃO	Kg	2ª	33.644,00	22,89	46,03
ARROZ	Kg	3ª	11.994,84	8,16	54,19
FUBÁ DE MILHO	pacote 500g	4ª	9.466,38	6,44	60,63
MACARRÃO	pacote 500g	5ª	9.102,45	6,19	66,82
PÃO	100g	6ª	8.714,44	5,93	72,75
LEITE "IN NATURA"	litro	7ª	8.155,80	5,55	78,30
OVOS	unidade	8ª	7.423,02	5,05	83,35
PEIXE CONGELADO	Kg	9ª	7.409,08	5,04	88,39
PEIXE SALGADO	Kg	10ª	4.600,00	3,13	91,52
TOTAL	-	-	134.512,01	91,52	-
PROTEÍNAS origem animal	-----		61.589,90	45,79	-
PROTEÍNAS origem vegetal	-----		72.922,11	54,21	-

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

Saliente-se, como já citado anteriormente, que a proteína de origem animal possui um mais alto valor biológico que aquela oriunda dos vegetais por conter todos os aminoácidos essenciais ao “pool” metabólico.

Além do mais, capta-se através da observação das cestas, que, à medida que aumenta a renda, cresce também o percentual de proteínas de origem animal, partindo-se de 45,8% no estrato 1, a 58,4%, no estrato 4.

Verifica-se ainda que apenas os estratos mais elevados de renda apresentam o consumo de proteínas de origem animal superior ao de origem vegetal. Explica-se este fato pelo custo do grama de proteína de origem animal ser bem mais elevado e pela relativa escassez desses bens à época em que a pesquisa foi realizada.

Por exemplo, comparando-se o preço do grama da proteína de feijão, com o grama da proteína da carne de frango, vê-se que a primeira custou 2,7 vezes menos, para o estrato 1 de renda (Tabela 65).

Observa-se ainda, que quando a renda cresce, a cesta fica mais diversificada, exceto para o estrato de renda mais elevado, onde há uma redução de 15 (estrato3) para 12 produtos. Porém

desses doze produtos, sete são de origem animal, com contribuições importantes para o consumo de proteínas do estrato. Nota-se até, a escassa carne de boi sem osso, ocupando a 12ª posição.

TABELA 57
CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECRESCENTE DA IMPORTANCIA DO PRODUTO NO
CONSUMO TOTAL DE PROTEINAS DO ESTRATO 2
RECIFE, 1986

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
FEIJÃO	Kg	1ª	141.725,82	21,17	21,17
CARNE DE FRANGO	Kg	2ª	140.905,60	21,04	42,21
ARROZ	Kg	3ª	46.176,66	6,90	49,11
PÃO	100g	4ª	45.105,39	6,74	55,85
MACARRÃO	500g	5ª	36.399,44	5,44	61,29
PEIXE CONGELADO	Kg	6ª	35.653,11	5,33	66,62
OVOS	unidade	7ª	32.428,10	4,84	71,46
LEITE "IN NATURA"	litro	8ª	30.689,12	4,58	76,04
CHARQUE	Kg	9ª	27.983,36	4,18	80,22
FUBÁ DE MILHO	500g	10ª	27.413,70	4,09	84,31
CARNE DE BOI C/ OSSO	Kg	11ª	27.267,84	4,07	88,38
BOLACHAS	500g	12ª	6.874,84	1,02	89,40
BANANA	unidade	13ª	6.324,04	0,95	90,35
TOTAL	-	-	604.947,02	90,35	-
PROTEÍNAS origem animal	-----		294.927,13	48,75	-
PROTEÍNAS origem vegetal	-----		310.019,89	51,25	-

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

O charque, outro produto em falta no mercado por ocasião da pesquisa, ocupa posição de destaque nesse estrato de renda mais elevada, contribuindo com cerca de 9% da ingestão protéica dessas famílias (3ª colocação, em ordem crescente do fornecimento desse nutriente). O mesmo produto ocupa a 4ª posição no estrato 3, denotando o esforço feito por essas famílias para não deixar de consumir o bem, muito embora a implicação resultante fosse o pagamento do ágio.

Outro alimento que sumiu das prateleiras em 1986 foi o leite em pó. Por esse motivo, foi também pouco consumido, aparecendo apenas, ocupando a 15ª posição e contribuindo com 1 % da ingestão protéica, na cesta do estrato 3.

O pão teve sua contribuição elevada, à medida que a renda crescia, ficando em posição inferior à do fubá de milho no estrato 1, enquanto aparecia em 3ª posição no estrato 3, com o fubá caindo para a 9ª posição como fonte supridora de proteínas desse estrato de renda relativamente mais alta.

TABELA 58
CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECRESCENTE DA IMPORTANCIA DO PRODUTO NO
CONSUMO TOTAL DE PROTEÍNAS DO ESTRATO 3
RECIFE, 1986

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
CARNE DE FRANGO	Kg	1ª	142.102,10	19,30	19,30
FEIJÃO	Kg	2ª	127.963,44	17,38	36,68
PÃO	100g	3ª	65.344,48	8,88	45,56
CHARQUE	Kg	4ª	51.409,38	6,98	52,54
ARROZ	Kg	5ª	50.235,68	6,82	59,36
MACARRÃO	500g	6ª	39.741,80	5,40	64,76
CARNE DE BOI C/ OSSO	Kg	7ª	39.637,50	5,38	70,14
PEIXE CONGELADO	Kg	8ª	31.189,92	4,24	74,38
FUBÁ DE MILHO	500g	9ª	30.616,22	4,16	78,54
OVOS	unidade	10ª	28.256,58	3,84	82,38
LEITE "IN NATURA"	litro	11ª	21.087,90	2,87	85,25
FARINHA DE TRIGO	Kg	12ª	10.321,29	1,40	86,65
FARINHA DE MANDIOCA	Kg	13ª	9.992,88	1,36	88,01
BOLACHA	500g	14ª	9.569,76	1,30	89,31
LEITE EM PÓ	saco 200g	15ª	7.588,99	1,03	90,34
TOTAL	-	-	665.057,92	90,34	-
PROTEÍNAS origem animal	-----		321.272,37	48,31	-
PROTEÍNAS origem vegetal	-----		343.785,55	51,69	-

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

Embora seja um alimento preferido pelo nordestino e principalmente nordestino pobre, o charque aparece ter sido substituído, circunstancialmente, pelo peixe salgado pelas famílias do estrato 1, pois aquele produto ocupou a primeira colocação no fornecimento de proteínas em 1987 para as famílias adequadas e a 3ª posição para as inadequadas (Tabelas 62 e 63).

Ressalte-se também a importância da mistura feijão com arroz, principalmente, o feijão, na ingestão protéica. Apenas nos estratos de rendas mais altas, o arroz perdeu posição para o pão, charque e até peixe congelado, no estrato 4.

O leite “in natura” esteve presente em todas as cestas, com participação relativamente importante, presença essa assegurada pelo “Programa nacional do Leite às Crianças Carentes”, do Governo Federal.

TABELA 59
CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECRESCENTE DA IMPORTANCIA DO PRODUTO NO
CONSUMO TOTAL DE PROTEÍNAS DO ESTRATO 4
RECIFE, 1986

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
CARNE DE FRANGO	Kg	1ª	86.478,25	19,67	19,67
FEIJÃO	Kg	2ª	71.027,79	16,16	35,83
CHARQUE	Kg	3ª	39.493,08	8,98	44,81
PÃO	100g	4ª	38.443,05	8,75	53,56
PEIXE CONGELADO	Kg	5ª	36.312,84	8,26	61,82
ARROZ	Kg	6ª	27.815,86	6,33	68,15
CARNE DE BOI C/ OSSO	Kg	7ª	25.304,16	5,76	73,91
LEITE "IN NATURA"	litro	8ª	21.837,06	4,97	78,88
MACARRÃO	500g	9ª	17.378,20	3,95	82,83
OVOS	unidade	10ª	14.249,16	3,24	86,07
FUBÁ DE MILHO	500g	11ª	10.419,84	2,37	88,44
CARNE DE BOI S/ OSSO	Kg	12ª	8.263,65	1,88	90,32
TOTAL	-	-	397.022,94	90,32	-
PROTEÍNAS origem animal	-----		231.938,20	58,42	-
PROTEÍNAS origem vegetal	-----		165.084,74	41,58	-

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

O peixe congelado está também presente em qualquer das cestas e com posição de destaque no estrato 4, fornecendo 8,3% das proteínas do grupo.

Comparando-se as cestas das famílias do Ibura, 1986, com as provenientes da etapa Jiquiá-Remédios, julho de 1987, portanto posterior ao Plano Cruzado, verifica-se que, nas cestas de contribuição protéica dessas famílias, tabelas 56, 57, 58, 59, 62 e 63, o charque, como aludido acima, ocupava a 1ª posição, fornecendo 15,3%, das proteínas consumidas pelas famílias adequadas e a 3ª posição, 13% perdendo para o pão (16%) e feijão (quase 15%), na ingestão protéica das famílias inadequadas.

A carne de boi sem osso também aparece, ocupando a 5ª posição (5%), suplantando a carne de boi com osso (6ª posição, 4%) no consumo do nutriente em foco, para as famílias

adequadas e, ocupando a 9ª posição, contribuindo com 3% suplantado pela carne de boi com osso (5ª posição, 5%) na cesta das famílias inadequadas.

Nota-se também, o leite em pó, embora sem o destaque do leite “in natura”, ocupando a 13ª posição nas cestas das famílias inadequadas. Para as famílias adequadas, ele ocupou a 8ª posição suplantando, inclusive, o leite “in natura” (11ª posição) em 1987.

Estas observações sugerem que as famílias foram forçadas a alterar a composição de suas cestas de alimentos, por ocasião do Plano Cruzado.

5.4.7 Fontes de calorias e Proteínas de famílias Adequadas e Inadequadas, 1987.

Comparando-se as cestas alimentares de famílias adequadas e inadequadas em 1987, com o intuito de análise de possíveis diferenças em suas respectivas fontes de calorias e proteínas, verifica-se, no que se refere a calorias (Tabelas, 60 e 61) o consumo pelas famílias adequadas de 24 produtos, perfazendo 87% da ingestão total desse nutriente. As famílias inadequadas, donas de uma cesta menos diversificada, apresentam apenas 20 produtos que já perfazem cerca de 90% da ingestão do nutriente em foco.

A composição das cestas dos dois grupos de famílias é basicamente a mesma, apenas as famílias adequadas, com cesta mais variada, expõem, além dos produtos constantes do rol das inadequadas, o doce de goiaba, o queijo de coalho, os biscoitos e a maisena, cujas contribuições ao aporte calórico dessas famílias são, no entanto, ínfimas, um pouco maior para o doce de goiaba (quase 1,5%).

O açúcar, pão, arroz, feijão, farinha de mandioca e óleo de soja perfazem mais de 50% de consumo de calorias dos dois tipos de famílias.

A variação entre as duas cestas decorre da importância da contribuição, ou posição relativa ocupada pelo produto. Assim, as famílias adequadas elegeram em 1º lugar o açúcar e as inadequadas o pão, porém, o açúcar ocupou a 2ª posição para as inadequadas, enquanto que o pão secundou o açúcar na cesta das adequadas. Há trocas de posição, por exemplo, entre margarina e fubá de milho; de charque e carne de frango; de leite em pó e leite “in natura”, conforme se passa da cesta das adequadas para a das inadequadas.

TABELA 60

CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECRESCENTE DA IMPORTÂNCIA DO PRODUTO NO CONSUMO TOTAL DE CALORIAS DAS FAMÍLIAS ADEQUADAS RECIFE, 1987

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
AÇÚCAR	Kg	1ª	9.723.812,56	12,58	12,58
PÃO	100g	2ª	9.471.221,00	12,25	24,83
ARROZ	Kg	3ª	5.842.892,46	7,56	32,39
FEIJÃO	Kg	4ª	5.168.472,96	6,68	39,07
OLEO DE SOJA	lata 900ml	5ª	4.652.775,28	6,02	45,09
FARINHA MANDIOCA	Kg	6ª	4.524.224,00	5,85	50,94
MARGARINA	250g	7ª	3.989.829,50	5,16	56,10
FUBÁ DE MILHO	500g	8ª	2.543.346,30	3,29	59,39
CHARQUE	Kg	9ª	2.172.115,70	2,81	62,20
CARNE DE FRANGO	Kg	10ª	2.171.227,25	2,81	65,01
BANANA	unidade	11ª	2.019.619,00	2,61	67,62
MACARRÃO	500g	12ª	2.006.154,00	2,60	70,22
LEITE EM PÓ	sacola 200g	13ª	1.790.153,30	2,32	72,54
LEITE "IN NATURA"	litro	14ª	1.495.032,00	1,93	74,47
CARNE DE BOI S/OSSO	Kg	15ª	1.345.204,56	1,74	76,18
BOLACHAS	cx 500g	16ª	1.321.325,00	1,71	77,89
CARNE DE BOI C/OSSO	Kg	17ª	1.269.536,30	1,64	79,53
DOCE DE GOIABA	litro 300g	18ª	1.129.154,30	1,46	80,99
INHAME	Kg	19ª	1.127.707,00	1,46	82,45
OVOS	unidade	20ª	1.114.825,17	1,44	83,89
LARANJA	unidade	21ª	930.209,00	1,20	85,09
QUEIJO DE COALHO	Kg	22ª	520.753,00	0,67	85,76
BISCOITOS	Kg	23ª	493.290,00	0,64	86,40
MAISENA	500g	24ª	388.074,72	0,50	86,90
TOTAL	-	-	67.210.955,00	86,90	-

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

No que se refere às fontes de proteínas, depreende-se como importante elemento de diferenciação, entre as cestas de famílias adequadas e inadequadas (Tabelas 62 e 63), justamente a qualidade da proteína consumida, pois, as famílias inadequadas elegeram em 1ª e 2ª posições, como fontes supridoras, o pão e o feijão, de origem vegetal (mais de 30% do consumo total de proteínas do grupo), e as famílias com dieta adequada, optaram por charque e carne de frango (quase 30 % do consumo total), produtos de origem animal, portanto, proteínas de mais alto valor biológico. Embora não haja, praticamente, inadequação protéica

em termos de quantidade de proteína ingerida, há carência de estudos que considerem a qualidade protéica.

TABELA 61
CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECRESCENTE DA IMPORTANCIA DO PRODUTO NO
CONSUMO TOTAL DE CALORIAS DAS FAMÍLIAS INADEQUADAS
RECIFE, 1987

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
PÃO	100g	1ª	6.927.288,00	15,08	15,08
AÇUCAR	Kg	2ª	6.554.025,23	14,26	29,34
ARROZ	Kg	3ª	3.791.568,00	8,25	37,59
FEIJÃO	Kg	4ª	3.691.901,14	8,03	45,62
FARINHA MANDIOCA	Kg	5ª	3.585.600,00	7,80	53,42
OLEO DE SOJA	lata 900ml	6ª	2.723.705,78	5,93	59,35
FUBÁ DE MILHO	500g	7ª	1.943.350,20	4,23	63,58
MARGARINA	250g	8ª	1.442.347,11	3,13	66,71
CARNE DE FRANGO	Kg	9ª	1.209.512,52	2,63	69,34
MACARRÃO	500g	10ª	1.147.965,90	2,50	71,84
BANANA	unidade	11ª	1.119.844,00	2,44	74,28
CHARQUE	Kg	12ª	1.045.370,90	2,27	76,55
LEITE "IN NATURA"	litro	13ª	920.965,60	2,00	78,55
BOLACHAS	cx 500g	14ª	853.200,00	1,85	80,40
CARNE DE BOI C/ OSSO	Kg	15ª	816.218,94	1,78	82,18
OVOS	unidade	16ª	747.762,00	1,63	83,81
LEITE EM PÓ	saco 200g	17ª	716.920,00	1,56	85,37
INHAME	Kg	18ª	638.044,75	1,39	86,76
CARNE DE BOI S/ OSSO	Kg	19ª	505.253,70	1,10	87,86
LARANJA	unidade	20ª	453.792,00	0,99	88,85
TOTAL	-	-	40.834.636,00	88,85	-

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

Um ponto interessante do estudo, é que as famílias adequadas preferem o leite em pó, enquanto as inadequadas, o leite pasteurizado. O leite “in natura” pode ser, portanto, um veículo mais apropriado, tanto para a distribuição pura e simples (alguns programas privilegiaram o leite em pó, (o P.S.A. e o PROAB) como para o enriquecimento alimentar - adição de nutrientes específicos -, salvo outras restrições.

Devido a diferenças de preço, as famílias adequadas, supostamente mais abastadas, preferem a carne de boi sem osso (mais de 5% do consumo total de proteínas), enquanto as inadequadas a carne de segunda ou com osso (quase 5% de contribuição protéica).

O fubá de milho, também, é mais preferido pelas famílias com dieta inadequada como fonte de proteína (3,2% contra 2,4% de contribuição para as adequadas), por razões semelhantes às descritas no parágrafo anterior. Este produto é fonte de proteína relativamente mais barata.

O queijo de coalho e a carne de porco são os únicos produtos constantes da cesta das adequadas e que não são notados na outra cesta (das inadequadas).

As famílias adequadas apresentam uma maior diversificação do consumo, 15 produtos, um pouco menos de 85% do total de proteínas ingeridas, contra 13 produtos e mais de 87% do total do consumo de proteínas das famílias inadequadas.

Ambas as cestas, diferentemente do observado em 1986, revelaram um percentual de proteína de origem animal, que superou aquele de proteínas de fonte vegetal, porém, as famílias inadequadas apresentaram um percentual maior de proteínas de origem vegetal que aquele das famílias adequadas (38% das adequadas contra 47% das inadequadas).

5.4.8 Fontes de Calorias e Proteínas – Comparação entre as cestas do estrato 1, 1986, e cestas de famílias inadequadas de 1987

Comparando-se, ainda, as cestas de 1986 (Tabela 52 e 56), para o estrato 1, onde a inadequação foi mais severa (63% das famílias desse estrato estavam inadequadas), com as cestas das famílias inadequadas da etapa Jiquiá, 1987 (Tabelas 61 e 63) conclui-se que, quanto às fontes calóricas, o consumo de 1987 foi mais diversificado, apresentando 20 produtos, perfazendo quase 89% do consumo total de calorias, contra apenas 13 produtos que já perfaziam 90% da ingestão calórica total do estrato 1.

Os demais estratos mostram também, uma dieta menos variada em 1986.

O pão, obteve posição inferior, oitava, com 5% do consumo do estrato 1 em 1986, contra 15%, 1ª posição, para as famílias inadequadas de 1987.

TABELA 62
CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECESCENTE DA IMPORTANCIA DO PRODUTO NO
CONSUMO TOTAL DE PROTEÍNAS FAMÍLIAS ADEQUADAS
RECIFE, 1987

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
CHARQUE	Kg	1ª	444.016,08	15,31	15,31
FRANGO	Kg	2ª	376.383,25	12,98	28,29
FEIJÃO	Kg	3ª	337.414,56	11,64	39,93
PÃO	100g	4ª	336.818,10	11,62	51,55
CARNE DE BOI S/ OSSO	Kg	5ª	149.374,92	5,15	56,70
CARNE DE BOI C/ OSSO	Kg	6ª	125.574,80	4,33	61,03
ARROZ	Kg	7ª	123.676,32	4,26	65,29
LEITE EM PÓ	saco 100g	8ª	96.015,28	3,31	68,60
OVOS	unidade	9ª	88.200,00	3,04	71,64
PEIXE CONGELADO	Kg	10ª	86.546,50	2,98	74,62
LEITE "IN NATURA"	litro	11ª	72.765,00	2,51	77,13
FUBÁ DE MILHO	500g	12ª	68.976,00	2,38	79,51
MACARRÃO	500g	13ª	67.716,00	2,34	81,85
QUEIJO COALHO	Kg	14ª	53.871,00	1,86	83,71
CARNE DE PORCO	Kg	15ª	29.664,50	1,02	84,73
TOTAL	-	-	2.457.012,40	84,73	-
PROTEÍNAS origem animal	-----		1.522.411,40	61,96	-
PROTEÍNAS origem vegetal	-----		934.601,00	38,04	-

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

A carne de frango apresenta uma participação maior em 1986, muito embora ocupe a mesma posição (nona) em ambas as cestas, com contribuição de 4% em 1986 contra 2,6% em 1987. Porém, nenhum outro tipo de carne é notado em 1986, contra uma contribuição ao consumo calórico de famílias inadequadas de 2,3% no caso do charque, 1,9% da carne de boi com osso e 1,1% da carne de primeira sem osso, em 1987, por razões já aludidas anteriormente.

Quanto ao conteúdo protéico, verifica-se que as famílias do estrato 1 (Tabela 56) elegeram a carne de frango como principal fonte fornecedora, com nada menos que 23% do fornecimento total de proteínas do grupo; enquanto que as inadequadas de 1987 (Tabela 63)

escolheram o pão e o feijão como principais fontes supridoras (mais de 30% do consumo total de proteínas). O frango contribuiu com pouco menos de 13% do consumo destas famílias.

O fato reflete, mais uma vez, a importância desse último produto para as famílias de baixa renda em 1986, época do Cruzado, quando da carência de muitos outros e apesar da maior renda para adquiri-los e também da redução do grau de desigualdade de sua distribuição, no citado ano, medida pelo coeficiente de Gini (HOFFMAN apud SAMPAIO; VITAL, 1992, p. 3).

TABELA 63
CESTA DE ALIMENTOS EM ORDEM DECRESCENTE DA IMPORTANCIA DO PRODUTO NO
CONSUMO TOTAL DE PROTEÍNAS FAMÍLIAS INADEQUADAS
RECIFE, 1987

PRODUTOS	UNIDADE	POSIÇÃO	CALORIAS	%	PERCENTAGEM ACUMULADA
PÃO	100g	1ª	263.741,40	16,03	16,03
FEIJÃO	Kg	2ª	241.019,20	14,65	30,68
CHARQUE	Kg	3ª	213.690,96	12,99	43,67
CARNE DE FRANGO	Kg	4ª	209.669,56	12,74	56,41
CARNE DE BOI C/ OSSO	Kg	5ª	80.753,40	4,91	61,32
ARROZ	Kg	6ª	80.256,00	4,88	66,20
OVOS	unidade	7ª	59.160,00	3,60	69,80
PEIXE CONGELADO	Kg	8ª	56.338,46	3,42	73,22
CARNE DE BOI S/OSSO	Kg	9ª	56.104,65	3,41	76,63
FUBÁ DE MILHO	500g	10ª	52.704,00	3,20	79,83
LEITE "IN NATURA"	litro	11ª	44.824,50	2,72	82,55
MACARRÃO	500g	12ª	38.748,60	2,35	84,90
LEITE EM PÓ	saco 200g	13ª	38.452,18	2,34	87,24
TOTAL	-	-	1.434.905,00	87,24	
PROTEÍNAS					
origem animal	-----		758.435,80	52,86	
PROTEÍNAS					
origem vegetal	-----		676.469,20	47,14	

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1987.

O pão também foi preterido em 1986, pois ocupou a 6ª posição com quase 6% de consumo do nutriente analisado, das famílias do estrato 1, contra a 1ª posição em 1987, com contribuição de 16% para o aporte protéico das famílias inadequadas. Este produto pode ter

sido substituído em 1986 pelo fubá de milho, cuja contribuição eleva-se para 6,5% do consumo protéico do estrato 1, 4ª posição, contra a 10ª posição, 3,2% da ingestão de proteínas das famílias inadequadas de 1987.

Observa-se ainda a presença marcante do peixe congelado e do peixe salgado em 1986 e as sentidas ausências do charque (13% de contribuição em 1987), da carne de boi (de primeira e também de segunda categoria) e do leite em pó.

As proteínas de origem animal respondem apenas por 45,8% da ingestão protéica do estrato 1, 1986, contra 52,8% do consumo total de proteínas de 1987. A variabilidade da dieta também é mais restrita, com 10 produtos e quase 92% do consumo total do estrato 1, em 1986, contra 13 produtos e apenas 87% da ingestão de 1987.

5.5 Preço dos Nutrientes, segundo o produto e por estrato de renda

A comparação entre os preços da unidade calórica e do grama de proteína, por produto (Tabelas 64 e 65), pagos pelas famílias que compõem os diversos estratos de renda, indica não somente diferenças na qualidade e quantidade dos diversos produtos consumidos como também pode refletir preços diferentes decorrentes do local de compras dos alimentos. O preço da unidade de caloria ou do grama de proteína é o quociente entre a despesa com o produto e a quantidade de calorias e proteínas que o mesmo fornece.

5.5.1 Preço da Unidade de Caloria

As fontes mais baratas por unidade de caloria foram, aliás, como esperado, os cereais, pães e massas, alguns industrializados (como açúcar, margarina e óleo de soja) e raízes e tubérculos (exceto batata inglesa). As mais caras foram carnes e pescados, verduras, frutas e ovos.

No grupo dos cereais e outros, a caloria oriunda do feijão custou mais às famílias do Ibura. Por outro lado, o menor custo por caloria ingerida ficou para a farinha de trigo.

Ressalte-se o fato de que a mistura feijão com arroz, tão básica do nosso cardápio (como comprovam, aliás, todas as cestas), tenha o preço por caloria mais alto, paradoxalmente, para a população paupérrima do estrato 1.

Das verduras constantes da Tabela 64, o tomate apresenta o preço mais alto e o feijão verde o menor, também por seu maior teor de calorias.

Das frutas, destaca-se o côco seco, também, mais uma vez, por seu maior teor energético, apresentando um baixo custo por unidade do nutriente ingerido.

Dos laticínios, equiparam-se os preços do leite “in natura” e da manteiga. O escasso leite em pó proporcionou a unidade de caloria a um preço relativamente mais elevado, embora menor que o das carnes.

Justamente as famílias mais pobres - aquelas que percebiam menos que um salário mínimo por ocasião da pesquisa - geralmente, pagaram um preço mais elevado por unidade de caloria consumida, com exceção da oriunda do fubá de milho, carne de boi com osso, carne de frango, sardinha, bolachas, macarrão, óleo de soja, açúcar, manteiga, ovos e verduras.

Esses preços mais baixos, por unidade calórica, podem refletir diferenças na qualidade dos produtos, marcas variadas (açúcar, macarrão, fubá, bolachas e sardinha), circunstâncias tais como maior disposição para enfrentar filas (carne bovina, carne de frango e óleo de soja), tipo de fornecedor, de compras a granel (em quantidades mínimas e frequência diária) e horário de compra (final das feiras livres com qualidade inferior, por exemplo, para verduras, cujo preço da caloria foi bastante defasado em relação a outros estratos).

5.5.2 Preço do grama de proteína

Sem surpreender, os dados revelam (Tabela 65) um menor preço por grama de proteína ingerida para o grupo dos cereais e outros, exceto farinha de mandioca, cujo baixíssimo teor protéico eleva bastante o custo desse nutriente em relação àqueles dos demais produtos do grupo. Há destaque, mais uma vez, para a farinha de trigo, desta vez como detentora da unidade protéica mais barata.

O feijão, base da dieta do recifense, ostentando baixo custo por grama de proteína (apenas suplantado pela farinha de trigo), é a explicação plausível, para a quase nula inadequação protéica, em termos quantitativos, entre famílias de mais baixa renda.

Os pães e massas, principalmente o macarrão, também apresentam um baixo custo para as famílias, por proteína fornecida.

Os produtos de origem animal, que contêm proteína de melhor qualidade, são justamente os mais caros, exceto o charque (carne desidratada), que pelo seu altíssimo teor protéico exibe um preço por unidade de proteína comparável aos de alguns cereais, como o fubá.

Frutas, verduras, raízes e tubérculos, ao contrário, têm alto custo por unidade protéica, decorrente de baixo teor de proteínas, além de preços correntes mais altos no caso de frutas e verduras.

Dos industrializados, em exposição na Tabela 65, açúcar, óleos não contêm proteína; margarina e café apresentam preços estratosféricos por grama de proteína fornecida. O maior custo, porém, fica com a manteiga.

As famílias de maior poder aquisitivo (estrato 4) compram a um maior custo por grama de proteína (relativo a outros estratos) a farinha de mandioca, o fubá, a carne de frango, o peixe congelado, a sardinha em conserva, bolachas, macarrão, chuchu, feijão verde, banana e laranja. O grama de proteína mais caro, pago por esse estrato de renda, em relação a qualquer outro, pode refletir, marcas diferentes, melhor qualidade, sofisticação na apresentação do produto, local de compra, como também menos disposição para enfrentar filas.

Das carnes e pescados, destacam-se a carne bovina de segunda e carne de frango, por fornecer o grama de proteína, oriundo desse grupo de alimentos, mais barato para as famílias do estrato de mais baixa renda. Estes tipos de carne, juntamente com o peixe congelado eram mais facilmente encontrados, apesar das filas.

TABELA 64
PREÇO DA UNIDADE DE CALORIA, SEGUNDO O PRODUTO POR ESTRATO DE RENDA
RECIFE, 1986

PRODUTOS	ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3	ESTRATO 4
CEREAIS E OUTROS				
Feijão - Kg	0,00242	0,00257	0,00241	0,00239
Arroz - Kg	0,00191	0,00178	0,00176	0,00189
Farinha de mandioca - Kg	0,00094	0,00097	0,00091	0,00108
Fubá de milho - Kg	0,00151	0,00161	0,00152	0,00160
Farinha de Trigo - Kg	0,00083	0,00078	0,00079	0,00087
CARNES E PESCADOS				
Carne de boi c/ osso - Kg	0,01826	0,02004	0,01993	0,01933
Carne de boi s/ osso - Kg	0,02093	0,01875	0,02043	0,02092
Carne conserva - 320g	0,01389	0,01295	0,01284	0,01285
Charque - Kg	0,01159	0,00991	0,01012	0,01158
Carne de frango - Kg	0,01731	0,01755	0,01757	0,01832
Peixe congelado - Kg	0,01870	0,01865	0,01819	0,02128
Sardinha Enlatada - 135g	0,00877	0,01004	0,00887	0,01079
PÃES E MASSAS				
Biscoitos - 500g	0,00303	0,00313	0,00276	0,00357
Bolachas - 500g	0,00207	0,00214	0,00224	0,00252
Macarrão - 500g	0,00163	0,00165	0,00164	0,00170
Pão - 50g	0,00271	0,00275	0,00271	0,00257
VERDURAS				
Cebola - Kg	0,00567	0,01800	0,01834	0,01534
Cenoura - Kg	0,00314	0,01299	0,01389	0,01208
Chuchu - unid.	0,00342	0,01342	0,01342	0,01606
Feijão verde - Kg	0,00423	0,00413	0,00412	0,00490
Jerimum - Kg	0,00342	0,01270	0,01343	0,01156
Tomate - Kg	0,00500	0,02175	0,03808	0,02082
FRUTAS				
Banana - unid.	0,00742	0,00645	0,00661	0,00742
Laranja - unid.	0,00776	0,00741	0,00690	0,01466
Coco seco - unid.	0,00263	0,00262	0,00240	0,00254
RAIZES E TUBÉRCULOS				
Batata doce - Kg	0,00230	0,00297	0,00220	0,00295
Batata inglesa - Kg	0,01341	0,01329	0,01241	0,01150
Inhame - Kg	0,00437	0,00510	0,00310	0,00440
Macaxeira - Kg	0,00231	0,00252	0,00430	0,00265
INDUSTRIALIZADOS				
Açúcar - Kg	0,00097	0,00105	0,00125	0,00104
Margarina - 250g	0,00261	0,00254	0,00262	0,00216
Óleo Algodão - 900ml	0,00117	0,00110	0,00098	0,00102
Óleo de soja - 900ml	0,00099	0,00099	0,00103	0,00103
Café - 250g	0,21607	0,21278	0,25604	0,21589

LATICÍNIOS E OVOS				
Leite em pó - 200g	0,00940	0,00866	0,00901	0,00836
Leite "in natura" - 1	0,04940	0,00474	0,00475	0,00450
Manteiga - 200g	0,00432	0,00486	0,00495	0,00471
Ovos - unid.	0,01159	0,01569	0,01201	0,01282

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

TABELA 65
PREÇO DO GRAMA DE PROTEÍNA, SEGUNDO O PRODUTO E POR ESTRATO DE RENDA
RECIFE, 1986

PRODUTOS	ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3	ESTRATO 4
CEREAIS E OUTROS				
Feijão - Kg	0,03705	0,03938	0,03692	0,03665
Arroz - Kg	0,09008	0,08395	0,08325	0,08906
Farinha de mandioca - Kg	0,17717	0,18167	0,17168	0,20310
Fubá de milho - Kg	0,05564	0,05940	0,05585	0,05893
Farinha de Trigo - Kg	0,02548	0,02386	0,02429	0,02623
CARNES E PESCADOS				
Carne de boi c/ osso - Kg	0,18456	0,20623	0,20146	0,19545
Carne de boi s/ osso - Kg	0,18851	0,16886	0,18399	0,18843
Carne conserva - 320g	0,16484	0,15372	0,15248	0,15261
Charque - Kg	0,05670	0,04848	0,49510	0,05663
Carne de frango - Kg	0,09984	0,10123	0,10136	0,10569
Peixe congelado - Kg	0,10549	0,10521	0,10262	0,11978
Sardinha Enlatada - 135g	0,13262	0,15179	0,13399	0,16311
PÃES E MASSAS				
Bolachas - 500g	0,09370	0,09669	0,10125	0,11384
Macarrão - 500g	0,04814	0,04897	0,04846	0,05041
Pão - 50g	0,07850	0,07957	0,07849	0,07420
VERDURAS				
Cebola - Kg	0,18227	0,57861	0,58958	0,49313
Cenoura - Kg	0,16102	0,66575	0,71158	0,61916
Chuchu - unid.	0,11827	0,46364	0,46357	0,55479
Feijão verde - Kg	0,05371	0,05236	0,05232	0,06222
Jerimum - Kg	0,09994	0,37108	0,39267	0,33802
Tomate - Kg	0,13131	0,57009	0,97960	0,54647
FRUTAS				
Banana - unid.	0,65712	0,57140	0,58576	0,65713
Laranja - unid.	0,56250	0,53748	0,49999	0,06253
Coco seco - unid.	0,22222	0,22118	0,20286	0,21463
RAIZES E TUBÉRCULOS				
Batata doce - Kg	0,20518	0,26472	0,19577	0,26230
Batata inglesa - Kg	0,56029	0,55574	0,51884	0,50832
Inhame - Kg	0,25532	0,29804	0,18140	0,25730
Macaxeira - Kg	0,43490	0,47233	0,80708	0,49700

INDUSTRIALIZADOS				
Açúcar - Kg	-	-	-	-
Margarina - 250g	3,21030	3,10996	3,20373	2,65126
Óleo Algodão - 900ml	-	-	-	-
Óleo de soja - 900ml	-	-	-	-
Café - 250g	1,82021	1,79225	2,15629	1,81847
LATICÍNIOS E OVOS				
Leite em pó - 200g	0,17525	0,16143	0,16797	0,15589
Leite "in natura" - litro	0,10158	0,09748	0,09748	0,09240
Manteiga - 200g	5,09009	5,72353	5,78571	5,53029
Ovos - unid.	0,14654	0,19827	0,15173	0,16206

Fonte: Dados da Pesquisa de Avaliação do PROAB, PIMES/UFPE, 1986.

6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Da comparação dos hábitos de compra por grupos de produto e por estrato de renda, pôde-se constatar como evoluiu, no período compreendido entre 1973 e 1987, o poder de influência dos supermercados e minimercados (postos de auto-serviço) e varejistas /PROAB, como fornecedores de alimentos básicos à população de baixa renda.

Observa-se que é nitidamente crescente a conquista de mercado exercida pelos postos de auto-serviço em todas as faixas de renda estudadas e em quase todos os grupos de produtos analisados, o que pode ser considerado um fato positivo para o segmento de baixa renda, pois passa a desfrutar de conforto, ambiente climatizado (supermercados), uma maior variedade e qualidade de bens, reunidos no mesmo local, e outras vantagens oferecidas por uma moderna estrutura de comercialização.

Surpreende o fato de ter sido justamente a faixa de menor renda (estrato 1), a de maior adesão ao supermercado. Este fato pode implicar, futuramente, na substituição do veículo-meio de programas de subsídio de preços de alimentos uma vez que no PROAB foram privilegiados armazéns e mercearias.

A participação do varejo/PROAB, nos hábitos de compra das famílias, foi maior a partir do estrato 2, o que também é surpreendente.

Outra implicação da mudança observada nos hábitos de compra das famílias de baixa renda é que o crédito ao consumidor e as vendas a granel parecem já não ter tanto peso como antigamente, nas decisões dessas famílias ao escolherem o local de compra de alimentos. Exceto para a área mais pobre – a “Favela da Mini-Central” – na qual as compras em mercearias são destacadas. Distintas motivações podem justificar a escolha do fornecedor, como a localização (parcela considerável das compras foram efetuadas no bairro) e o próprio PROAB, pois essas famílias parecem ter realmente participado do programa.

A influência das mercearias e armazéns só não foi mais reduzida graças à atuação do PROAB e sua cesta subsidiada.

Os outros entrepostos comerciais mais tradicionais, como o mercado público e a feira livre, tiveram as suas participações espetacularmente reduzidas (exceto para alguns grupos de produtos cujas reduções de participação foram mais amenas, como frutas, verduras e

raízes/tubérculos. Para esses grupos citados, a influência do supermercado é ainda muito tímida em 1987.

A análise dos preços médios, em que pese a sua limitação, parece indicar que estes não variaram muito entre os diversos fornecedores.

Comparando-se a adequação calórica e protéica em 1986 e 1987, conclui-se que o Plano Cruzado deve ter possibilitado dias melhores para as camadas mais marginalizadas da população.

Em geral, a adequação em calorias e proteínas foi maior nessa época e também minimizada a incidência dos casos mais graves de desnutrição apesar da escassez de alguns produtos.

Os estratos de renda mais elevada tiveram seu consumo de nutrientes estabilizado ou decrescido, crê-se, por faltar disposição para enfrentar filas, restando a opção do pagamento do ágio para consumir os bens escassos, com conseqüente anulação da estabilização desses preços. Assim, enfrentando filas, as famílias mais pobres teriam auferido relativamente mais das benesses do período de preços estáveis.

Uma das constatações desse estudo, fundamentada na literatura, é a inexistência, praticamente, de inadequação protéica, pelo menos em termos de quantidade de proteína ingerida. A situação é particularmente boa em 1986, ano de congelamento efetivo de preços. Deve-se chamar atenção, no entanto, para a queima de proteínas quando há déficit calórico, pois a proteína é uma fonte muito cara de energia!

Porém, nem tudo são flores à época do “Cruzado”, pois as cestas de alimentos desse período mostram-se muito menos diversificadas quando comparadas com outras de período posterior (1987), refletindo uma mudança forçada na composição das mesmas.

Quanto ao conteúdo da dieta depreende-se que:

- a) As diferenças quanto à contribuição calórica dos grupos de alimentos foram insignificantes. Verifica-se apenas uma participação maior dos industrializados para as famílias adequadas e de pães e massas para as inadequadas.
- b) Mudanças fenomenais ocorreram, no entanto, no consumo de proteínas com formidável aumento de contribuição de carnes e decréscimo compatível das

participações de cereais e pães e massas, para as famílias com dieta inadequada; redução da participação de cereais, com acréscimo da contribuição de pães e massas para as famílias adequadas. Esses dados parecem refletir o reaparecimento, em 1987, dos produtos ausentes em 1986.

A observação das fontes de calorias por estrato de renda revela cestas muito semelhantes para os quatro estratos. Apenas as famílias cujo rendimento era inferior ao salário mínimo tiveram dificuldades para obtenção de calorias originárias de bens como carne bovina, bolachas, laranja e peixe congelado, bens esses presentes nas cestas das famílias relativamente mais abastadas.

A origem das proteínas é também similar para todos os estratos com algumas exceções decorrentes da atipia do consumo de 1986. Assim, as famílias de maior poder aquisitivo exibiam produtos escassos à época, como carne bovina, com osso e sem osso, charque e leite em pó. As famílias mais pobres compensaram as faltas, enfrentando filas e comprando carne de frango, leite “in natura”, peixe congelado e até peixe salgado.

Avaliando-se os fatores sócio-econômicos que presumivelmente distinguem as famílias adequadas das inadequadas, sob a ótica do consumo alimentar, verifica-se que, de fato pouco se pode concluir quanto às diferenças acima citadas.

Apesar da relevância da renda em outros estudos similares neste caso específico, onde toda a população amostrada é reconhecidamente pobre, a importância dessa variável não é tão clara.

Veja-se, por exemplo, o caso de Jiquiá, onde a relação positiva entre adequação nutricional e renda da família torna-se evidente, apenas, a partir do estrato 3.

Os dados do Ibura mostram uma elevada proporção de famílias adequadas já no estrato 2, porém este percentual se reduz ao passar para o estrato 3.

A análise dos dados sugere que, nesta circunstância, a renda não discrimine famílias adequadas de inadequadas e outras variáveis ganhem relevância, não observada em outros estudos da mesma natureza, mas que visaram à população como um todo.

Assim, se todos são pobres, a diferença que porventura existir no grau de instrução pode ter considerável importância quanto à decisão do que comprar e de como preparar os alimentos, que leve à alocação mais eficiente dos poucos recursos disponíveis.

Desta forma, neste estudo, a instrução materna revelou-se importante elemento de diferenciação entre famílias adequadas e inadequadas.

A análise das cestas de alimentos também parece apontar na mesma direção, pois, apesar de semelhantes para ambos os tipos de famílias quanto à ordem de preferências, no que tange ao consumo de calorias, as inadequadas consumiram mais cereais e menos carnes, laticínios e ovos, frutas e verduras que as adequadas, na contingência de congelamento de preços e falta de alguns produtos. Como esses alimentos possuem inegável valor nutritivo, uma quantidade insuficiente consumida por essas famílias pode ocasionar outras carências específicas, além da desnutrição energético-protéica.

Quanto ao consumo de proteínas, as diferenças são ainda mais sensíveis, inclusive variando a ordem das preferências: enquanto as adequadas escolheram as carnes e pescados como principal fonte supridora desse nutriente, as inadequadas optaram por cereais, cujas proteínas têm um valor biológico inferior.

A ótica da despesa alimentar revelando um maior gasto relativo com frutas, verduras, laticínios e ovos por parte das famílias adequadas pode ser reflexo de um maior conhecimento nutricional, já que todos são igualmente pobres.

Ressalte-se ainda o fato das famílias adequadas apresentarem, em 1987, uma maior variedade da dieta. É fácil considerar que a dieta do rico seja mais variada que a do pobre, mas dentre os pobres, por que seria mais variada para as adequadas?

Do mesmo modo, para a mesma renda, quanto mais membros à mesa, menor é o quinhão que cada um recebe... Assim, neste estudo, destaca-se o tamanho da família talvez como a variável de mais estreito vínculo com a adequação alimentar (uma pessoa e meia a mais em média, para as famílias inadequadas da área de Jiquiá e duas pessoas e meia, por domicílio com dieta deficiente, no Ibura), apontando para a questão tão controvertida do controle da natalidade que envolve valores éticos e religiosos.

Verifica-se ainda, que o tamanho médio da família, ao contrário do esperado, é crescente com a renda tanto para as famílias adequadas quanto para as inadequadas, na Área de Jiquiá. No bairro do Ibura, este fato é bem visualizado para as inadequadas. As famílias com dieta adequada, desta área, apresentam tamanho médio apenas ligeiramente superior nas classes de renda relativamente mais elevadas.

Geralmente, o tamanho médio familiar diminui quando a renda aumenta, pois, tanto os pais são mais esclarecidos nas faixas de mais alta renda, como também há redução da incerteza quanto à mortalidade precoce dos filhos.

Como se trata, porém, de amostra composta apenas por população pobre, o diferencial de renda existente entre as famílias talvez seja devido, quase que exclusivamente, ao maior tamanho da família.

Os outros itens da composição familiar não se mostraram relevantes do ponto de vista da adequação nutricional, porém muito importantes para explicar a aparente contradição acima descrita.

A composição etária da família, por exemplo, indica, na área de Jiquiá, um coeficiente de dependência maior justamente para as famílias adequadas, significando que os membros ativos dessas famílias sustentam um número maior de crianças abaixo dos dez anos e idosos de 60 anos e mais, demonstrando assim, a não vinculação desse fator com o adequado consumo alimentar. Por outro lado, quanto maior o rendimento menor é o coeficiente de dependência implicando que nos estratos de renda relativamente mais altos há maior proporção de pessoas em idade de trabalhar.

Os dados do Ibura, por sua vez, mostram para as famílias inadequadas, altos coeficientes de dependência nos estratos de condição sócio-econômica relativamente pior e baixos coeficientes de dependência para os estratos de mais alta renda. No estrato 4, por exemplo, a população entre 15 e 60 anos chega a atingir quase 80% do total de pessoas dessa faixa de renda.

Recorde-se que, para as famílias inadequadas do Ibura, foi mais nítida a relação crescente do tamanho médio familiar por estrato de renda e maiores esses tamanhos médios. Assim, para os estratos de mais baixa renda, o menor tamanho médio é compensado pelos maiores encargos decorrente da população dependente maior, enquanto que as famílias de maior renda, com menor coeficiente de dependência, apresentam em compensação os maiores tamanhos médios familiares, reduzindo e tornando insuficiente a quantidade de alimento que cada um recebe.

Observa-se que a renda aumenta à medida que mais membros participam do mercado de trabalho. No estrato 1, da área de Jiquiá, nenhuma das famílias apresenta mais de dois

membros ativos por domicílio, enquanto nos estratos 3 e 4, 24% e 43%, têm três ou quatro e mais membros ocupados, respectivamente.

Para o Ibura, chega-se a resultado semelhante, porém mais contundente para as famílias inadequadas que não apresentam, nos estratos de condição sócio-econômica relativamente inferior, nenhum domicílio com três ou quatro e mais membros ativos, passando a quase 20% nesta condição para o estrato 3 e em torno de 90% para o estrato 4.

A infra-estrutura das habitações, ou seja, o material de revestimento das paredes, água e esgotamento sanitário foi objeto de análise apenas para a área de Jiquiá/Remédios. Esses itens não se mostraram relevantes para distinguir famílias adequadas e inadequadas.

A maioria dos domicílios (77,2%) era de alvenaria; 91,6% das moradias dispunham de água tratada, com ou sem distribuição no interior das mesmas; as condições de eliminação dos dejetos (sistema de esgotamento sanitário) eram péssimas para importante parcela das famílias (25%) prevalecendo esgotos a céu aberto.

As infecções e parasitoses nessa circunstância devem ser freqüentes, principalmente acometendo crianças de tenra idade, com comprometimento da absorção orgânica de nutrientes; neste aspecto, a análise antropométrica talvez fosse mais reveladora...

Em suma, neste estudo, apenas a instrução materna e o tamanho familiar mostraram associação clara com a adequação alimentar e, em decorrência disso, sugere-se a incorporação da disciplina “Nutrição” nos currículos do primeiro grau e a implementação de cursos de pequena duração e palestras nas associações de bairro ou igrejas, na periferia do Recife.

Como o retorno dos investimentos em educação é de longo e médio prazo, as ações que apontem para o planejamento familiar são recomendáveis no curto prazo.

Em conseqüência da pouca eficácia das variáveis aqui analisadas na distinção entre famílias adequadas e inadequadas, em população de baixa renda, sugere-se o estudo de outras, tais como: tabu alimentar, acesso às informações sobre conteúdo nutricional de alimentos, métodos de preparação eficiente, controle do desperdício; participação em programas sociais e cursos informais sobre nutrição, ocupação da mãe e outras.

Resta salientar, que mesmo as famílias com dieta adequada em nutrientes, podem não estar distribuindo-os entre os membros segundo as suas necessidades específicas ditadas por sexo, idade, nível de atividade e condições especiais como gestação e lactação.

O acervo de informações sobre a distribuição de nutrientes na família, hoje disponível, é bastante escasso. Recomenda-se, portanto, a intensificação de estudos sobre distribuição intrafamiliar de alimentos, para melhor caracterizar esses grupos carentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Fome e assalariados rurais. In: MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Raízes da fome**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fase: Vozes, 1985. cap. 4, p. 116 – 134.

ALVES, E. L. G.; Nível alimentar, renda e educação. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 111 – 146, maio / ago. 1977.

_____. ; VAISSMAN, E. **Análise sócio-econômica do município de São Paulo**. São Paulo: FIPE: USP, 1976.

_____. ; VIEIRA, J. L. T. M. Evolução do padrão alimentar da população da cidade de São Paulo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 727-756, dez. 1978.

BERG, A. **Estudios sobre nutrición**: su importancia en el desarrollo socio económico. México: Limusa, 1978. 344 p.

_____. Nutrição e desenvolvimento econômico. **Diálogo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 55-62, 1974.

CAMPINO, A. C. C. Nutrição e desenvolvimento econômico. In: SEMINARIO SOBRE ECONOMIA DA NUTRIÇÃO, 1977, Recife. **Anais...** Recife: Instituto de Nutrição, UFPE, 1977. p. 27-45.

_____. ; ALVES, E. L. G.; VIEIRA, J. L. T. M. Fatores sócio-econômicos associados à nutrição no município de São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 7-37, jan. / abr. 1975.

_____. ; CASSEB, N.C.B. **Condições de emprego e nutrição**. São Paulo: IPE: USP, 1983. (Série Relatórios de Pesquisa, n. 14)

COELHO, H. de A. L. **Estado nutricional e condições sócio-econômicas**. 1975. 62 f. Tese (Doutorado em Nutrição)- Instituto de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, UFPE, Recife, 1975.

COIMBRA, M. Dois modelos de intervenção nutricional no Brasil: PNS E PROAB. In: CASTRO, C. de M.; COIMBRA, M. (Org.). **O problema Alimentar no Brasil**. São Paulo: Almed, 1985. cap. 3, p. 71-149.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF)**: tabulações especiais. Rio de Janeiro, 1983.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE); INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (INAN); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição**. Rio de Janeiro, 1989.

GALVÃO, O. DE A. Hábitos familiares de compras de produtos alimentares na região do Recife metropolitano. **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**. Recife, v. 2, n. 1, p. 87-118, jan. / jun. 1975.

LEUNG, W. J. W. ; FLORES, M. **Tabela de composición de alimentos para uso in América Latina**. Guatemala: Instituto de Nutrición de Centro América e Panamá, 1970. 150 p.

LUSTOSA, T. Q. de O. ; FIGUEIREDO , J. B. de B. Pobreza no Brasil: métodos de análise de resultados. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro , v. 29, n. 2, p. 353-380, ago. 1990.

MUSGROVE, Philip. Ideologia, pesquisa y realidad de la situación alimentaria y nutricional del Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 1, n. 3, p. 329-348, jan. / jun. 1986.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Necessidades de energia y proteínas**. Genebra, 1985. (Série de Informações Técnicas).

ORTEGA, A. O. E. **O plano de estabilização heterodoxo: a experiência comparada de Argentina, Brasil e Peru**. [198-]. 140 f. (Dissertação)- Mestrado em Economia. Rio de Janeiro: BNDES, 1989. 13º prêmio BNDES de Economia.

PELIANO, A. M. M. **Os programas de alimentação e nutrição para mães e crianças do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. (Texto para Discussão, n. 253).

PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE: UNICEF , 1982. 267 p.

ROCHA, S. Pobreza: renda e indicadores sociais como critérios complementares. **Planejamento e Política Pública**, Brasília, v. 1, n. 4, p 667-82, dez. 1990.

SAMPAIO, Y. **PROAB**: seu impacto sobre o consumo alimentar, o estado nutricional e o peso ao nascer. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1989. 151 p.

_____. ; PETRY, A. L. G. Efeitos do Plano Cruzado sobre o consumo alimentar. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 13., 1991, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SBE, 1991. p. 497-511.

_____. ; VITAL, T. W. **Alimentação e nutrição**: a situação atual, a política de alimentação e nutrição e suas perspectivas. Projeto Brasil, nov. 1991. (mimeo)

SELOWSKY, M. An attempt to estimate rates of return to invest in infant nutrition programs. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NUTRITION, NATIONAL DEVELOPMENT AND PLANNING. Cambridge: The Mit Press, 1971.

SILVA, J. G. da. Agricultura e crescimento econômico. In: _____. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. cap. 1, p. 17 - 32.

SILVA, P. R. da. **Nutrição e desenvolvimento econômico do nordeste brasileiro**. Fortaleza: BNB, ETENE, 1986.

SIGULEM, D. M. et al. Desnutrição: uma avaliação crítica dos diferentes enfoques do problema. **Saúde em debate**, São Paulo, n. 8, p. 16 – 20, jan. / mar. 1978.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE); UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano**: Grande Recife. Recife, 1975. (Série Pesquisas, n. 5).

VIACAVA, F; FIQUEIREDO, C. M. P. de; OLIVEIRA, W. A. **A desnutrição no Brasil**: uma análise do Estudo Nacional da Despesa Familiar (FIBGE, 1974/1975) para o Nordeste, Estado de São Paulo e Estado do Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes: FINEP, 1983. 199 p.

VIEIRA, J. L. T. M. **O impacto da renda no estado nutricional de famílias paulistanas**. 1976. 61 f. Tese (Doutorado em Economia)- Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1976.

WARD, J. O. ; SANDERS, J. H. Nutrição, renda e tecnologia nova para pequenos agricultores no nordeste brasileiro: algumas inter-relações e sugestões de políticas. **Revista de Economia Rural**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 97-106, jul. / set. 1978.